



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

MATHEUS CARLOS CARVALHO

**DIVISÃO SOCIAL E TERRITORIAL DO TRABALHO E SITUAÇÃO
ESPACIAL DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO DISTRITO FEDERAL**

Brasília,
2020



MATHEUS CARLOS CARVALHO

**DIVISÃO SOCIAL E TERRITORIAL DO TRABALHO E SITUAÇÃO
ESPACIAL DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção da dupla habilitação em bacharelado e licenciatura do curso de Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Brasília,

2020



MATHEUS CARLOS CARVALHO

**DIVISÃO SOCIAL E TERRITORIAL DO TRABALHO E SITUAÇÃO
ESPACIAL DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção da dupla habilitação em bacharelado e licenciatura do curso de Geografia.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (Orientador) – UnB

Profa. Dra. Tatiane Marina Pinto Godoy (Avaliadora) – UFSJ

Profa. Dra. Cristina Patriota de Moura (Avaliadora) – UnB

Prof. Dr. Leonardo Civale (Avaliador) – UFV

Aprovado em: 09/12/2020

Brasília, 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço por todos aqueles que contribuíram para o meu desenvolvimento, não apenas profissional como geógrafo, mas também como cidadão. Aos meus professores, que tiveram tanto dos seus conhecimentos sobre o mundo para me apresentar, sobre os quais tentei extrair o máximo que pude de seus ensinamentos, e em especial ao professor Dr. Everaldo Batista da Costa, por toda a ajuda neste último ano com a escrita desta monografia, pela paciência, pois este não é um processo nada fácil, e pela segurança que me trazia em suas explicações sempre que eu não compreendia para qual rumo seguir ou decisão tomar.

Aos meus amigos que me deram todo o suporte para a elaboração deste projeto, que contribuíram com suas recomendações de livros, textos, autores, pautas, discussões, sempre visando agregar maior valor ao conteúdo desenvolvido neste trabalho, e por toda a ajuda com a coleta dos relatos das trabalhadoras domésticas entrevistadas. Em especial, agradeço à Rafa, Cadu, Carol, Pedro e Maria Clara, por todo o auxílio e pelo engajamento que me deram na produção deste projeto.

Por fim, às trabalhadoras domésticas que sempre me demonstraram que nunca devemos desistir de nossos sonhos e de nossos desejos, que correndo atrás do que realmente queremos para as nossas vidas, com respeito, humildade, caráter e valores, podemos conquistar tudo que esteja ao nosso alcance, e superar os obstáculos que a vida sempre encontra um jeito de posicioná-los para nos mostrar uma nova faceta do mundo e da realidade. Agradeço a estas mulheres por compartilharem suas histórias pessoais, e pela confiança que dedicaram a mim e a esta monografia, em especial a minha mãe (Francisca), que sempre me ensinou que somos unicamente responsáveis pelo que queremos para as nossas vidas, e que tudo pode estar ao nosso alcance, desde que façamos por onde, e nos esforcemos o máximo possível, sempre procurando entregar o nosso melhor para conquistá-las.

RESUMO

Na formação territorial do Distrito Federal, aparecem diversos questionamentos sobre os elementos que contribuíram para a caracterização da cultura local. Quando analisamos o papel das mulheres como uma perspectiva, de modo empírico, nota-se que estas exerceram notória importância na construção cultural dos lares não apenas do Plano Piloto, mas também das outras regiões administrativas que surgiram aos arredores da capital federal, como São Sebastião. Com o passar das décadas, um número maior de mulheres se deslocaram para o DF, que por falta de oportunidades devido à baixa escolaridade que possuíam, bem como a pouca quantia de dinheiro que traziam consigo, e a falta de opções de trabalho em um ambiente dominado pelos homens, em muitos casos viram nas casas de família uma forma de ganhar seu sustento e assim, tentar melhorar de vida. Limpando casas, cuidando dos filhos alheios ou cozinhando, as domésticas se tornaram uma personagem comum nos lares de outrem, mas apagadas nos estudos geográficos. Este trabalho relaciona o trabalho doméstico e formação territorial do DF, a partir da ótica do Plano Piloto e de São Sebastião, com base em pesquisas de referencial teórico, coleta de dados apoiados em entrevistas e dados estatísticos retirados de institutos de pesquisas com esta temática, visando construir um panorama desta classe trabalhadora, mostrando os perfis de quem são estas mulheres, e sua situação espacial no contexto da divisão social e territorial do trabalho, enquanto noções geográficas.

Palavras-Chave: Situação espacial, divisão social e territorial do trabalho, empregadas domésticas, São Sebastião, Plano Piloto.

ABSTRACT

In the territorial formation of the Federal District, several questions arise about the elements that contributed to the characterization of the local culture. When we analyze the role of women as an empirical perspective, it is noted that they exercised notorious importance in the cultural construction of homes not only in the Plano Piloto, but also in other administrative regions that emerged around the federal capital, such as São Sebastião. Over the decades, a greater number of women moved to the Federal District, which for lack of opportunities due to the low education they had, as well as low amount of money they brought with them, and the lack of work options in a place dominated by men, in many cases realized in the family's homes as a way to earn a living and thus try to improve their lives. By cleaning houses, taking care of others' children or cooking, housemaids have become a common character in other people's home, but hidden in geographic studies. This work relates the domestic work and territorial formation of the DF, from the perspective of the Plano Piloto and São Sebastião, based on theoretical reference research, data collection supported by interviews and statistical data taken from research institutes with this theme, aiming to build a panorama of this working class, showing the profiles of who these women are, and their spatial situation in the context of the social and territorial division of labor, as geographical notions.

Keywords: Spatial situation, social and territorial division of labor, housemaids, São Sebastião, Plano Piloto.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 (MAPA) – Localização da área de estudo.....	10
FIGURA 2 – Mulher no preparo da refeição dos trabalhadores braçais das obras de Brasília, em um acampamento improvisado na cidade em construção.....	22
FIGURA 3 – Avenida São Sebastião em 1992.....	76

LISTA DE SIGLAS

ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CF – Constituição Federal

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

DePHA/DF – Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal

DF – Distrito Federal

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

GDF – Governo do Distrito Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PDAD – Pesquisa Distrital de Amostra por Domicílio

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PED-DF – Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal

RA – Região Administrativa

SEGOV – Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
Justificativa.....	12
Objetivo (s).....	13
Objetivo Geral.....	13
Objetivos Específicos.....	13
Hipóteses.....	14
Procedimentos metodológicos.....	15
Estrutura do trabalho.....	17
1. CAPÍTULO 1: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO TRABALHO FEMININO NA CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL E URBANIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL.....	18
1.1 A construção de um sonho: mulheres no surgimento da nova capital federal	18
1.2 O núcleo urbano principal e a “periferia” na formação do território.....	25
1.3 Urbanização, metropolização e o surgimento de uma nova RA.....	34
1.4 O território usado no Distrito Federal.....	40
2. CAPÍTULO 2: SITUAÇÃO ESPACIAL DA EMPREGADA DOMÉSTICA NO MERCADO DE TRABALHO DO DF.....	46
2.1 Trabalho doméstico: uma luta em busca dos seus direitos.....	46
2.2 O trabalho doméstico nos lares de Brasília.....	56
2.3 Situação espacial das empregadas domésticas de São Sebastião.....	73
2.4 Dados atuais do emprego doméstico no DF.....	80
3. CAPÍTULO 3: A DIVISÃO SOCIAL E TERRITORIAL DO TRABALHO DOMÉSTICO E SUA INFORMALIDADE E ALIENAÇÃO.....	89
3.1 A informalidade do emprego doméstico no Distrito Federal.....	89
3.2 Alienação do trabalho doméstico.....	94
3.3 Divisão social e territorial do trabalho doméstico no DF.....	99
3.4 O serviço doméstico no circuito inferior da economia urbana.....	108
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	117
6. APÊNDICES.....	127

INTRODUÇÃO

Atualmente, segundo dados fornecidos pela PED-DF (2020), parte considerável do setor trabalhista de serviços no Distrito Federal é composto por empregadas domésticas, ao que pode ser incluso as babás, cozinheiras, arrumadeiras, faxineiras, jardineiras, copeiras, passadeiras, motoristas, diaristas, ou em muitos casos, todas estas funções sendo realizadas por uma só mulher. Esta é uma ocupação que está presente na realidade dos lares familiares de Brasília desde o início de sua consolidação, e representa uma importante forma de ingresso para as mulheres migrantes mais pobres do país no mercado de trabalho, uma vez que não necessita, na maioria das situações, de alguma qualificação profissional ou elevado grau de escolaridade por parte destas.

A formação territorial do Distrito Federal dependeu da influência destas mulheres trabalhadoras domésticas, distintamente nas regiões administrativas. Seu destaque, em muitas situações, se oculta pela atuação dos candangos nos anos primórdios de Brasília, e se mesclam posteriormente com a participação cultural dos demais atores que formaram o território das “periferias” da capital, as quais eclodiram concomitantemente com a edificação desta.

Esta monografia busca entender a dialética dos sentidos do território a partir da relação construída pelas empregadas domésticas entre o seu “local de trabalho”, representado pelo Plano Piloto, e o seu “local de moradia”, exemplificado através da região administrativa de São Sebastião (figura 1), abordando desta forma o espaço subjetivo por estas operado, o qual resulta na formação territorial.

O espaço subjetivo destas pode ser analisado e interpretado por meio de suas percepções coletivas e individuais, tomadas pelo discurso, pela narrativa de suas histórias e experiências de vida, da realidade do cotidiano destas em sua totalidade, e da projeção de “imagens do real tomadas de valorizações, de desejos e de necessidades urbanas.” (COSTA; PELUSO, 2016, p. 4).

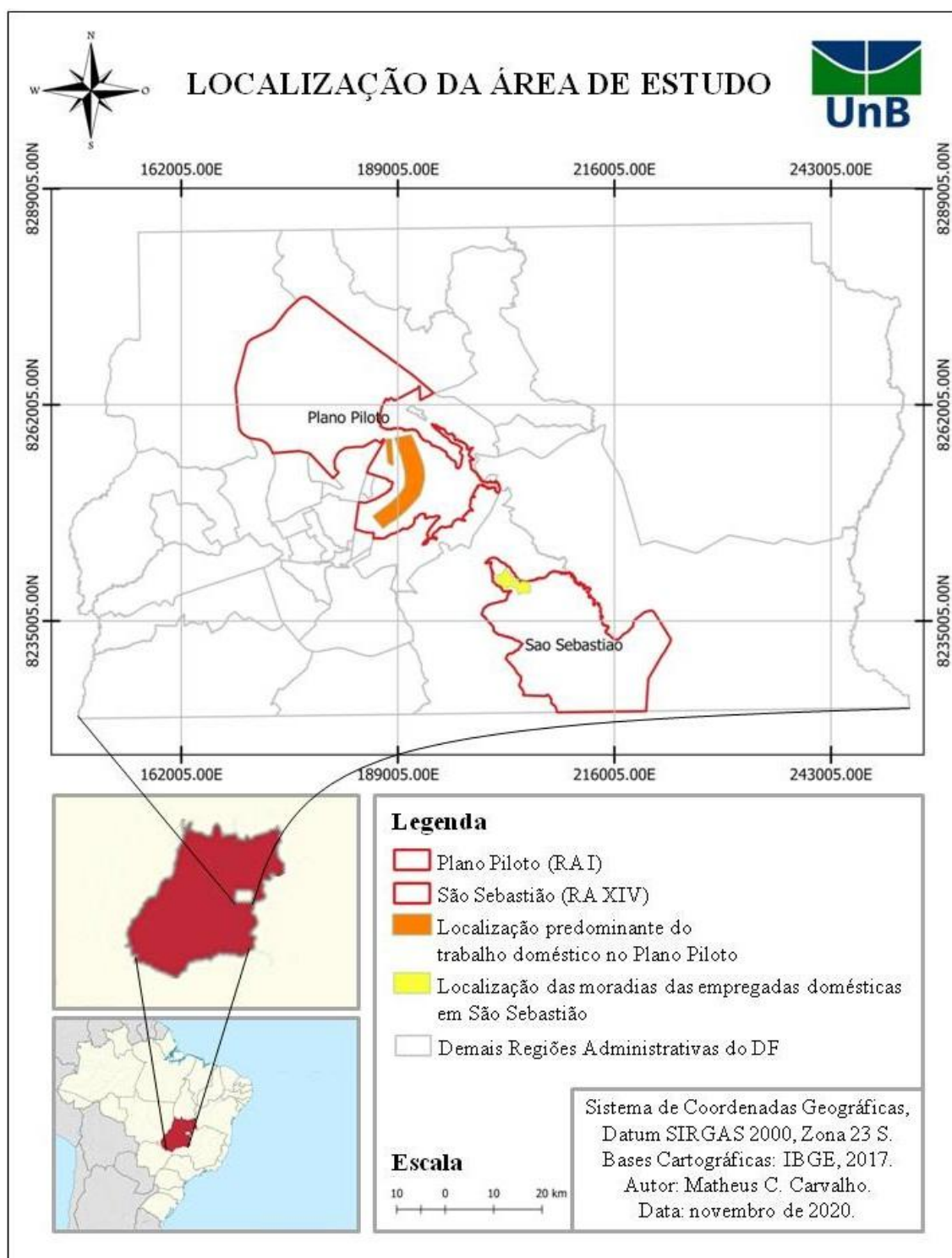


Figura 1 – Localização da área de estudo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Cabe adiantar, esta monografia incorpora a noção de *situação espacial* entendida por Costa (2016, p. 14), para quem, o habitante situado e em *situação espacial* (agente fundamental da transformação econômica do território e da cidade) carece do Estado

fornecedor das condições mínimas para o desenvolvimento como liberdade individual e coletiva; segundo o autor, “ações em torno de saberes periferizados combatem a violência estrutural do capitalismo no mercado de trabalho, na segregação urbana, nas exclusões e discriminações diversas que obstam o espírito crítico social”.

Outro conceito fundamental desta monografia se refere à divisão social e territorial do trabalho, a qual pode ser largamente explorada nos estudos geográficos, quando combinada a categoria de divisão do trabalho às noções de totalidade e de tempo, relacionando a ideia de distribuição de recursos à própria noção de evento. Esta divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial (SANTOS, 2002). Para Costa (2016), à medida que se dá a divisão social e territorial do trabalho, criam-se distintas divisões específicas, e a situação espacial do sujeito (o sujeito situado), é movimento, por isso ela tem relação com a divisão social e territorial do trabalho, uma vez que ela corresponde às condições existenciais, com base no espaço. A divisão social e territorial do trabalho produz a situação espacial.

Para o embasamento deste estudo, foram coletados os relatos pessoais de algumas trabalhadoras domésticas, residentes e não residentes da região administrativa de São Sebastião, sendo que suas histórias de vida, podem agregar maior valor ao conteúdo que está sendo desenvolvido nas análises construídas a partir desta temática de pesquisa. O imaginário urbano projetado por estas mulheres permite trabalhar com a realidade espacial por estas construídas, com os demais atores, agentes e processos responsáveis pela formação do território, e assim, destacar a interação do sujeito com o lugar por ele vivido, experimentado, percebido e reproduzido, onde as noções de pertencimento, afeição com o lugar, e a construção de identidade neste, podem ser melhores compreendidas através das narrativas destas mulheres.

As histórias de vida sintetizam “a singularidade dos sujeitos, suas interpretações e interesses, bem como a interação que ocorre entre pesquisador e entrevistado”, e nesse sentido, pode-se afirmar que as histórias narradas por estas mulheres trabalhadoras domésticas, a partir das experiências vividas no local de trabalho ou de moradia, contém “tanto informações (a objetividade do relato), quanto evocações (sua subjetividade).” (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015, p. 167).

A partir do registro destas histórias, questiona-se qual é o lugar destas trabalhadoras domésticas no território, onde elas se sentem pertencentes e fazem o uso deste em todas as suas instâncias sociais, uma vez que “os sujeitos ligam-se aos lugares e os reconhecem no curso de sua vida. Há o lugar onde se nasceu, aquele de onde se vem, onde se trabalha, o lugar onde se mora. Isto significa que o espaço pode ser simbolizado, ou seja, ganhar um lugar representacional no imaginário do sujeito” (VILHENA, 2002, p. 50).

Em 2018, dentre o contingente de 84 mil empregados domésticos em exercício no Distrito Federal, a quantidade de mulheres que realizavam o serviço doméstico nos domicílios familiares correspondia a 94,1% deste total (PED-DF, 2019). Sendo assim, este projeto reconhece a existência de homens que realizam o trabalho doméstico remunerado no DF, no entanto, estes não se encaixam na proposta de estudo desta monografia, devido aos dados estatísticos demonstrarem uma ínfima participação destes nesta ocupação, não sendo assim o foco das análises.

Justificativa

No referencial teórico e nas pesquisas acadêmicas sobre temáticas da Geografia Urbana e Cultural, pouco se é discutido a respeito da atuação doméstica das mulheres na formação sociocultural das cidades e na divisão social e territorial do trabalho. As abordagens cujos objetos de pesquisa são sob a visão feminina, que vêm ganhando cada vez mais notoriedade nas últimas décadas no âmbito acadêmico, nos possibilita estudar este tema de maneira mais aprofundada, interagindo com elementos e conceitos provindos de distintas abordagens geográficas.

A ótica de estudo sobre uma classe trabalhadora no ambiente urbano não é recente, tampouco inovadora. Mas, ao se estudar sob a perspectiva feminina, em que sua mão de obra por mais restrita que seja a um setor trabalhista específico, o serviço doméstico remunerado realizado nos lares das famílias do Distrito Federal, encontra sua relevância na forte presença destas trabalhadoras domésticas na sociedade.

Esta pesquisa visa agregar um maior valor social simbólico para estas trabalhadoras e ressaltar sua significância na formação territorial do Distrito Federal, a

partir da análise de duas regiões administrativas com perspectivas opostas, Plano Piloto e São Sebastião. Sendo que o Plano Piloto representa nesta análise o núcleo urbano da capital federal, fonte de trabalho e renda para estas mulheres, enquanto que, São Sebastião simboliza a “periferia”, o local de moradia destas com seus familiares. Assim, permite-se estudar a situação espacial destas mulheres no cenário urbano contemporâneo.

A abordagem está no âmbito geográfico, a partir das categorias de território e de divisão social e territorial do trabalho, para que de tal modo, possa-se desconstruir estereótipos formados e trazer em evidência o que está apagado tanto no trabalho cotidiano quanto na história territorial do Distrito Federal.

Objetivo (s)

Objetivo Geral

Analisar a situação espacial das mulheres trabalhadoras domésticas, no contexto urbano da divisão social e territorial do trabalho relativa ao Distrito Federal, considerando as regiões administrativas do Plano Piloto e de São Sebastião.

Objetivos Específicos

- a) Contextualizar a trajetória da formação territorial do Distrito Federal, destacando a atuação das mulheres nesta, e analisar os processos de urbanização e metropolização que ocorreram na capital federal, resultando no surgimento de suas “periferias”, como a RA São Sebastião, para assim, compreender os atores, agentes e processos que formam o território.
- b) Abordar o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, no segmento do serviço doméstico remunerado, desde a sua origem no país até a conquista dos seus direitos trabalhistas e sociais. Para em seguida, abordar a situação espacial das empregadas domésticas no DF, através dos relatos pessoais de algumas destas, e a relação construída entre estas e a região administrativa de São Sebastião, quando passaram a ocupá-lo, atuando na formação territorial deste.

- c) Interpretar a divisão social e territorial do trabalho doméstico, entre o Plano Piloto, como local de trabalho das empregadas domésticas, e São Sebastião, como local de moradia destas, abordando o trabalho doméstico através da categoria “trabalho” dentro do conceito de alienação; bem como analisar a informalidade das mulheres no serviço doméstico, e como este está situado dentro do circuito inferior da economia urbana.

Hipóteses

- a) As mulheres que exerciam (e exercem) o trabalho doméstico contribuíram na formação territorial do Distrito Federal e tiveram um importante papel na urbanização das “periferias” que surgiram, onde passaram a compor a população destas, e atraíram novos moradores, conjuntamente com suas famílias, para estas áreas mais afastadas do centro e com escassez de recursos.
- b) A população inicial de São Sebastião logo após a consolidação desta RA era constituída por uma grande quantidade de empregadas domésticas, as quais no decorrer do tempo, desenvolveram relações afetivas com o lugar que moravam, juntamente com seus familiares, vizinhos e amigos mais próximos, que compartilhavam culturas e costumes semelhantes. Sendo assim, construíram a identidade do lugar, bem como no lugar, em que a interpretação das memórias e das experiências vivenciadas neste território formado, pode ser desenvolvida através do imaginário urbano dos sujeitos em situação espacial.
- c) Há uma divisão social e territorial do trabalho doméstico, em que o Plano Piloto constitui a localização central onde este é realizado, enquanto São Sebastião, dentro deste estudo, é o local de moradia das empregadas domésticas que o executam, as quais não se sentem como parte do núcleo urbano da capital, se sentindo pertencentes apenas à cidade onde moram.

- d) O trabalho doméstico não pode ser analisado da perspectiva de produção de capital, pois não gera lucro para as famílias empregadoras, em que “produto” realizado pelas mulheres que o realizam é consumido imediatamente após a sua execução; e estas trabalhadoras estão alienadas em relação ao seu trabalho, uma vez que não se reconhecem no trabalho realizado pelas mesmas.

Procedimentos metodológicos

A princípio, para a realização desta monografia foi entrevistado um pequeno percentual das centenas de empregadas domésticas em exercício no Distrito Federal, em uma abordagem qualitativa de pesquisa, sob a metodologia do reconto de suas histórias de vida, considerando que as noções de tempo e de memória estão diretamente relacionadas às de lugar, território e identidade. Através de conversas informais, e com o auxílio de um questionário para guiar as narrativas para o cerne desta pesquisa, foram entrevistadas ao todo 20 empregadas domésticas que trabalham (ou já trabalharam) especificamente na região administrativa do Plano Piloto, as quais moram (ou já moraram) na região administrativa de São Sebastião, das quais foram destacados para este projeto apenas o relato de nove destas mulheres, por serem mais condizentes com a proposta de análise que estava em desenvolvimento, os quais agregaram os fatos que corroboraram diretamente com as teorias interpretadas por distintos autores cientistas sociais e antropólogos(as), nas abordagens realizadas com temática similar a deste estudo.

Também foram coletadas as memórias de alguns dos moradores do Plano Piloto desde a década de 1980, referentes ao período em que estes tiveram a atuação das empregadas domésticas em suas residências. Através da disponibilização de um questionário online via “*Formulários Google*”, elaborado exclusivamente para esta monografia, estes relataram questões sobre o convívio diário com estas mulheres, as relações desenvolvidas entre empregadores e funcionárias, e como estes as viam no território do Plano Piloto, já que estas destoavam dos perfis sociais de grande parcela da população feminina que integrava este núcleo urbano. Ao todo, foram coletadas 25 respostas, que consolidaram as ideias inicialmente estabelecidas, sobre a significativa presença destas mulheres nos lares da região central de Brasília.

Em uma segunda fase, com base nos dados obtidos em ambas as pesquisas qualitativas realizadas analisaram-se os resultados coletados neste processo de investigação, à luz do referencial teórico, fundamentado em autores da geografia urbana, que desenvolvem a discussão do território, a partir de seu uso e de como este está intrínseco ao espaço geográfico por este operado. Buscou-se também levantar as discussões produzidas por teóricos sociais e antropólogos, os quais se baseiam numa perspectiva humanística que destacam os perfis das empregadas domésticas, de forma que o objeto central de estudo desta pesquisa corresponde à situação espacial das mesmas, diante da divisão social e territorial do trabalho no DF. Foi considerado, o contexto social, político, econômico e cultural que as envolvem, estabelecendo parâmetros claros com o conteúdo trabalhado, que avalia o sujeito em situação espacial e o resgate de suas vivências e memórias afetivas, por meio da construção do imaginário urbano realizada pelas próprias.

Na pesquisa documental e bibliográfica levantada e analisada para esta monografia, foram realizadas além das leituras de artigos com temáticas sociais, culturais e urbanas, também foram estudados textos que trazem à tona a discussão do “trabalho”, sob uma abordagem marxista, a qual estabelece que este termo esteja intrínseco a produção de capital. E desta forma, buscou-se associar este conceito com o trabalho doméstico realizado nas casas das famílias no Plano Piloto, cuja teoria de alienação do trabalho pode ser aplicada às trabalhadoras domésticas, uma vez que em sua ocupação estas não geram lucros, não “produzem” o capital, e assim, não se reconhecem no “produto” que realizam.

Em um último momento, na busca da compreensão e interpretação do fenômeno estudado, na realidade total do universo destas trabalhadoras domésticas gestoras do cotidiano – ainda que o estudo realizado tenha compreendido apenas uma microanálise da vida dessas mulheres – buscou-se levantar algumas discussões teóricas para enfatizar o significado desta ocupação para a sociedade, e a importância da valorização não apenas do trabalho doméstico destas mulheres, mas de toda a classe trabalhista que o constitui, que por anos procuraram validar e equiparar seus direitos com os dos demais trabalhadores no mercado de trabalho.

Estrutura do trabalho

A presente monografia está organizada da seguinte forma:

O **primeiro capítulo** apresenta um panorama histórico da migração dos candangos e suas famílias, destacando a atuação feminina no período das construções de Brasília, e a relação estabelecida entre estas com o território em formação do Distrito Federal, abordando a discussão sobre o conceito de território através do seu uso, bem como trata dos processos de urbanização e metropolização do DF, destacando a formação territorial da RA São Sebastião.

O **segundo capítulo** apresenta a introdução da mulher no mercado de trabalho, contextualizando a trajetória feminina pelo reconhecimento do seu trabalho doméstico, para em seguida, inserir a ocupação do emprego doméstico nos lares do Plano Piloto, destacando a situação espacial das empregadas domésticas que o realizam, através dos seus relatos pessoais e do imaginário urbano projetado pelas mesmas. Por fim, analisa de maneira geral como essa classe trabalhista foi composta e está estruturada no DF, em especial na região administrativa de São Sebastião, em que questões de território, identidade e do lugar, são trabalhadas associadamente com a ideia de pertencimento ou não destas mulheres a estas regiões.

O **terceiro capítulo** analisa o serviço doméstico remunerado a partir da situação informal deste no mercado de trabalho atual. Em seguida, desenvolve uma análise através do conceito de “trabalho”, sob a ótica de distintos teóricos sociais, e procura estabelecer uma abordagem da relação entre o trabalho realizado pelas trabalhadoras domésticas e como o seu “produto” é visto e consumido pela sociedade. Ao passo que, desenvolve a ideia da divisão social e territorial do trabalho doméstico, existente entre o Plano Piloto (como local de trabalho) e São Sebastião (como local de moradia), para as empregadas domésticas. Por fim, estabelece um parâmetro de análise do trabalho doméstico na perspectiva do circuito inferior da economia urbana.

1. CAPÍTULO 1: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO TRABALHO FEMININO NA CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL

O objetivo desse capítulo é apresentar um panorama histórico da migração dos candangos e suas famílias, destacando a atuação feminina no período das construções de Brasília, e a relação estabelecida entre estas com o território em formação do Distrito Federal, contribuindo para o surgimento tanto do núcleo urbano planejado quanto das ditas “periferias”. Procura abordar a discussão sobre o conceito de território, a partir da perspectiva central do uso deste, bem como trata dos processos de urbanização e metropolização do DF, destacando a formação territorial da RA São Sebastião.

1.1 A construção de um sonho: mulheres no surgimento da nova capital federal

A construção da nova capital federal representou novos desafios para o Brasil. Sendo um modo de inserção ao mundo moderno dos anos 1950, o objetivo do presidente Juscelino Kubistchek e de seus apoiadores com a construção de Brasília, além da integração nacional, era desenvolver o interior do país de maneira a modernizá-lo na intenção de atrair a população brasileira para as áreas menos povoadas do território.

Na análise de Luiz e Kuyumjian (2010, p. 257) sobre os motivos da construção da capital,

Juscelino Kubitschek, tutor do projeto da mudança da sede do governo para a região Centro-Oeste, almejava reinscrever o país em uma nova ordem [...]. Significava libertar a economia da dependência do café e ampliar o setor de indústrias de base e de bens duráveis, além de romper com um círculo vicioso de golpes de Estado que perdurava desde o início da República.

Em uma proposta arriscada, com divergentes opiniões entre a população brasileira, a ideia atraiu especialmente, as atenções daqueles que buscavam uma alternativa para seus padrões de vida. As pessoas que decidiram migrar de suas cidades interioranas, de distintas regiões do país – principalmente do nordeste – possuíam grandes desejos de mudanças, com sonhos de participarem ativamente da maior construção urbana que o país já realizara. Como objetivo central na mudança para a nova capital, estes ambicionavam integrar o corpo social de uma grande cidade, que poderia fornecer novas oportunidades de trabalho, e possivelmente, melhores condições de vida.

Ao longo da década de 1950, migrando em grandes massas de todas as regiões do país, os conhecidos posteriormente como “candangos”¹, adentraram o território do atual Distrito Federal e se instalaram nos canteiros de obras aos arredores do Plano Piloto. Este termo popular, atualizado oficialmente em 1959, evoca os valores da coragem, da bravura, da ousadia, do destemido, da perseverança e da dedicação ao trabalho, sintetizando todas as virtudes do cidadão brasileiro e os aspectos valorosos da identidade nacional, logo se tornando sinônimo de pioneiro, desbravador, homem que confia no progresso; constituindo assim uma forma positiva de representar todos os envolvidos na construção de Brasília, especialmente os operários da construção civil, peões de obra e trabalhadores braçais.

O progresso social que Kubistchek almejava instalar estava sendo gerado através das oportunidades de negócio e a contratação maciça de mão de obra pela indústria da construção civil no extenso canteiro de obras de Brasília. Esta mão de obra chegava através de paus de araras, caravanas, caminhões, dentre todas as outras formas de veículos da época, carregando consigo suas famílias e os seus sonhos nas poucas bagagens que traziam, enfrentando longas viagens que duravam dias, até semanas dependendo da origem, na esperança de estabelecerem suas raízes na terra que poderia ser o lar de suas próximas gerações (LUIZ; KUYUMJIAN, 2010).

A campanha que Juscelino realizava tinha como uma de suas pautas principais, realizar a construção de Brasília em cinco anos – “50 anos em 5” – de tal modo, que cada pessoa que recém chegava nas construções da cidade, conseguia rapidamente um emprego temporário. No ritmo de trabalho intenso e frenético das construções, qualquer mão de obra era necessária e o grau de escolaridade pouco era questionado pelos

¹ A princípio, o termo “*candango*” carregava uma conotação pejorativa em seu significado. Tratava-se de uma palavra designada pelos povos africanos aos colonizadores portugueses, sendo uma deturpação da palavra “*candongo*”, originada da língua quimbundo ou quilombo, dos bantos do Sudoeste de Angola, a qual se referia a um indivíduo ruim, ordinário, ignorante, sem qualidades e cultura. Através da escravização a palavra chegou ao Brasil, e tornou-se o termo geral para as pessoas que viviam no interior em contraposição às do litoral, e sobretudo, para os trabalhadores itinerantes pobres que o interior produziu em grande quantidade, por meio dos quais este termo chegou a Brasília. Durante o período de obras da cidade, em meados da década de 1950, a palavra passou a ser interpretada como um termo honorífico aos indivíduos envolvidos nas construções da nova capital do país, aos operários e aos seus primeiros habitantes. Neste novo significado, “*candango*” representava o trabalhador comum, o operário que chegou a Brasília à aventura, cidadão íntegro e arrojado. A partir da década de 1960, este termo passou a abranger todos os envolvidos que trabalharam para erguer Brasília, incluindo desde o Presidente Juscelino Kubistchek, Oscar Niemeyer e Israel Pinheiro, até os demais profissionais como médicos, bancários, jornalistas, comerciantes, desbravadores das rodovias e aos retirantes. (HOLSTON, 1993; VIDESOTT, 2008).

empregadores, em que grande parte destes operários sequer escolaridade possuía, sendo alguns até mesmo analfabetos. O que importava para os engenheiros e arquitetos das obras, era se aquele operário que buscava por emprego, tinha capacidade e destreza em contribuir para a entrega dos projetos no curto prazo estipulado, e se adaptar as jornadas intensas e exaustivas de trabalho árduo (VIDESOTT, 2008).

Segundo Kubitschek (1963, p. 146) descreve o perfil destes operários,

O Candango era uma imagem nova no cenário brasileiro. Sem saber ler, realizava com perfeição o trabalho que lhe competia na comunidade operária da nova capital. Este batia rebites, aquele carregava tijolos, outro temperava o concreto. Cada um no seu setor e todos ajustados a um mesmo ritmo de produção.

Contudo, desde o início da popularização deste termo, a designação da palavra “candango” excluía o universo feminino, não sendo comum encontrar nos autos ou em pesquisas desta temática, algo sobre a mulher “candanga”. Ainda que no início das construções da capital as mulheres eram minoria, mesmo com o passar do tempo e com as migrações em massa tanto de homens quanto de mulheres, o termo permaneceu referente apenas ao gênero masculino (VIDESOTT, 2008).

Na obra *“Poeira e Batom no Planalto Central: 50 mulheres na construção de Brasília”* (2010), as autoras e pesquisadoras Tânia Fontenele Mourão e Mônica Ferreira Gaspar de Oliveira, destacam alguns trechos de entrevistas concedidas por mulheres que vieram para Brasília nos anos anteriores e posteriores a inauguração da capital, as quais estiveram atuantes no período das construções. Dentre os depoimentos pessoais das diversas entrevistadas no projeto, destacam-se a fala de algumas destas mulheres:

Porque Brasília foi feita de nordestinos. O papel do nordestino foi uma coisa maravilhosa. Só de entrar no Planalto, no cerrado e com as nossas próprias mãos construir, isso é muito importante. A tecnologia foi mãos nordestinas. Eu tenho muito orgulho de ser nordestina, porque eu ajudei a construir Brasília. Eu, Hilda construí².

Em Brasília havia muito, mas muito mais homens do que mulheres. Então era complicado uma mulher aqui em Brasília com tantos homens. Não encontrei dificuldade nisso, pra mim, não chegou a ser um problema³.

² Relato de Hilda Silva, publicado no livro *“Poeira e Batom no Planalto Central: 50 mulheres na construção de Brasília”* (MOURÃO; OLIVEIRA, 2010, p. 23).

³ Relato de Cleusa Senna, publicado no livro *“Poeira e Batom no Planalto Central: 50 mulheres na construção de Brasília”* (MOURÃO; OLIVEIRA, 2010, p. 43-44).

Eram poucas mulheres, tanto que eu nunca tinha ninguém para me ajudar. Eu tinha duas crianças e tinha que cuidar da casa, das crianças e sair à noite para fazer os partos, muitas vezes passava a noite toda fora. Às vezes fazia mais de um parto por noite. Mas pelo fato de ser mulher nunca tive o menor problema. Os homens tinham o maior respeito, admiração. Quando passava uma mulher por aquelas obras, eles paravam, paravam e ficavam olhando, bicho do mato. Eu era atração de circo. Depois dos partos, eles bebiam de alegria, diziam que era o miço do neném. Eu tomava um crush e ia embora ⁴.

Cardoso (2004, p. 166), destaca a importância da preservação dos depoimentos destes sujeitos em situação espacial no período das construções de Brasília, com suas notórias experiências neste território em formação, sobre os quais analisa que,

Ao narrar, os depoentes vão construindo enredos sobre os fatos, carregados de interpretações, em que eles situam não só a eles mesmo, mas também aos outros com os quais compartilharam a dinâmica social daquele período. Nesses enredos, a história da cidade é reorganizada em torno das experiências ao mesmo tempo individuais e sociais de cada um, e o passado é recriado nas significações do presente e nas perspectivas de futuro.

Segundo Mourão e Oliveira (2010), enquanto os homens se encarregavam do serviço braçal nas obras, a força de trabalho feminina tampouco era dispensada. Ainda que as mulheres representassem apenas uma pequena parcela dos trabalhadores operantes que migraram, a divisão sexual do trabalho instaurada na sociedade tradicional dos anos 1950 encontrava dificuldades para se estabelecer. Brasília no decorrer de sua construção, representou uma cidade na qual, todos precisavam se ajudar mutuamente para sobreviver em um cenário com tantas precariedades.

Muitas mulheres ingressaram sua força de trabalho em serviços gerais, com intuito de atenuar a dura labuta dos candangos. Apesar de também possuírem pouca escolaridade, não encontravam dificuldades em conquistar seu salário naquele tempo. Utilizando sua mão de obra para lavar roupas, cozinhar, costurar e limpar, as mulheres nos anos iniciais de Brasília, representavam a perseverança que o povo brasileiro já possuía diante das adversidades que a cidade poderia fornecer.

⁴ Relato de Cacilda Bertoni, publicado no livro *“Poeira e Batom no Planalto Central: 50 mulheres na construção de Brasília”* (MOURÃO; OLIVEIRA, 2010, p. 44).



Figura 2 - Mulher no preparo da refeição dos trabalhadores braçais das obras de Brasília, em um acampamento improvisado na cidade em construção.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF).

As condições adversas do ambiente urbano, existentes no período das obras da capital federal na década de 1950, possibilitaram a formação de mulheres mais engajadas e preparadas para enfrentar as dificuldades que a cidade fornecia. Não apenas ao que trata das condições desfavoráveis enfrentadas nos diversos ofícios que realizavam, se desdobrando ao máximo em suas jornadas de trabalho, mas também ao que se refere às suas moradias, uma vez que estas viviam em habitações simples, precárias, improvisadas em acampamentos, feitas com descartes de materiais utilizados das construções, e em muitas situações, sem acesso algum a água e luz (FONTENELE, 2017).

Sobre esta referida análise, Fontenele (2017, p. 1) destaca o depoimento de Maria Luíza Mendes – cozinheira que chegou em Brasília durante o período das construções, em 1978 – no qual esta relata sua experiência espacial vivenciada, através das seguintes palavras:

“No início de Brasília, eram poucas mulheres, mas a gente valia por mil. A gente fazia de tudo. Era um desafio viver sem água e luz, numa cidade toda em construção. Valeu a pena tanto sacrifício para ver nascer a nova capital do Brasil. Pena que a gente não é lembrada...”⁵.

⁵ Depoimento de Maria Luiza Mendes. Filme: *“Poeira e Batom: 50 mulheres na construção de Brasília”*. 58 min. 2010. Direção Tânia Fontenele.

Para muitas mulheres que tiveram a ousadia de deixar seus lares, Brasília significou a quebra de paradigmas, constituindo uma cidade onde não havia controles sociais e morais, como nos outros centros urbanos e municípios de suas origens com os quais estas conviviam em seu cotidiano. Nestes olhares, a nova capital federal representou oportunidades para estas terem a grande chance que procuravam em conquistar sua independência, tanto econômica quanto social, e encontraram em Brasília, um cenário possível para anularem os antigos valores patriarcais.

Conforme afirmam Mourão e Oliveira (2010, p. 42), “as relações de amizade com pessoas vindas das mais diferentes partes do país favoreciam as trocas solidárias, e homens e mulheres percebiam que precisavam reinventar outras formas de boa convivência”. Em um ambiente dominado por homens, as mulheres que recém-chegavam no Distrito federal, se instalavam nos acampamentos e alojamentos, e buscavam ofertas de trabalhos viáveis utilizando suas habilidades específicas – em corte, costura, preparo de alimentos, limpeza, cuidado com crianças – como um meio de ganhar dinheiro e o seu sustento.

As esposas dos operários, em muitas situações, trabalhavam em distintas funções nas obras, para poderem contribuir financeiramente com a renda do casal. Os jovens casais que chegavam, encontravam dificuldades em criar seus filhos longe do habitual zelo de suas avós, tias e demais familiares, e contavam com o auxílio de outras mulheres nesta tarefa, em virtude de muitas delas já possuírem experiências em cuidado com crianças, através dos próprios filhos e parentes (MOURÃO; OLIVEIRA, 2010).

Contudo, em razão da história ser escrita na maioria das vezes sob a perspectiva masculina, é incomum estudar o desenvolvimento da capital federal e se lembrar de alguma personagem feminina inscrita nos anais da historiografia oficial, a qual frequentemente omite ou minimiza a participação feminina (donas-de-casa, professoras, engenheiras, cozinheiras, lavadeiras, parteiras, prostitutas, dentre outras) na concretude da capital brasileira (FONTENELE, 2017).

Madson (2015, p. 13) complementa esse pensamento ao afirmar que,

A historiografia, construída ao longo do tempo, quer nos fazer acreditar que, em um universo de quase 60 mil trabalhadores, não existiam mulheres. Como se fosse possível, sem a participação feminina, idealizar e construir a nova capital do Brasil, no meio do nada e a 1,2 mil km do litoral. Portanto, é preciso desfazer esse falso enredo, [...] para substituir o imaginário machista que predomina sobre esse evento basilar da história do Brasil.

Segundo o estudo da Codeplan, “*Evolução dos Movimentos Migratórios para o Distrito Federal 1959 - 2010*” (2013), a partir de 1956, houve uma elevação no número de migrantes que chegavam nesse novo território. No ano de 1959, utilizando como data de referência o dia 17 de maio, o IBGE realizou o primeiro Censo Experimental de Brasília, o qual registrou uma população de 64.314 habitantes, sendo que 21.982 destes eram do sexo feminino (cerca de 34,18% da população local da época), enquanto que os demais 42.332 habitantes, eram do sexo masculino. Em uma proporção de aproximadamente dois homens para cada mulher, esses dados demográficos já destacavam a importante presença feminina – em um ambiente abarrotado de testosterona – durante o período das construções da capital federal.

Apesar de representarem um menor número da população local no final dos anos 1950, estas personagens femininas tiveram sua importância na história de Brasília, através de suas contribuições durante todas as fases de construção da cidade, e devem ser lembradas por seus próprios méritos, tais como quaisquer outros personagens nas narrativas desenvolvidas ao longo das últimas décadas, e registradas na história logo após a inauguração da capital federal.

1.2 O núcleo urbano principal e a “periferia” na formação do território

Logo após a inauguração oficial de Brasília em 1960, o intenso crescimento demográfico da cidade ultrapassou a quantidade de habitantes idealizada inicialmente em seu planejamento. A classe operária das construções que permanecia na cidade, conjuntamente com seus familiares em uma quantidade cada vez mais volumosa, representou significativo desconforto para a elite que se instalava nos prédios residenciais do núcleo urbano do Plano Piloto, no início da década de 1960. Esta por sua vez, era composta por políticos, médicos, bancários, arquitetos, engenheiros, dentre outras profissões vistas pela sociedade como mais nobres que o operário das obras. E a chegada ainda mais constante da população de migrantes que procurava por emprego e melhores condições de vida em Brasília, poderia indicar que a harmonia projetada pelos urbanistas para o centro urbano da capital, estava comprometida (COSTA; PELUSO, 2016).

Silva (1971, p. 230), em sua análise sobre a situação irregular resultante da migração descomunal que se intensificava no núcleo urbano do Plano Piloto, o qual não abarcava mais a quantidade excessiva de candangos que se instalavam nos acampamentos centrais da cidade, descreve que:

Naquela época, milhares de migrantes, muitos com suas famílias, se dirigiam ao Planalto Central, em busca de empregos. A cada dia, novas levas aqui desembarcavam. A construção de acampamentos de madeira não podia mais atender a demanda. Passou, então, essa multidão a se alojar em torno dos acampamentos, ao longo da Avenida W/3 e nas imediações do Núcleo Bandeirante.

A falta de moradia no centro urbano de Brasília se tornava uma problemática sem precedentes naquele território, resultando em uma grande insatisfação da população menos favorecida de trabalhadores sem ter onde morar. Era esperado que os candangos, conjuntamente com suas famílias, regressassem para as suas cidades de origens logo após o término das construções da nova capital federal (COSTA; PELUSO, 2016).

Contudo, tamanha foi a relação de afeição com o local que ajudaram a tirar dos papéis e erguer no novo mapa geopolítico do país que se formara – além do fato de Brasília também significar um lugar que poderia fornecer uma condição de vida melhor e novas oportunidades de emprego, pois a vida interiorana simples que a maioria destes migrantes pobres deixaram para trás não possibilitava mais o ganho de seus sustentos e

o de suas famílias – que por esta razão permaneceram na cidade, contrariando as expectativas projetadas para a urbanização do território logo após a inauguração da capital (MOURÃO; OLIVEIRA, 2010).

Ao abordar o discurso emitido em 1974 do urbanista de Brasília, Lúcio Costa, sobre os planos para a expansão inevitável dos limites da capital, Sousa et al (1996, p. 61) lembram que,

Houve uma inversão que todos conhecem, porque o plano estabelecido era para que Brasília se mantivesse dentro dos limites para os quais foi planejada, de 500.000 a 700.000 habitantes. Ao aproximar-se desses limites, então, é que seriam planejadas as cidades satélites, para que se expandissem ordenadamente, racionalmente planejadas. Mas ocorreu a inversão, porque a população a que nos referimos, [os candangos] aqui ficou e surgiu o problema de onde localizá-la.

Neste discurso, Lúcio Costa previa – assim que a população ultrapassasse a quantidade idealizada de habitantes – expandir os limites de Brasília para as áreas no entorno do núcleo urbano. De acordo com o “*Relatório do Plano Piloto*”⁶, publicado originalmente em 1957 e de autoria do próprio Lúcio Costa, tornava-se explícito que: “[...] deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora, prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população.” (COSTA, 1991, p. 30).

Entretanto, ainda que constasse no planejamento dos urbanistas a criação de um território para abarcar a população que se expandia de forma desordenada, foi a partir da criação de assentamentos nos núcleos periféricos – construídos para receber a população mais pobre que migrara – que grande parte antecipou suas movimentações e se deslocaram em massa para estes centros ainda não concluídos, causando um desvirtuamento da população para a “periferia”⁷ que estava sendo desenvolvida aos arredores de Brasília.

⁶ COSTA, L. Relatório do plano piloto de Brasília. Elaborado pelo ArPDF, CODEPLAN, DePHA/DF – Brasília: GDF, 1ª edição, 1991, 76p.

⁷ Ressalta-se aqui que o termo “periferia” pode ser relativizado e, portanto, sempre será mencionado nesta monografia entre aspas. Segundo afirma Simone Pallone (2005, p. 1), “no contexto brasileiro, a palavra periferia é algo típico do processo de metropolização dos anos 1960-70. O termo tem sido usado para designar loteamentos clandestinos, ou favelas localizadas em áreas mais centrais, onde vive uma população de baixa renda. [...] o termo periferia carrega consigo um sentido político, econômico e social que o subúrbio em princípio, não tem. Não dá para pensar em periferia sem pensar em centro. É um par dialético que faz parte dos fundamentos da teoria do desenvolvimento econômico”.

Ao que trata da fase inicial de Brasília, Paviani (2010, p. 88) analisa que as intensas e contínuas correntes imigratórias, entre o período de 1956 a 1969, resultaram no surgimento e à multiplicação destes assentamentos humanos nas proximidades da cidade planejada, o que contribuiu para uma acentuada expansão demográfica da população de apenas 12.700 habitantes em 1957, a alcançar 64.314 moradores em 1959, e uma década posteriormente, atingir o expressivo dado de 127.000 habitantes em 1969. E a partir desse crescimento significativo, conforme afirma Paviani (2010, p. 89) “[...] estabelece-se, nitidamente, a diferenciação entre o core (constituído pelas classes média e alta, em sua maior parte) e a **periferia** (formada por população de baixa renda, que habita as “cidades-satélites”, acampamentos e algumas favelas)”.

Antes mesmo de sua inauguração, Brasília já constituía uma cidade enraizada no viés da estratificação social, que segregava sua população a partir de suas condições socioeconômicas comuns, “onde a incorporação diferencial de benesses era condição fundamental de sua organização socioespacial.” (COSTA; PELUSO, 2013, p. 7). Em contraposição a todo o seu planejamento inicial minuciosamente projetado, a capital logo se tornou uma cidade excludente, onde apenas uma minoria da população tinha acesso privilegiado a sua esfera pública de recursos.

O migrante pobre que adentrava o território da futura capital federal na década de 1950, involuntariamente se inseria numa dinâmica segregadora socioespacial, a qual não fornecia perspectiva igualitária alguma de inclusão, frente à camada da população mais abastada que ocupava – porque estava apta a ocupar – o centro urbano do Plano Piloto, e usufruía do seu “direito à cidade” pois este era validado. Enquanto que, restava ao operário desprovido de qualquer poder aquisitivo, ocupar o precário entorno periférico da cidade, no intuito de conquistar o que lhes foi negado, almejando criar algum vínculo de pertencimento com aquele território.

Segundo Moura e Januzzi (2019, p. 113), a partir do estabelecimento de áreas residenciais para os membros das camadas médias de Brasília, estas áreas “ao serem estabelecidas, transformam os espaços que ocupam no sentido de torná-los *classificados*, ou seja, identificados como territórios cujos direitos de ali viver estão vinculados a uma classe social específica”.

No final dos anos 1950, foram construídas as primeiras cidades-satélites, para abrigar a população que migrara para trabalhar nas construções e desprovida de

qualquer acúmulo de capital financeiro, expandindo assim, a divisão técnica e social do espaço da Capital. Taguatinga foi a primeira cidade-satélite oficialmente inaugurada, em 1958 – antes mesmo que Brasília – cujo intuito de sua construção, segundo afirma Silva (1971, p. 230), era de “proporcionar aos modestos habitantes de Brasília (o candango que ajudou a construir a cidade) a aquisição de um terreno para a construção da casa própria”.

Segundo Costa e Peluso (2016), sob uma visão crítica analítica, Taguatinga foi criada para servir como um “depósito de trabalhadores” das construções da capital. Estratégia esta, a qual foi reproduzida semelhantemente nas cidades-satélites que eclodiram no início da década de 1960, como Sobradinho e Gama, os primeiros núcleos autorizados pelo governo do Distrito Federal. Desta forma, as autoridades responsáveis pelo projeto urbanístico de Brasília pretendiam manter distante do centro urbano do Plano Piloto a massa de candangos que não “pertencia” àquele território, por meio da ideia de afastar para o entorno periférico do núcleo, aquela população que estava alojada nos acampamentos das firmas empreiteiras dispersos nas proximidades dos canteiros de obras da capital federal (COSTA; PELUSO, 2016).

Dentre as trabalhadoras domésticas entrevistadas para a escrita desta monografia, está uma das moradoras mais antigas do Distrito Federal (desde o ano de 1960), a qual relatou como era viver na “periferia” de Brasília, especificamente na cidade de Taguatinga, cujo território se formara concomitantemente com o núcleo urbano do Plano Piloto. A partir de sua análise subjetiva do lugar com o qual desenvolveu certa afeição e construiu uma identidade com o território, esta descreve como foi sua infância em um ambiente que carecia de tantos recursos básicos, e representava um contraste imediato com o centro urbano inteiramente planejado e recém-criado de Brasília. Em sua narrativa, a “entrevistada A.” relata:

Cheguei aqui em 1960, na inauguração de Brasília. Eu tinha 10 anos. Fui morar em Sobradinho. [...] Depois fui para Taguatinga. Só que em Taguatinga, a gente já morou em uma invasão. Meu pai, tipo assim, ele “invadiu”. Fez um barracinho coberto de saco de cimento, em cima não pingava não, mas a água na porta entrava e saía do outro lado. Não tinha asfalto, só no centro mesmo. Lá na invasão era só terra mesmo, só a lama na chuva, o asfalto demorou pra passar lá na rua nossa, demorou. Aí foi quando veio a Terracap, e marcou todos os lotezinhos, e falaram para não deixar ninguém mais construir, porque o pessoal invadia era a noite, chegava faziam os barracinhos a noite, e no dia seguinte o pessoal já tava lá dentro. Aí a prefeitura veio, marcou os barracinhos tudo e falou que tal dia o caminhão da Terracap ia passar e levar vocês para o Gama. A gente foi para o gama em 70, e lá só tinha mato. Assim, a gente tinha que capinar e tudo. Não tinha

água, não tinha luz. Eu lembro que quando veio a água foi maior alegria, porque a gente corria com as latinhas atrás do caminhão que passava, o caminha pipa, e a meninada tudo correndo atrás, caçando latinha para encher de água. E quando veio a energia também foi maior alegria. Antes era só na vela, candieiro. Neste tempo você podia dormir com a porta aberta, era mais seguro⁸.

O governo de Brasília no início da década de 1960 fornecia alguns terrenos no entorno da capital, para que a população migrante mais pobre de trabalhadores se instalasse de alguma forma; entretanto, não foi possível distribuir terras suficientes para a grande massa que se mudava para a região. Ao perceber que não se encaixavam no grupo majoritariamente composto pela elite da época na dinâmica socioeconômica que estava sendo instaurada no núcleo urbano de Brasília, estes indivíduos foram “influenciados” pelas autoridades da capital, a se transferirem para as cidades-satélites, onde construíram seus barracos improvisados e se instalaram, fazendo destas simplicidades suas novas moradias. Esse contraste, já revelava como um país que se modernizava rapidamente, construindo uma nova cidade inteiramente planejada, pôde criar em seu ligeiro desenvolvimento, uma realidade de pobreza cuja população permeou diretamente. Porém, há de se considerar, com Santos (1996, p. 26), que “as cidades produzem aceleradamente, escassez e cultura”, dialeticamente.

Reforçam essa análise, Costa e Peluso (2016, p. 32) ao afirmarem que:

Planejar, implementar e alojar as classes destinadas ao Plano Piloto projetado por Lucio Costa implicava na negação de um Brasil cuja urbanização seguia as vias da negligência a totalidade territoriais. Recusavam-se as ‘multidões’ que ‘invadiam’ o espaço modelo e nele pretendiam se alojar. Tais multidões, porém, almejavam moradia como forma de se tornarem sujeitos inseridos neste ‘novo mundo urbano’; testemunho disso foi a fragmentação territorial da cidade unitária para abrigar a classe trabalhadora, que deveria regressar as suas terras de origem.

A capital federal planejada de forma meticulosa, desde os seus esboços urbanos iniciais, e com data para ser inaugurada, já apresentava ao longo de sua construção uma contraposição bem explícita. A mesma cidade que necessitou da força da mão de obra de centenas de trabalhadores, vindos de todas as regiões do país, em uma ação conjunta que exigiu excessivas cargas intensas de trabalho e esforço árduo, conforme afirma Freitas (2013, p. 42), “já se via pensada nos moldes da exclusão e da segregação

⁸ Entrevista concedida pela empregada doméstica A., em agosto de 2020.

espacial, contando com áreas habitacionais para a massa de mão de obra que levantaria os pilares da cidade moderna, erguida para ser sede do governo federal”.

Nesta discussão da segregação espacial difundida no território de Brasília, entre o núcleo urbano e as cidades-satélites que eclodiam, Gouvêa (1999, p. 94) interpreta esta situação na seguinte análise:

[...] o governo segregou física e socialmente as classes populares nas distantes e mal equipadas cidades-satélites, desenvolvendo ao mesmo tempo uma política de controle social dessa população, por meio da distância que separa os núcleos satélites do Plano Piloto (centro de decisões) e pelo traçado destes núcleos. Tal desenho, com ruas retilíneas e longas, com edifícios sem abertura para os espaços públicos, em várias de suas partes formando becos, que funcionam como depósitos de lixo, e espaços públicos exageradamente amplos e áridos, criou um traçado urbano bem diverso do arranjo espacial dos assentamentos erradicados.

Holston (1993, p. 92), avalia o cenário utópico futurista sobre o qual Brasília havia sido idealizada, explanando um pensamento que já naquela época não condizia muito com a realidade territorial encontrada entre o centro urbano da capital e seu entorno periférico cada vez mais expansivo, no entanto, ainda escasso de recursos básicos para a população menos abastada que o ocupava, em que afirma:

Traçando o retrato desse futuro imaginado e desejável, Brasília representava a crítica das condições existentes, daquilo que era inadequado e irrealizado no Brasil, [a nova capital federal] era assim apresentada como uma utopia tanto racional quanto crítica. Era uma utopia racional enquanto meio e processo para o desenvolvimento. Sua construção iria desvelar as até então desconhecidas riquezas do interior, o poder desconhecido da integração nacional e, em última análise, ‘o universo irrevelado’ da grandeza brasileira.

A negligência para com os candangos de origem humilde que permaneceram no território da capital simbolizou o lado “distópico” do projeto que guiou todo o processo de origem da capital, o qual por meio de sua política de desenvolvimento nacional, personificada na criação de Brasília, visava unificar todo o país a partir de uma ideologia espacial integracionista, que em contrapartida era segregante, ao que pode ter sido o único meio encontrado de alcançá-la (HOLSTON, 1993).

Ao complementar sua análise, Holston (1993, p. 200) retoma a questão problemática da estratificação social incorporada no território da capital desde sua criação, contrapondo toda a utopia projetada inicialmente para Brasília, a qual ficou restrita apenas no planejamento e discurso dos governantes da capital, pontuando que,

Negando aos operários da construção direitos de residência, pretenda evitar que o Brasil por eles representado fincasse raízes na cidade inaugural. A dificuldade desta solução é que destruíra o projeto utópico. Os planejadores do governo usaram, de modo necessário e até mesmo inconsciente, os únicos meios à disposição para assegurar seu objetivo: os mecanismos de estratificação social e de repressão que constituem a própria sociedade que tentavam ver excluída. Fazendo isto, introduziram os princípios e os processos desta sociedade nos fundamentos de Brasília.

O plano piloto e as cidades-satélites construíram em seu vínculo, uma relação que refletia as segregações e as contradições vigentes sempre existentes na sociedade brasileira, independente do espaço-tempo que seja analisado (VESENTINI, 1986). Por meio das histórias narradas e dos relatos compartilhados, todas as lembranças que rodeiam as vivências dos candangos no território de Brasília, se destacam frente à memória descrita nos autos e arquivos oficiais desta temática histórica, sendo fundamental conhecer as múltiplas perspectivas desenvolvidas em um mesmo estudo social, para compreensão de todo o contexto envolto dentro de uma mesma temática. Negligenciar a narrativa construída através da história candanga, é ser negligente também com o fato de a memória ser intrínseca a identidade de um lugar (COSTA; PELUSO, 2013).

A capital que foi construída para simbolizar o progresso nacional que o país tanto ambicionava conquistar, cidade modelo minuciosamente planejada e estruturada, que mobilizaria a todos para que conhecessem pessoalmente suas inovações arquitetônicas, fruto do mundo moderno para qual o país almejava se inserir, ficou restrita a sua própria teoria, entre um mundo planejado e a realidade concreta do seu território. Entre o projetado e o idealizado há uma mudança de significado, que como afirmam Costa e Steinke (2014, p. 8), “o progresso, enquanto intensificação expressiva da modernização territorial, justifica expressões materiais pela ideologia que molda a modernidade enquanto possibilidade do contemporâneo”.

Para Costa e Peluso (2013), a inserção ao mundo moderno que Brasília representaria, encontrou obstáculos para seu progresso em um país cuja infraestrutura, serviços públicos e acessos urbanos estavam distribuídos de forma desigual no território nacional, de acordo com a hierarquia de classes sociais existentes entre a população; e sendo que o território que o sujeito ocupa é o que determina sua condição na sociedade, a capital federal que representaria a antítese dessa teoria, não passou de um mero pensamento utópico.

Costa e Peluso (2013, p. 4) realizam uma crítica na contradição existente entre o idealizado e o construído em Brasília, que não atendeu as expectativas projetadas para uma nova cidade moderna que surgira como fruto da integração e do desenvolvimento nacional do país; a qual forneceria as mesmas oportunidades para toda a população, mas que encontrou na segregação espacial difundida em seu território, a primeira forma de excluir parte de sua população, negando a eles todas as comodidades idealizadas para o todo. Em suas reflexões, afirmam que:

[...] Brasília sintetiza um projeto de desenvolvimento fundamentado em um paradoxo. Ao mesmo tempo em que representa a utopia necessária de um novo Brasil, a cidade negou as condições vigorantes da realidade brasileira, [...] Emerge uma utopia de cidade ideal e idealizada para o desenvolvimento que nega e afirma, dialeticamente, as contradições históricas atinentes à nossa formação territorial ou à ideologia espacial constitutiva do Estado Nacional [...] Se, discursivamente, a fundação da capital representaria a inauguração de um novo país, na prática, a história é outra.

A dinâmica segregadora socioespacial instaurada na capital, impossibilitou que os candangos mais pobres tivessem acesso aos mesmos privilégios de moradia que a elite deteve por direito quando ocupou o centro urbano da capital. Para Oliveira (2020, p. 44), “é no urbano que se ganha uma materialidade mais visível bem como a condição geral de existência e de reprodução social empreendida pelos atores que a promovem – destacando um dos atores, o cidadão, o qual anseia por morar bem e morar próximo aos centros urbanos”.

A população que fora transferida – sem qualquer alternativa – para a “periferia”, não tardou a perceber que não seria possível conciliar o “morar bem” com o “morar perto do centro”. As áreas periféricas onde era factível ocupar, não forneciam os mesmos recursos básicos de moradia encontrados no seio de Brasília, como acesso à água encanada, energia elétrica, ruas asfaltadas, casas construídas com tijolos, telhas reforçadas, comércio nas avenidas, segurança – conforme mencionado pela “entrevistada A.” (p. 28-29) – sobre os quais todos os indivíduos deveriam ter acesso por direito. Tão pouco eram próximas da concentração de serviços essenciais restrita ao centro da cidade, sendo privadas da interatividade com o urbano em sua totalidade, pois segundo analisa Peluso (1987, p. 128) a periferia “é excluída dos benefícios urbanos, das decisões sobre o que construir, onde trabalhar e como morar”.

Na divisão territorial do trabalho que se desenvolveria posteriormente a consolidação da capital no território do Distrito Federal, o Plano Piloto se tornou a

localização central para os serviços prestados pela comunidade periférica de Brasília. Enquanto que a elite dirigente e intelectual concentrada no núcleo urbano da capital era integrada pelos trabalhadores do setor público e dos serviços especializados, os quais possuíam maiores chances de receber melhores salários, as cidades-satélites, cuja população pobre abrigada apresentava alta mobilidade pendular, era onde residiam os trabalhadores com menores qualificações profissionais, como as empregadas domésticas – abordadas no *capítulo 2* deste projeto – as quais passaram a trabalhar nas casas destas famílias de classes sociais mais elevadas (LUCHIARI, 2014).

Para Luchiari (2014, p. 437-438),

Nas grandes cidades os que conseguem os altos postos irão habitar nos melhores lugares, aqueles mais caros e repletos de serviços essenciais e de instalações destinadas ao lazer; enquanto os destituídos de elevadas posições no mercado de trabalho irão morar em lugares menos valorizados, onde há falta de serviços e de equipamentos de lazer.

Segundo Costa (2011, p. 325), na perspectiva da dialética espacial há a *situação geográfica*, a qual pode ser estudada, “considerando a questão da localização e das referências de articulação e imbricação centro-periferia, caracterizando o território intraurbano em sua totalidade”. O autor ainda acrescenta a este pensamento que, “se a periferação refere-se ao processo de segregação socioespacial da classe baixa, que se dista da área urbana central, cumpre-nos entender o processo de formação e a *situação geográfica* na qual estão inseridas as pessoas residentes em áreas marcadas pela escassez de serviços e equipamentos de uso coletivo.” (COSTA, 2011, p. 326).

1.3 Urbanização, metropolização e o surgimento de uma nova RA

No contexto de sua consolidação, Brasília passou a ser vista como uma região metropolitana, com sua população se elevando cada vez mais, à medida que seu núcleo e as suas cidades-satélites também se expandiam territorialmente. Paviani (1994, p. 27) trata o fenômeno da urbanização, como um processo que gera o espaço urbano, e absorve o movimento, as mudanças e transformações que a sociedade mesma lhe impõe.

O espaço urbano referido, na síntese de Costa e Peluso (2016, p. 8) “é produzido material e idealmente, com um caráter de situação territorial singular, pois é vivido, percebido e representado de maneira simultânea por atores e agentes, de forma sintagmática ou interdependentemente, em relações de poder”. Ou seja, o espaço operado constitui o território, o qual representa a realização redundante no espaço.

Santos (1993, p. 75-76) caracteriza uma região metropolitana, resultante do fenômeno da urbanização do território, como sendo formada por mais de um município – sendo um central que a nomeia e representa uma área bem maior que os demais – e que são objeto de programas especiais, levados adiante por organismos regionais especialmente criados, com a utilização de normas e de recursos em boa parte federais. São as regiões de planejamento, onde o que é feito não atende à problemática geral da área, limitando-se a aspetos setoriais.

Costa e Peluso (2016, p. 9) elucidam sobre essa subdivisão territorial que constitui uma metrópole, em uma análise através da perspectiva central da composição da capital federal, alegando que,

O Plano Piloto para Brasília (a nova Capital), em 1960, foi o ponto unificador do espaço que viria a se constituir metrópole, ou seja, fez-se espacialidade dotada de forças centrípetas e centrífugas capazes de conduzir o ordenamento territorial do que se tornaria o Distrito Federal, implantado por um governo forte e onipresente, imbuído da ideia do novo, do civilizador e do modernizador.

O território do Distrito Federal foi integralmente ordenado com base na forma estrutural e socioeconômica projetada pelo núcleo urbano da capital, o Plano Piloto. Este que por meio da influência que exercia perante as “periferias” que eclodiam às suas margens sob seu reflexo – contudo de maneira limitada, sem o mesmo planejamento e recursos financeiros – conectava todas as áreas urbanas distintas que passaram a integrar o território da capital, e era tido como detentor dos bens de consumo e serviços por toda

a população em expansão nestas localidades, representando o ponto de referência para tudo de novo e atrativo que se formara naquele território.

Brasília, assim como as demais metrópoles existentes no país na década de 1960-1970, apresentou um crescimento urbano impulsionado por dois vetores: um relacionado à população, com destaque para o incremento vegetativo, sustentado pelas correntes migratórias que não cessaram após o período de construção da capital, e o outro ligado às atividades do setor econômico (PAVIANI, 1994).

No período correspondente a consolidação de Brasília, entre os anos 1970 e 1985, Freitas (2013, p. 42) aponta que a população da nova capital federal se expandiu de modo intenso em seu processo de metropolização, ultrapassando o primeiro milhão de habitantes, sendo explícitos os reflexos desse crescimento, por meio da pressão provocada sobre a oferta de bens, serviços e habitação.

O Plano Piloto era apresentado como a área mais nobre da capital, onde se concentravam todos os serviços essenciais que uma cidade requer, sendo o local mais estimado para moradia pelas classes média e alta que o ocupavam desde sua criação, bem como para os indivíduos segregados nas cidades-satélites, os quais não poderiam arcar com os custos destas moradias, nem com todo o padrão de vida que as envolviam. E essa era a ideia para a qual foi projetado este espaço-modelo, construído justamente para atender a todas as necessidades que uma metrópole podia demandar, onde a população teria fácil acesso aos seus locais de habitação, trabalho, comércio, circulação e lazer, em que tudo estaria ao alcance daqueles que tinham condições de sustentar o elevado padrão de consumo do núcleo urbano de Brasília (HOLSTON, 1993).

Brasília como uma metrópole, tem seu espaço urbano produzido pelos agentes sociais de maneira segregadora, evidente na dialética socioespacial dicotomizada entre o Plano Piloto e as “periferias” como Taguatinga, Gama e Sobradinho dos anos seguintes à suas formações territoriais, coerente com os moldes do capitalismo regente na sociedade, que permanece comandando o desenvolvimento destas cidades, as quais são produto, meio e condição das lutas e conflitos sociais e espaciais que se constroem no decorrer histórico em um território.

Na abordagem de Costa e Peluso (2016, p. 9), sobre Brasília ser vista como uma metrópole, os autores destacam que:

A propósito da argumentação sobre *uma nova experiência urbana metropolitana alienada e alienante*, é oportuno interpretar Brasília como metrópole moderna [metrópole moderna que vive os dramas do urbano em um país que se desenvolveu sob as bases de uma “modernização conservadora” e de uma “industrialização a baixos salários”, sob a exploração máxima de uma massa de migrantes com poucas perspectivas de uma vida digna no território de destino] cujas circunstâncias de sua edificação sugerem tal alienação como falsa e retórica.

Desde a década de 1960, Brasília passa por um processo de expansão gradual que não cessa até a atualidade, visto que as agora denominadas como “*regiões administrativas*”⁹ (antigamente nomeadas como cidades-satélites), estão sendo subdivididas em setores, com base nas características socioeconômicas espaciais destes territórios ocupados pela população do DF.

Até a presente data desta monografia, há no território do Distrito Federal, 33 regiões administrativas, fundadas desde a década de 1950, sendo que as mais recentes – Sol Nascente e Arniqueiras – foram oficialmente integradas a esta unidade da federação em 2019 (SEGOV). Desta forma, a subdivisão territorial do DF é criada através da oficialização destas regiões administrativas, “cujos limites físicos definem a jurisdição da ação governamental para fins de descentralização administrativa e coordenação dos serviços públicos” (BRASIL, 1964).

Dentre todas as regiões administrativas que integram o território do Distrito Federal, nesta pesquisa destaca-se a cidade de São Sebastião (Região Administrativa XIV¹⁰), cujo território está vinculado ao núcleo urbano da capital federal, o Plano Piloto (Região Administrativa I¹¹), desde antes à sua formação.

⁹ Através da Lei nº 4.545/64, de 10 de dezembro de 1964, foi determinado que a divisão do território do Distrito federal seria oficializada por meio de regiões administrativas, as quais já existiam anteriormente, porém não estavam oficialmente definidas, sendo conhecidas popularmente nos autos como “cidades-satélites”, com a exceção de Brasília (Plano Piloto) por representar o núcleo do DF. (BRASIL, 1964). Ressalta-se que nesta monografia o uso do termo “cidade”, quando associado às regiões administrativas do Plano Piloto, São Sebastião e demais outras, não apresenta o mesmo significado que em comparação às cidades que integram os estados brasileiros, no sentido jurídico de um núcleo urbano qualificado por um conjunto de sistemas político-administrativo, econômico não agrícola, familiar e simbólico como sede do governo municipal. Sendo assim, neste estudo o uso da palavra “cidade” apenas referencia a noção que as empregadas domésticas possuem do local onde trabalham ou moram.

¹⁰ Região administrativa XIV do Distrito Federal oficializada por meio da Lei n.º 467, de 25 de junho de 1993 (SEGOV).

¹¹ Região administrativa I do Distrito Federal oficializada por meio da Lei n.º 2.874, de 19 de setembro de 1956, que dispõe sobre a mudança da capital federal (SEGOV). “Quando o Distrito Federal foi subdividido em 8 Regiões Administrativas (Lei nº 4.545/64), a RA I chamava-se Região Administrativa I – Brasília 1964 e englobava o Guará, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Cruzeiro, Lago Norte e Lago

A relação desenvolvida entre estes dois centros urbanos, e suas respectivas formações territoriais, constituem a pauta central deste projeto, a qual aprofunda a discussão envolvendo os conceitos de território usado e a divisão social e territorial do trabalho doméstico, sob a perspectiva de análise destas duas cidades, ao passo que destaca a noção de situação espacial das empregadas domésticas que realizam esta ocupação no Plano Piloto, e atualmente moram em São Sebastião.

A região que hoje pertence aos domínios do território de São Sebastião, já era ocupada desde antes de Brasília ser oficializada como a capital federal em 1960. A partir de 1957, a ocupação se intensificou por meio do emprego gerado pelas muitas olarias e cascalheiras que ali se instalaram – devido à abundância de argila na região – as quais trabalhavam diretamente com o fornecimento dos materiais necessários para a edificação da capital, objetivando, à época, suprir parte da demanda de tijolos, telhas, areia e cascalho da construção civil. Por esta mesma época, ocorreram também as desapropriações das fazendas Papuda, Taboquinha e Cachoeirinha, cujas terras remanescentes correspondem ao local onde a “Agrovila São Sebastião” (antigo nome da cidade) se desenvolveu (CODEPLAN, 2019).

Segundo afirma Araujo (2009), por intermédio da já extinta Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, as terras que constituíam a área que atualmente abrange a região de São Sebastião, posteriormente foram arrendadas, em virtude da diminuição da necessidade de materiais para as construções de Brasília, e conforme os contratos iam sendo expirados, as olarias foram paulatinamente sendo desativadas. Contudo, a desativação destas não representou que o local seria desabitado por completo. A população que ali vivia, ao se ver sem empregos e sem moradia, muitos migraram para as demais cidades-satélites no entorno periférico da capital, entretanto, alguns destes moradores permaneceram e formaram um pequeno núcleo urbano, que aos poucos foi se estruturando irregularmente ao longo do Córrego Mata Grande e Ribeirão Santo Antônio da Papuda (ARAUJO, 2009).

A beleza da região, associada ao preço baixo da terra e a falta de regularidade do solo, constituíram as principais razões que atraíram a população migrante que chegava

Sul. Com a Lei nº 1.648, de dezesseis de setembro de 1997, a RA I passa a ser denominada de Região Administrativa I – Plano Piloto” (CODEPLAN, 2019, p. 9).

ao território do Distrito Federal a se instalar nesta área, em meados da década de 1980, conforme informações disponibilizadas pela Administração Regional de São Sebastião. Aqueles que não tinham condições de morar no Plano Piloto, que nesta época já estava bem mais desenvolvido e elitizado do que quando fora construído, nem interesse em habitar as cidades-satélites que estavam em contínua expansão territorial e social, ainda que, por mais que a situação socioespacial destas tenha progredido com a democratização do acesso a água encanada, moradia apropriada, ruas asfaltadas, redução do desemprego e da pobreza extrema, ainda enfrentavam outros problemas urbanos, agravados pela negligência do Estado.

Na perspectiva de análise sobre a formação territorial da cidade, Araujo (2009, p. 6-7) alega que,

Enquanto esta maioria das cidades chamadas inicialmente de “cidades satélites” surgia por decisão governamental para abrigar e deslocar do Plano Piloto grande contingente de população, a cidade de São Sebastião teve um movimento diverso da maioria destas cidades do DF. São Sebastião teve sua origem ligada a uma aglomeração espontânea de população, surgida à margem de preocupações governamentais, localizada em sítio afastado do Plano Piloto. [...] A existência, em São Sebastião, de um território com ocupação previamente registrada inibiu a proposição de uma cidade planejada, ocupada por um plano urbano preso à funcionalidade técnica dos espaços, em que tudo tem o seu lugar previsto pelo estado e as regras, os princípios, as normas e os gabaritos das áreas são previamente determinados à sua ocupação.

A configuração territorial da RA São Sebastião foi constituída por diversos elementos que a tornavam aquém das preocupações governamentais por um extenso período, o que contribuiu significativamente para sua continuidade, como a distância entre esta localidade e o Plano Piloto, a dificuldade de deslocamento entre ambos e a sua pequena quantidade de habitantes. Desta forma a cidade se desenvolveu às margens da exploração de sua terra, pelo apartamento de parcelamentos irregulares das glebas rurais, consolidando o núcleo original de São Sebastião de uma maneira distinta em relação à criação das demais cidades-satélites, longe do rigor do planejamento urbano tradicional implantado pelo governo do Distrito Federal, segundo relatam os moradores locais, e os pioneiros da cidade. O resultado deste processo foi uma estrutura urbana sem a qualificação tradicional de uma cidade integrada a uma metrópole.

Costa e Peluso (2016, p. 15) ao abordarem o desenvolvimento das áreas periféricas de menor escala às margens do processo de urbanização da capital – como

era o caso da cidade de São Sebastião em meados da década de 1980 – e o descaso das autoridades governamentais frente a esta problemática, explicam que,

Apesar das remoções, “invasões” continuavam em todo o DF, tanto no Plano Piloto quanto em suas proximidades. As muito pequenas e empobrecidas passavam quase despercebidas, dado o reduzido número de moradores, mesmo que estivessem muito próximas do Plano Piloto ou de áreas nobres da Capital e dentro de zonas de preservação ambiental.

A partir de 1986, segundo a Codeplan (2019), iniciou-se a consolidação das ocupações espontâneas de alguns bairros da cidade, com lotes unifamiliares de tamanhos e formatos irregulares. Na década de 1990, ocorreu um número ainda maior de ocupações na cidade, motivadas através da busca de lotes que seriam distribuídos pelo Governo do Distrito Federal (GDF), como parte do programa de erradicação de habitações em áreas de preservação e de risco, como aquelas ocupadas logo na formação original do núcleo da cidade de São Sebastião. Somente em outubro de 1992, que o GDF criou o Grupo de Trabalho na intenção de regularizar a área prevista na Lei nº 204/91¹² (CODEPLAN, 2019).

A partir desse momento, foram desenvolvidos pelo governo alguns projetos de parcelamento do solo urbano, constituindo o programa habitacional de interesse social, resultando na criação de novas áreas na cidade. Em 25 de junho de 1993, a nomeada à época como Agrovila São Sebastião, foi oficializada como uma das regiões administrativas que constituem o Distrito Federal (Lei nº 467/93), passando a ser esta, a data de aniversário da cidade (CODEPLAN, 2019).

O processo de urbanização do DF ocorreu de forma heterogênea, tanto no tempo quanto no espaço, em que suas regiões administrativas se desenvolveram de diferentes maneiras, por atores, agentes e processos sociais distintos. São Sebastião foi mais uma das cidades periféricas que surgiram como resultado das contínuas ocupações por parte da população de migrantes mais pobres, que fora atraída pela baixa oferta de suas terras. Segundo análise dos próprios moradores da cidade, a cidade que em sua origem atraiu em grandes quantidades os trabalhadores da construção civil e de serviços domésticos, atualmente atrai uma população diferenciada e diversificada, e continua em expansão, não apenas demográfica, mas também territorial.

¹² Lei nº 204, de 13 de dezembro de 1991, que autoriza a fixação, pelo Governo do Distrito Federal, da população da Agrovila São Sebastião (CODEPLAN, 2019).

1.4 O território usado e o sujeito em situação espacial no Distrito Federal

O conceito de território é abrangente, e incorporado no âmbito da geografia urbana através de distintas matrizes teóricas. Constitui assim, um conceito que muda com a mudança do mundo. Dentro deste projeto, o território pode ser definido através da interação do sujeito com o espaço por ele operado, em uma relação simultânea, na qual o território ao ser utilizado pelo indivíduo e a sociedade dará razão ao espaço.

Para Santos (1994), pode-se entender que o território não se restringe a uma área delimitada formada pelas denominadas relações de poder do Estado, nem à dimensão política do espaço, sendo considerado inclusive, como delimitado, construído e desconstruído por estas relações, abrangendo também as relações econômicas e simbólicas, que acabam por envolver uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações no decorrer do tempo.

Santos (1978) infere que o espaço para ser compreendido melhor, precisa ser considerado em sua totalidade, em um conjunto de relações construídas por meio de funções e formas apresentadas ao longo da história ou através de processos em períodos distintos, constituindo o resultado e a condição dos processos sociais. Além de instância social com tendência a se reproduzir, o espaço também conta com uma estrutura correspondente à forma organizada pela ação humana. Trata-se, conforme acrescenta Saquet e Silva (2008, p. 31) sobre esta teoria, do espaço social que corresponde ao espaço humano, lugar da ampla vida e do trabalho.

Para aprofundar a compreensão do conceito de território, é necessário analisar tanto o seu uso quanto sua função. Ao que trata do seu uso (ou usos), este pode ser interpretado seja através da implantação de infraestruturas, bem como pela dinâmica socioeconômica. Enquanto que, a função (ou funções) do território, constitui os movimentos da população, a distribuição dos serviços, o arcabouço normativo, entre outras funções configuradas do espaço geográfico, o qual “se define como união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas, que nos indicam como o território é usado: como, onde, por quem, por que, para quê” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 11).

O espaço geográfico assim definido está conexo com o território usado, o qual constitui a totalidade da formação socioespacial, e é composto por uma soberania que se

dá pela constituição, seja através de um governo ou um povo, e pelo espaço geográfico revisado através dos usos do território.

De acordo com a definição de Souza (2019, p. 7) sobre a composição do espaço geográfico, este pode ser descrito da seguinte forma:

[...] o espaço geográfico é uma instância social, tanto quanto a economia, a cultura e a política, isto é, algo que se impõe a tudo e a todos e, que o território usado seja sua expressão histórica. Então, aquele – o espaço geográfico – é uma instância, um conceito abstrato constituinte central do Método geográfico e seu objeto e, este – o território usado – sua historicização específica, em função das dinâmicas das formações socioespaciais, ou seja, as particularidades que o modo de produção vigente – o capitalista – assume diante dos processos particulares, resultantes das relações sociais de cada formação territorial pela dinâmica da divisão internacional do trabalho.

Silveira (2011) aprofunda essa interpretação e avalia o conceito de território usado a partir da inclusão de todos os atores sociais, não apenas os que apresentam mobilidade e o Estado, em que o território passa a abranger todos os aspectos, se equivalendo ao termo de espaço banal, ou de todas as existências. Em sua interpretação, deve-se considerar o uso do território, e não seu significado em si próprio, algo que o torna objeto de análise social, não sendo possível explicá-lo sem sua utilização, uma vez que “o território usado é constituído por objetos e ações sinônimos de espaço humano, espaço habitado.” (SILVEIRA, 2011, p. 154).

Na construção teórica formulada sobre o uso do território, de acordo com a análise de Santos (2009, p. 8), a funcionalidade e o conteúdo técnico dos territórios são enfatizados na abordagem do conceito de território usado, a qual possibilita examiná-lo em sua totalidade, em que este envolve todos os agentes e todos os aspectos. Para o autor,

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise.

Na perspectiva de Santos (2002, p. 15), território e território usado são pensamentos distintos, uma vez que o “território são formas, mas o território usado são

objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas passa por aí”. São por meio desses usos do território, compostos pelas dinâmicas dos lugares instituídos por acontecimentos solidários, que se evidenciam interesses específicos e distintos, por exemplo, nas cidades (SOUZA, 2019).

Assim, o estudo por meio do território usado possibilita averiguar a forma como a sociedade produz e se organiza pelo uso do seu território, e os seus objetos geográficos, atualmente cada vez mais automatizados, através das ações coordenadas pelos sujeitos, em função de seus interesses. São por meio desses usos do território, compostos pelas dinâmicas dos lugares instituídos por acontecimentos solidários, que se evidenciam interesses específicos e distintos (SOUZA, 2019).

Scarlato e Costa (2017, p. 3) acrescentam a esta análise a ideia de que “o processo de produção das cidades, na história, relaciona-se a dialética entre necessidades humanas, a culturalização da natureza e a divisão técnico-social do trabalho”. Para os autores, o ambiente urbano tem em sua essência, as intencionalidades e aderências da população com o território, que se desenvolvem ao longo da história, e não são perceptíveis no momento atual. Logo é possível “captar no fato espacial das cidades *sínteses* do movimento histórico da sociedade” (SCARLATO; COSTA, 2017, p. 4).

Essas ideias possibilitam entender e analisar a população mais pobre que migrara para a capital federal, bem como aqueles que aqui permaneceram após as conclusões das obras de Brasília (sem alternativa), que necessitaram se adaptar para integrarem o corpo social da cidade que estava em formação territorial, a qual já representava desde sua origem, “o marco mais simbólico da segregação socioespacial imposta pelo Estado no Brasil” (COSTA; PELUSO, 2016, p. 6).

Se o núcleo urbano de Brasília não estava idealizado para recebê-los, construíram suas histórias nas cidades-satélites – para as quais foram transferidos como forma da campanha governamental de erradicação das ocupações presentes no entorno dos acampamentos e avenidas centrais de Brasília – onde estabeleceram suas bases, construindo um vínculo de interação muito superior ao que a classe média e rica construía com o centro da cidade, o qual os recebeu de bom grado, pois fora projetado para acomodá-los.

Scarlato e Costa (2017, p. 7) complementam este pensamento alegando que “na angústia da existência, surgida do absurdo da vida e intensificada pela exclusão das oportunidades que a vida urbana pode oferecer, e com o desafio da construção, o engajamento do ser histórico produz a essência da vida urbana”. As adversidades do cotidiano podem aproximar a relação do sujeito com os usos do território, e possibilita uma identificação maior com suas origens, as quais também careciam de infraestrutura e recursos necessários, mas não poderiam fornecer as mesmas oportunidades que a capital federal, como ofertas de empregos e melhores condições de vida.

Em suma, para Santos (1996, p. 24),

O território urbano é um território compartilhado que erige a interdependência como práxis. O efeito de vizinhança, a partir da força das massas em movimento, produz hoje, na cidade, o milagre dessa recriação do pensamento, que se dá através das trocas simbólicas que se multiplicam, diversificam e renovam, como base da força econômica, social, cultural, política de estar juntos no lugar.

A dialética instaurada na metrópole de Brasília, amplificada através da acentuada urbanização que se expandia cada vez mais no espaço urbano da capital em um curto período de tempo, se tornou mais evidente à medida que os espaços mais nobres se sobressaíam sobre as áreas periféricas das cidades-satélites, não apenas no decorrer da década de 1960, mas também como nas décadas seguintes, representando um grande abismo social, gerado frente a uma desigualdade absurda. Conforme analisa Ferreira e Penna (2005, p. 157) “as sociedades ao produzirem seu espaço valorizam ou desvalorizam certas porções do território que vão ser apropriadas por diferentes atores sociais”.

O Plano Piloto surgiu como um espaço elitizado, formado pela população mais abastada da sociedade, detentora dos meios de serviços e recursos, que ditava o ordenamento territorial sobre o qual Brasília era refletida para todo o país. As classes médias e altas dominantes deste espaço se caracterizavam pelo consumo de bens e de infraestruturas com elevado padrão de qualidade e técnica, os quais eram financiados pelo governo do Distrito Federal. Na “periferia”, a realidade não poderia ser mais destoante, uma vez que predominava a cultura da pobreza da população, inserida em um espaço escasso, sem acesso a recursos básicos, sobre os quais o governo parecia se ausentar da obrigação de fornecê-los para a população de mais baixa renda, totalmente vulnerável dentro da precariedade daquele ambiente urbano.

Segundo Costa (2017) na relação do sujeito com o lugar por ele vivenciado, o lugar deve ser compreendido a partir da perspectiva do sujeito e o mundo, como um “entredois”, numa mútua interação. O sujeito em situação territorial modifica e é modificado pelo mundo com o qual ele interage, vivencia, adquire experiências, estabelece relações sociais com os demais sujeitos inseridos neste, e conhece a realidade em sua totalidade. É importante compreender o espaço das atividades do sujeito situado, bem como conhecer a produção deste no cotidiano (COSTA, 2017).

Nesse sentido, Costa e Peluso (2016, p. 8) tratam o espaço urbano sob uma ótica relativa ao território usado, ao considerarem que,

O espaço urbano é produzido material e idealmente, com um caráter de situação territorial singular, pois é vivido, percebido e representado de maneira simultânea por atores e agentes, de forma sintagmática ou interdependentemente, em relações de poder. Imagens projetadas da realidade trazem elementos do real e elementos que fantasiam esse mesmo real e, por assim entender, o imaginário urbano é composto de elementos concretos e pseudoconcretos desse mesmo urbano, mas é o que se percebe e se vivencia nas cidades. O imaginário é um processo cognitivo que contém a afetividade e traduz uma maneira específica de perceber o mundo, de alterar a ordem da realidade; se o imaginário recria e reordena a realidade, encontra-se no campo da interpretação e da representação, ou seja, do real.

Segundo Costa (2017, p. 56), “os vínculos sociais identitários com o território envolvem a realização da vida em diferentes escalas e específicos grupos, ou seja, a experiência espacial do sujeito”. É no território usado, composto por objetos e ações sinônimos do espaço habitado, que o sujeito desenvolve sua identidade, o sentimento de pertencer a algo que também nos pertence, ao se identificar com o lugar onde mora, trabalha, organiza sua vida, e interage com os demais indivíduos também situados neste.

Para Costa (2017), através da perspectiva do sujeito localizado e do pertencente ao território, sujeito que o vivencia espaço-temporalmente e experimenta seu cotidiano de forma intensa e concreta, pode-se desvendar a situação espacial, assim como os imaginários urbanos que apenas tal sujeito ou a comunidade pode revelar e assumir, sobre o qual desenvolvem sua identidade.

Segundo Costa e Peluso (2016), é pelo território usado na cidade, que a percepção do indivíduo é ativada via interação da própria percepção com a reprodução da vida do sujeito. Esses sentidos conectados ao imaginário urbano popular, às memórias e experiências vividas no e pelo território que a população localizada, mais os

dados oficiais, possibilitam uma representação da cidade mais próxima à sua totalidade (COSTA; PELUSO, 2016).

Na perspectiva central desta monografia, busca-se destacar a relação construída entre as empregadas domésticas – sobre as quais serão tratadas no próximo capítulo – e o território por elas usado e vivenciado, o que sintetizamos como situação espacial destas. Ao se sentirem deslocadas em seus locais de trabalho no Plano piloto, sendo este excludente e que as segregava de formas distintas, não as reconhecendo como iguais perante a classe elitista dominante naquele espaço urbano encontraram nas cidades-satélites do Distrito Federal – nesta análise destaca-se a cidade de São Sebastião – seu “*lugar*”, através do qual passaram a se sentirem pertencentes ao território.

Através da análise do território concebida a partir das memórias afetivas de identificação com o lugar construídas ao longo do tempo pelas trabalhadoras domésticas, pode-se interpretar a realidade concreta da relação do sujeito situado com o território por ele habitado, uma vez que, os cidadãos podem, e devem, por meio da mobilização consciente, realizar mudanças profundas na cidade, em todas as suas instâncias sociais (COSTA; PELUSO, 2016).

Para Costa e Peluso (2016, p. 6) a leitura do imaginário urbano das empregadas domésticas, pode ser “revelador de uma situação territorial específica, que é resultante (concreta e em mutação permanente) das ações que levam à precarização ou à valorização relacional da vida espacial cidadina”. Desta forma, procura-se avaliar estas tais mudanças na sociedade que a classe trabalhista das empregadas domésticas pode ter exercido, ou ainda exerce, no território tanto do Plano Piloto, como local principal de ocupação dos seus trabalhos, quanto em São Sebastião, cidade vivida por estas, através da dimensão espacial total da realidade de seu cotidiano, no território o qual é ocupado por estas.

2. CAPÍTULO 2: SITUAÇÃO ESPACIAL DA EMPREGADA DOMÉSTICA NO MERCADO DE TRABALHO DO DF

A finalidade deste capítulo é apresentar a introdução da mulher no mercado de trabalho, contextualizando a trajetória feminina pelo reconhecimento do trabalho doméstico remunerado, através da luta pelos seus direitos trabalhistas e sociais, o que culmina com sua situação espacial no DF. Considera avaliar a inserção do emprego doméstico nas casas das famílias do Plano Piloto, destacando o perfil de algumas destas mulheres por meio dos seus relatos pessoais, os quais constituem um forte embasamento analítico da monografia. Por fim, procura apresentar, de maneira geral, como essa classe trabalhista está composta e estruturada no Distrito Federal, e o que o seu trabalho representa para a sociedade.

2.1 Trabalho doméstico: uma luta em busca dos seus direitos

Antes de tratar do perfil das mulheres empregadas domésticas ¹³ que atuaram e ainda atuam no Distrito Federal, em específica situação espacial, é válido ressaltar a trajetória que envolve o trabalho doméstico remunerado, não apenas no âmbito brasileiro, mas também destacando momentos fundamentais na esfera internacional, para o desenvolvimento dos direitos desta classe trabalhista. Assim, pode-se compreender melhor como esta profissão está estruturada e organizada atualmente nas cidades brasileiras, bem como atribuir seu destaque na composição dos lares de Brasília.

No Brasil, o serviço doméstico tem sua origem em uma época longínqua, considerado como uma das formas mais antigas de trabalho remunerado, apresentando configurações típicas de uma sociedade colonizada. O trabalho doméstico feminino no Brasil tem sua origem no período correspondente ao Brasil Colônia (1500 – 1822), associado com a escravidão vigente na época, em que nas casas de família era muito comum encontrar a figura da criada servindo aos “seus” senhores, no que se refere ao preparo das refeições, cuidados com a casa e com os filhos destes, e na execução de outras atividades voltadas ao lar, cujo salário – quando recebido – era ínfimo ou inexistente (COUTINHO et al, 2018).

¹³ Segundo o art. 1º da Lei nº. 5.859/1972, o trabalhador doméstico é definido como aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas (BRASIL, 1972).

Durante a época do Brasil Império (1822 – 1889), embora que Lei Áurea tivesse sido oficializada e os escravos libertos, muitos empregados continuaram servindo aos seus empregadores, pois enquanto alguns desenvolveram afeição pelos mesmos e se recusaram a abandoná-los, outros não possuíam alternativa alguma, uma vez que não sabiam o que fazer a partir de suas libertações, e tão pouco tinham para onde irem (SILVA; LORETO; BIFANO, 2017).

No cenário internacional sob as luzes do século XIX, se deu o início da Revolução Industrial na Inglaterra, a qual posteriormente se expandiu para o mundo todo, e consolidou o processo de formação da economia capitalista, promovendo os direitos individuais, incluindo o das mulheres, levando à disputa do trabalho e desigualdade salarial entre homens e mulheres. A mulher era vista como a mão de obra mais barata que o homem, pois se considerava que esta produzia menos em virtude de suas ocupações domésticas. Estas mulheres durante o período da revolução industrial sujeitavam-se a jornadas de trabalho extensas e exaustivas nas indústrias, de 14 até 16 horas por dia, em condições precárias e nocivas à saúde, entre tantos outros abusos, para não enfrentarem o desemprego crescente que se assolava nos grandes centros urbanos industriais, e assim, perderem sua autonomia (COUTINHO et al, 2018).

Um fato é que a figura feminina sempre foi associada à atividade reprodutiva, aos cuidados do lar e dos filhos pela sociedade patriarcal, que sempre a inferiorizava colocando esta como submissa ao homem. Este pensamento que atribui o trabalho doméstico exclusivamente a figura da mulher, seja este remunerado ou não, está relacionado à divisão social do trabalho, uma vez que não é natural pensar que determinado homem executa determinada ação, e que determinada mulher executa outra determinada ação na sociedade, sendo que dentro do estudo da divisão do trabalho, são abordadas tais questões sociais e históricas. Socialmente os trabalhos são diferenciados, e o trabalho doméstico se torna diferente e especializado levando em questão o gênero, em que a mulher é vista como a responsável direta pelas funções domésticas, no papel de dona de casa, mãe e esposa, enquanto o homem é visto como o único provedor do sustento da casa e da aquisição do capital.

No entanto, foi a partir do século XIX, com o ingresso da mulher no mercado de trabalho industrial, que surgiram as primeiras manifestações do movimento feminista, que reivindicava a liberdade da mulher e a sua independência socioeconômica, reavaliando os estereótipos socialmente estabelecidos para o papel feminino e abrindo

novas oportunidades de trabalho, acesso à educação e direitos igualitários, bem como em outros setores da sociedade (SILVA; LORETO; BIFANO, 2017). O feminismo como movimento social possibilitou analisar a situação da mulher a partir do seu papel na reprodução da força de trabalho, destacando o trabalho doméstico. Contudo, nota-se que o trabalho doméstico se constitui como uma atividade que já era negligenciada e sofria uma latente invisibilidade jurídica, desde antes do período do Brasil República.

Nas cidades brasileiras do século XIX, se tornou comum encontrar mulheres prestando serviços domésticos para outras famílias, como lavagem e engomagem de roupas, corte e costura, preparo das refeições, cuidados com a casa e as crianças, limpeza de domicílios e estabelecimentos comerciais, compras de alimentos e produtos para o lar, dentre outros cuidados com os lares alheios, tudo em troca de uma pequena quantia, que mal dava para estas sobreviverem em meio às dificuldades encontradas nos centros urbanos que surgiam no país (SOUZA, 2013).

Conforme destaca Souza (2013), na segunda metade do século XIX, a partir dos anos 1870, já poderia ser observado na sociedade, à exemplo da cidade do Rio de Janeiro, como as famílias mais abastadas da época faziam para conseguir os serviços domésticos realizados por outras pessoas em seus domicílios. Em pesquisa realizada e publicada em artigo no *XVII Simpósio Nacional de Historia*, realizado em 2013, sobre esta temática é apresentado que grande parte das solicitações de funcionários naquela época, era feita no mais antigo diário que circulava na cidade, o “*Jornal do Commercio*”, com numerosas demandas e ofertas de e por trabalhadores, tanto escravizados quanto livres, divulgadas naquele periódico, em especial sobre o trabalho doméstico. Na pesquisa realizada sobre este período, compreendendo as últimas três décadas do século XIX, constatou-se que cerca de 70% dos anúncios sobre ofertas de trabalho divulgados no “*Jornal do Commercio*” referiam-se à prestação de serviços domésticos (SOUZA, 2013).

Souza (2013, p. 1-2), explica como eram anunciadas essas ofertas, que representavam na época uma das principais formas de divulgação do trabalho doméstico, tanto para empregados quanto para empregadores, equivalendo-se aos “classificados” de antigamente, comuns nos jornais que circulavam pelas cidades brasileiras nos séculos 1900 e 2000, onde esta informa que,

As formas mais comuns de identificação dos trabalhadores domésticos que eram procurados ou oferecidos nos antigos “classificados” do Jornal do

Commercio se davam através da denominação da condição de “criado de servir”. Assim, expressões dos tipos “precisa-se”, “oferece-se” ou “aluga-se” apareciam nos jornais acompanhadas do termo “criado” ou “criada”. Quando não se apresentavam dessa forma, os anúncios faziam referência direta às especialidades dos trabalhadores domésticos, sendo aquelas expressões seguidas de termos como “cozinheiro(a)”, “ajudante de cozinha”, “copeiro(a)”, “lavadeira”, “engomadeira”, “arrumadeira”, “lavador de pratos”, “jardineiro”, “ama seca”, “ama de leite”, etc. Na verdade, essa era a tendência comum e generalizada das maneiras pelas quais os trabalhadores domésticos foram procurados ou oferecidos nos anúncios do Jornal do Commercio ao longo do século XIX. E as exceções a essa regra se davam principalmente por conta da forma como alguns trabalhadores escravizados e libertos foram anunciados. No entanto, se esse era um padrão que, de modo geral, se manteve ao longo do século XIX, em especial no período de vigência da escravidão, nas primeiras décadas do século seguinte ocorreram mudanças mais significativas. Além da extinção dos anúncios típicos de escravos, surgiam, pouco a pouco, outros com ofertas e procuras de e por trabalhadores domésticos que apresentavam, para o caso das mulheres, o termo “empregada”, ao lado das conhecidas expressões “precisa-se”, “oferece-se” e “aluga-se”. Ainda que o uso do termo “criada” fosse corrente e, na maioria dos casos, se utilizasse as referências específicas de cada atividade, o uso mais frequente era do termo “empregada” para as trabalhadoras domésticas.

Na fase do Brasil República (1889 – atualmente), a figura da empregada doméstica começa a conquistar alguns de seus direitos, ainda hoje reconhecidos. Apenas em 1916, com a criação da *Lei 3.071* do Código Civil de 1916, que as normas que poderiam ser direcionadas à categoria trabalhista das empregadas domésticas foram oficialmente introduzidas na legislação brasileira, quando “disciplinou a relação dos contratos trabalhistas relacionados à locação de serviços dos empregados, inclusive dos domésticos, sendo este aplicável dentro das possibilidades” (CHAGAS, 2013, p. 5). Na década seguinte, surgiu o *Decreto nº 16.107*, de 30 de julho de 1923, que também aprovou o regulamento de locação de serviços domésticos, onde traz todos os dispositivos necessários para atender as necessidades e interesses desses trabalhadores (COUTINHO et al, 2018).

Segundo Silva, Loreto e Bifano (2017) as primeiras organizações profissionais que se manifestaram em relação ao trabalho doméstico, na década de 1930, exerceram pressão ao Estado para a necessidade de regulamentar o serviço doméstico remunerado, o qual era exercido na sociedade brasileira desde o pós-abolição, no entanto, sem seus direitos trabalhistas ou qualquer tipo de regulamentação outorgados perante a lei. Em 1932, foi fundado o primeiro Sindicato das Empregadas Domésticas, em Santos, por Laudelina de Campos Melo, resultante da forte movimentação das trabalhadoras domésticas e do surgimento de associações que defendiam os direitos trabalhistas das

relações desenvolvidas entre estas e seus patrões¹⁴. Contudo, com a promulgação da Constituição de 1934, o direito à sindicalização foi garantido pelo Estado, porém não estendido ao trabalho doméstico, minimizando desta forma, a influência do sindicato criado em Santos (SILVA; LORETO; BIFANO, 2017).

A invisibilidade do trabalho doméstico remunerado perante a legislação trabalhista no decorrer de sua história, é atribuída em virtude da desvalorização social construída ao longo dos anos, por se tratar de um trabalho realizado majoritariamente por mulheres, e que não exigia nenhum tipo de escolaridade para a realização de suas funções. Durante décadas foram desenvolvidas diversas leis, no intuito de fornecer algum respaldo jurídico a estas trabalhadoras. No entanto, mesmo que o serviço doméstico já se consolidasse como uma ocupação importante para as famílias brasileiras, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, não o incluiu na regulamentação dos direitos trabalhistas, atualizada naquele ano (SILVA; LORETO; BIFANO, 2017).

Conforme afirmam Coutinho et al (2018), o emprego doméstico só foi regulamentado em 11 de dezembro de 1972, através da Lei nº 5.859, que tornou obrigatória a assinatura da carteira de trabalho pelos empregadores, a qual garantiria alguns direitos ao trabalhador doméstico, como o direito a férias anuais remuneradas de vinte dias úteis, com o adicional de 1/3 a mais que o salário normal, e o acesso a benefícios e serviços da previdência social. Mesmo com a criação da “*Associação dos empregados domésticos de Santos*” em 1932, foi apenas com o respaldo jurídico desta lei, que as trabalhadoras domésticas passaram a ter algumas prerrogativas, não estando mais totalmente desprotegidas em relação aos seus direitos trabalhistas, conquistando desta forma, um pouco de cidadania – como o da carteira de trabalho assinada – em uma sociedade que ainda inferiorizava sua profissão e desvalorizava os seus serviços (COUTINHO et al, 2018).

Mas as mudanças realmente efetivas para a classe de empregadas domésticas no Brasil, somente ocorreram na década seguinte, quinze anos após a regulamentação da lei

¹⁴ Após a criação da primeira associação de trabalhadores domésticos, vários sindicatos surgiram em todo o país, resultando na formação, em 1997, da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD). No entanto, foi somente em 1980, através da ascensão do movimento negro no Brasil, que a questão racial foi inserida na agenda política nacional, “sendo que foi o movimento de mulheres negras que destacou a importância do trabalho doméstico” (SILVA et al, 2017, p. 430).

que garantia os primeiros direitos trabalhistas do serviço doméstico no país. Em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição de 1988, vigente até os dias atuais, na qual foi garantido os direitos sociais, políticos, culturais e econômicos do cidadão. A partir desta, foi previsto novos direitos aos empregados domésticos, como o salário mínimo, que passou a ser fixado em lei, nacionalmente consolidado, com reajustes periódicos, e apropriado para atender às necessidades vitais básicas destes, bem como de suas famílias, tais como: moradia, alimentação, saúde, educação, transporte, vestuário, higiene, lazer e Previdência Social.

A Constituição Federal de 1988 introduziu alterações significativas nos direitos das trabalhadoras do serviço doméstico remunerado. Além dos elencados na Lei nº 5.859 de 1972, a CF/1988 assegurou ao emprego doméstico, de acordo com o parágrafo único do art. 7º do texto constitucional, os seguintes direitos trabalhistas: i) salário mínimo; ii) irredutibilidade salarial; iii) décimo terceiro salário; iv) repouso semanal remunerado; v) férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal; vi) licença maternidade de 120 dias; vii) licença paternidade; viii) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço; ix) aposentadoria (BRASIL, 1988).

Costa, Barbosa e Hirata (2016, p. 12) ao tratarem sobre os novos direitos adquiridos pelos trabalhadores do serviço doméstico remunerado, de maneira geral, ao longo das décadas posteriores, a partir da instauração da CF/1988 no âmbito dos direitos trabalhistas desta classe, informam que,

A partir da CF/1988, foi facultado o acesso do empregado doméstico ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e foi garantido o benefício do seguro-desemprego no valor de um SM com limite de até três meses para trabalhadores domésticos dispensados sem justa causa (Lei no 10.208, de 23 de março de 2001). Entre outras alterações, a Lei no 11.324/2006 alterou a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) e introduziu a possibilidade de deduzir, do imposto devido, a contribuição incidente sobre o valor da remuneração do empregado paga à Previdência Social pelo empregador doméstico. O objetivo dessa medida era elevar o número de registros em carteira dos empregados domésticos, reduzindo os custos previdenciários incidentes para o empregador doméstico. Com a finalidade de se adequar à Convenção nº 182 da OIT, que tratou da eliminação do trabalho infantil, o Decreto no 6.481, de 2008, proibiu o trabalho doméstico para menores de dezoito anos.

Vale destacar que desde 1940, a Organização Internacional do Trabalho¹⁵ (OIT) já apresentava um interesse referente à temática do trabalho doméstico, adotando nos

¹⁵ A Organização Internacional do Trabalho foi fundada, em 1919, com o objetivo de formular, adotar e supervisionar a aplicação das normas internacionais do trabalho por meio de suas convenções e

anos de 1948 e 1965, resoluções específicas e normas relativas às condições de trabalho desta classe trabalhista, e lançando em 1970, o primeiro estudo sobre a atividade doméstica. A “*Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos*”, ocorrida na 100ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), realizada na sede da OIT, em Genebra, no ano de 2011, debateu sobre a situação da empregada doméstica, no âmbito geral, definindo a adoção de um instrumento internacional de proteção ao trabalho doméstico (OIT, 2011).

As ações dos dispositivos legais e dos movimentos sociais, que reivindicaram pelos direitos das mulheres, por intermédio do primeiro Sindicato fundado, acompanhado das Leis Trabalhistas instituídas na CF/1988 e das discussões realizadas pela Organização Internacional do Trabalho, com o objetivo de atenuar as condições precárias e desfavoráveis vivenciadas pelas mulheres no trabalho doméstico até então, resultaram na criação da “PEC das Domésticas” em 2013, a qual ampliou os direitos das trabalhadoras do serviço doméstico remunerado, os equiparando aos dos demais trabalhadores.

Sobre como esta PEC está constituída na legislação brasileira, Silva, Loreto e Bifano (2017, p. 414) esclarecem que,

No caso do Brasil, essas mudanças propostas pela OIT ocorreram por meio de proposta de emenda à Constituição, que é a Emenda Constitucional nº. 72, de 2 de abril de 2013, que culminou na Lei Complementar nº. 150, também conhecida como “PEC das Domésticas”. A sigla PEC significa Proposta de Emenda à Constituição de 1988, que tem como objetivo alterar o parágrafo único do artigo 7º. da Constituição de 1988, estabelecendo assim uma igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

A popularmente conhecida como “PEC das domésticas” (PEC 66/2012), aprovada em 2 de abril de 2013, representou uma nova forma de assegurar os direitos das empregadas domésticas, assim como atribuir a devida valorização aos serviços prestados por estas na sociedade, uma vez que se trata de uma profissão que garante a renda e o sustento de muitas famílias pobres, e possibilita a independência social e financeira destas mulheres, dentro do mercado de trabalho cada vez mais competitivo e qualificado.

recomendações, que se caracterizam como tratados internacionais, construídos através de um consenso tripartite sobre uma visão mínima de direitos para garantir um trabalho decente para homens e mulheres com relação ao tema do trabalho doméstico (SILVA et al, 2017, p. 431).

Através da promulgação desta PEC, passaram a ser assegurados pela lei novos direitos trabalhistas para as trabalhadoras do serviço doméstico remunerado, tais como: salário mínimo mensal ou piso regional para o Estado, que possuem; pagamentos de seus serviços garantidos por lei; jornada de trabalho de até 8 horas por dia, totalizando 44 horas semanais; hora extra; salário-maternidade; auxílio-doença; aposentadoria por invalidez; idade e tempo de contribuição; auxílio-acidente de trabalho; pensão por morte; direito a exercer suas funções em um local apropriado que forneça condições básicas de higiene, saúde e segurança; o empregador responsável por assinar a carteira de trabalho tem que respeitar as regras e acordos de convenções coletivas; proibição de diferença salarial, de exercício de funções e de critério de admissão por motivos étnicos, etários, raciais, gênero ou estado civil; proibição de discriminação em relação ao portador de deficiência (COSTA; BARBOSA; HIRATA, 2016).

A Emenda Constitucional nº. 72/2013 – a qual posteriormente deu origem à Lei Complementar nº. 150/2015 – expandiu os direitos trabalhistas da classe de empregadas domésticas, resultando em uma ampla repercussão na sociedade, que majoritariamente se mostrou favorável à aprovação desta. Entretanto, formaram-se debates e discussões para avaliar os possíveis efeitos adversos que esta nova lei pudesse gerar para as famílias empregadoras e as trabalhadoras domésticas, visto que ainda na sociedade atual, há uma forte relação entre as famílias brasileiras e o serviço doméstico remunerado.

As empregadas domésticas com a criação da Lei Complementar nº. 150, sancionada em 1º de Junho de 2015, também adquiriram os seguintes direitos: Adicional noturno; Adicional de viagem; Utilização do banco de horas; Controle obrigatório de ponto do empregado; Seguro Acidente de Trabalho; Redução da alíquota do INSS do empregador de 12% para 8%; FGTS; Antecipação da Multa de 40% do FGTS; Seguro Desemprego e Salário Família (SILVA; LORETO; BIFANO, 2017).

O trabalho doméstico remunerado durante muito tempo esteve invisível não apenas na legislação brasileira, mas também aos olhos da sociedade capitalista, por se tratar de uma atividade que não gera lucros, tão pouco visa o lucro direto. Desde sua origem é interpretado como um serviço que apenas reproduz o cuidado feminino com o lar e com as crianças, no entanto, ainda que represente uma das ocupações mais antigas do mundo, continua tendo sua importância para as mulheres que o exercem, uma vez que “ao mesmo tempo que absorve e retém as mulheres, em especial, as mais pobres,

negras e menos escolarizadas, é, também, fundamental para a libertação de outras mulheres para o ingresso no mercado de trabalho” (BRITES; PICANÇO, 2014, p. 131).

Na década de 1970, com o surgimento dos primeiros movimentos feministas do país – em meio a um processo de industrialização urbana nacional, sobre o qual Brasília era parte – cujas pautas apresentavam a reivindicação de creches, melhorias nos salários das mulheres e redução nos custos de vida, emerge um novo perfil de mulheres na sociedade brasileira, em uma versão mais arrojada e politicamente ativa, as quais simbolizavam uma mulher que luta em defesa de seus direitos e necessidades, e que se manifesta contra as desigualdades sociais (SILVA, 2000).

Ressalta-se que nem todas as mulheres no país ingressaram diretamente nesta onda de luta por direitos iguais e equidade social. Entretanto, esses movimentos representaram certa mudança no modo com o qual a sociedade patriarcal da época passou a enxergar as mulheres e, principalmente, a sua força de trabalho, cada vez mais presentes nos grandes centros urbanos, e fugindo do estereótipo opressor em que a mulher deveria ser útil apenas dentro do lar, na função de dona de casa, mãe e esposa.

É importante destacar que as modificações ocorridas no âmbito do trabalho, constituem os resultados diretos de anos de lutas emancipatórias realizadas por grupos considerados minorias na antiga sociedade, onde a entrada da mulher no mercado de trabalho alterou significativamente a composição da classe trabalhadora nos grandes centros urbanos, assim como em Brasília.

Conforme explica Luz (2008, p. 79),

A entrada da mulher no mercado formal de trabalho, fato este que provocou uma nova visão sobre o papel da mulher, tanto na família, quanto na sociedade como um todo. Todas essas transformações tiveram reflexos profundos nas atividades da classe trabalhadora. Dessa forma, foram surgindo novas funções a serem exercidas pelos trabalhadores, ao passo que outras, já desnecessárias, foram sendo descartadas. E essas novas funções foram se diversificando, na mesma medida da complexidade dos novos tempos.

As mulheres que foram em busca de sua independência financeira e liberdade social, ainda são protagonistas de uma revolução silenciosa, pois foi a partir da luta por igualdade destas, que todas as demais tiveram a oportunidade de conquistar seu espaço, dentro e fora de suas cidades de origem, e se tornaram cada vez mais presentes no mercado de trabalho nos grandes centros urbanos. Algo que encorajou grande parte das

moças sonhadoras no interior do país, a migrar de mala e cuia para a capital federal, logo após sua inauguração, em busca de uma oportunidade de trabalho dentro de uma nova realidade que transcendesse a barreira da exclusão social e de gênero. Portando nas malas seus sonhos e esperanças, Brasília significou para muitas destas, uma alternativa para seus estilos de vida padrão e a incerteza do que o futuro logo adiante poderia proporcionar neste novo território.

2.2 O trabalho doméstico nos lares de Brasília

Com a inauguração da capital federal em 1960, o centro de Brasília estava pronto para receber a população mais abastada do país que migraria em seguida para esta nova área. O núcleo urbano do Plano Piloto foi projetado para conter além dos comércios e instituições da região central da cidade, as residências das classes média e alta que integrariam a elite local, e desta forma, a sua formação territorial foi atribuída majoritariamente à população de famílias das classes sociais mais elevadas que ingressaram à capital e se instalaram em seu centro, as quais necessitavam de mão de obra a serem encarregadas das atividades cotidianas nos seus lares.

É válido lembrar, que antes mesmo da inauguração da capital, as mulheres que aqui chegaram já exerciam o trabalho doméstico – ainda que de modo informal – nos canteiros de obras da capital e nos acampamentos dispersos no entorno do Plano Piloto, realizando serviços domésticos referentes à cozinha, limpeza, cuidados com crianças, costura, entre outros. Uma vez que o mercado de trabalho era disposto de poucos cargos para quem possuía baixa escolaridade, e era composto predominantemente por homens, usufruir de sua mão de obra foi o que atraiu inúmeras mulheres que buscavam adquirir alguma renda, no entanto, com as devidas limitações sociais a que estavam sujeitas.

Em consonância com esta afirmativa, Melo (1998, p. 1) explica que,

O serviço doméstico remunerado é um bolsão de ocupação para a mão de obra feminina no Brasil. Como esse serviço constitui culturalmente o lugar da mulher e a execução dessas tarefas não exige nenhuma qualificação, é refúgio dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento, considerado pela sociedade ocupação subalterna e fora do circuito mercantil. [...] A industrialização e a urbanização, com a expansão da classe média, transformaram a chamada “ajuda” em serviço doméstico – realizado sobre as bases de casa e comida – para a população migrante de mulheres jovens brancas e não brancas nascidas no campo.

Para este projeto, foram realizadas entrevistas com algumas empregadas domésticas que exerceram/exercem esta ocupação no Distrito Federal desde a década de 1960, e através dos relatos destas, pode-se averiguar como ocorreram as suas mudanças para Brasília, e a imersão imediata no serviço doméstico dentro dos lares de outras famílias, as quais as desconheciam por completo na maioria das situações.

De acordo com Costa e Scarlato (2019), dentro da ciência geográfica,

O trabalho de campo (para ensino e pesquisa) revela a singularidade geográfica, cuja síntese é a dialética: revisão de conceitos espaciais ↔ análise

de dados espaciais; interpretação das representações mentais do espaço ↔ formulação de esquemas interpretativos do espaço; explicação da situação espacial ↔ abordagem geral ou totalizante do espaço. [...] com a abordagem sistêmica, a indissociabilidade entre teoria e observação, na dialética análise-síntese, entendendo que todo sistema é aberto; considera a capacidade do geógrafo de revelar o objeto em representações espaciais - em cartas, em entrevistas, em narrativas, no confronto de teorias e fatos, para o desenvolvimento disciplinar. (COSTA; SCARLATO, 2019, p. 648, tradução nossa) ¹⁶.

Ressalta-se que as informações apresentadas ao longo deste projeto, são baseadas em uma pesquisa qualitativa realizada com um percentual muito baixo do número total de mulheres que atuaram, ou ainda continuam atuantes como empregadas domésticas no Distrito Federal, portanto, não podem ser associadas ou interpretadas como a verdade absoluta, sendo apenas depoimentos pessoais sob a perspectiva única das mulheres que vivenciaram estas situações. O objetivo do destaque das narrativas de algumas destas entrevistadas é fornecer um fundamento empírico, analítico, descritivo e etnográfico, para as informações que serão discutidas no decorrer desta monografia.

Destacam-se a seguir, trechos da fala das empregadas domésticas entrevistadas:

Eu cheguei aqui em 1990. Quando eu cheguei aqui, já fui trabalhar na Asa Sul, ela já existia, agora algumas dessas cidades satélites daqui que ainda não tinham sido construídas, como São Sebastião, Samambaia, Riacho Fundo. Quando cheguei já tinha uma indicação de emprego, e fui morar com meus patrões, morei com eles por cinco anos. Depois de vinte anos que eu fui morar na minha própria casa ¹⁷.

Me mudei para cá em 1993. Vim junto com uma família que eu já trabalhava no Maranhão. Morei com eles por um tempo. Brasília naquela época não era muito diferente dos dias de hoje, só está mais suja (risos). [...] Tinha direito a uma folga por semana sem férias, e trabalhei com eles [empregadores] por um período de três anos ¹⁸.

¹⁶ No original: “El trabajo de campo (por la didáctica e investigación) revela la singularidad geográfica, que tiene como síntesis las dialécticas: revisión de conceptos espaciales ↔ análisis de datos espaciales; interpretación de representaciones mentales del espacio ↔ formulación de esquemas interpretativos del espacio; explicación de la situación espacial ↔ abordaje general o totalizante del espacio. J. Tricart muestra, con el enfoque sistémico, la inseparabilidad entre teoría y observación, en la dialéctica análisis-síntesis, entendiendo que todo sistema es abierto; considera la capacidad del geógrafo de revelar el objeto en las representaciones espaciales –en cartas, en entrevistas, en narrativas, en la confrontación de teorías y hechos, para el desarrollo disciplinar. También Archela y Théry (2008) defienden la necesidad de aprehender lo visible y lo invisible de las representaciones espaciales, como concepciones ideológicas de la sociedad” (COSTA; SCARLATO, 2019, p. 648).

¹⁷ Entrevista concedida pela empregada doméstica B., em agosto de 2020.

¹⁸ Entrevista concedida pela empregada doméstica C., em agosto de 2020.

O trabalho doméstico remunerado representou uma ocupação fundamental no ingresso das mulheres ao mercado de trabalho do Distrito Federal. Grande parte das mulheres que recém chegavam a capital, e não possuíam algum familiar ou companheiro na cidade, precisaram se organizar sozinhas, o que levou estas a desenvolverem vínculos mais próximos com seus serviços nos lares das famílias residentes do Plano Piloto, e com seu papel como “empregadas domésticas”. O mesmo ocorreu com aquelas que acompanharam seus antigos empregadores no processo de migração para a área central de Brasília, conforme informado nos relatos apresentados.

Logo abaixo, mais alguns trechos da narrativa de outras empregadas domésticas entrevistadas, referente ao ingresso destas nos lares do Plano Piloto:

Eu vim do Ceará e cheguei aqui em 1988. Fui direto trabalhar como Babá na 210 Norte. Tinha esse emprego garantido, pois minha irmã que já morava aqui havia conseguido para mim. Nessa época, eu só tinha folga em quinze e quinze dias, e ia para Sobradinho visitar uma amiga. Retornava ao serviço na segunda, cuidava da menina, e fazia tudo na casa. Era babá, levava a menina na escola, buscava ela, fazia comida, ficava por conta da casa e da menina¹⁹.

Cheguei aqui em Brasília em 1982. A cidade era tranquila, calma e segura. Tinha bastante gente vivendo. Tinha escolas na Asa Sul e Norte. Tinha bastantes mercados. A população era bem menor. Era bastante seguro. O transporte era fácil, bom para se locomover. Morei primeiro na Asa Sul, porque foi onde consegui meu primeiro trabalho, que já estava garantido quando me mudei para cá. Morei com meus patrões por um tempo, até quando pude alugar uma casa para mim²⁰.

Segundo descrevem as trabalhadoras domésticas, a vinda para Brasília nos anos seguintes a consolidação da capital federal, era bem relativa, e cada uma destas mulheres possui a sua própria história. Algumas migraram conjuntamente com as famílias para as quais já trabalhavam em suas cidades e municípios de origens; outras vieram de forma independente e ao chegarem neste território rapidamente procuraram um emprego que as amparasse e fornecesse moradia, alimentação e salário; enquanto outras vieram por indicação de familiares, amigos, conhecidos, que migraram anteriormente e conseguiram se consolidar nestes espaços urbanos, seja morando com seus empregadores e encaminhando uma quantia mensal para sua família em suas cidades natais, ou conseguiram alugar/comprar um imóvel, e assim melhoraram suas

¹⁹ Entrevista concedida pela empregada doméstica D., em setembro de 2020.

²⁰ Entrevista concedida pela empregada doméstica E., em setembro de 2020.

condições de vida, posteriormente influenciando estas mulheres a vir à cidade em busca das mesmas oportunidades.

Brasília, antes mesmo de sua consolidação como metrópole, já tinha características de cidade grande, onde tudo era novo e possível, o ar sonhador de Juscelino Kubistchek foi diluído pelas gerações seguintes que se mudaram para este novo território em formação socioespacial. As mulheres que recém chegavam à cidade vinham por influência de amigos, familiares ou conhecidos que tentaram a sorte na nova capital, e conseguiram estruturar e organizar suas vidas de uma maneira confortável, possibilitando a aquisição de novos bens de consumo, como moradia, transporte, lazer, alimentação, através das oportunidades de trabalho que lhes eram fornecidas apenas na cidade, diferente da vida interiorana que muitas destas deixaram para trás, por não terem a capacidade de proporcionar uma vida melhor que estas tanto almejavam.

Segue a narrativa introdutória de mais algumas trabalhadoras domésticas:

Cheguei em Brasília em 1997. Ah, antigamente era muito melhor que hoje. Antigamente tinham mais coisas em Brasília. Tinha uma coisa que eu nunca esqueci que era a “festa dos estados”, que hoje em dia não tem mais, acontecia lá no parque da cidade. Era menos perigosa [a cidade], você podia andar na rua à noite sem problema nenhum, hoje em dia você não pode mais. Fui morar em casa de família no Plano Piloto. Eu já comecei morando na casa de dois idosos, então não tinha criança de jeito nenhum onde eu morava. Na quadra do prédio também não via muitas crianças. Tinha muitos hospitais e igrejas já pelo Plano Piloto, agora creches você nem ouvia falar nessa época²¹.

Eu sou carioca. A primeira vez que vim para Brasília, foi assim, eu vim em 1973, [...] eu trabalhava em um bloco onde alugava um quartinho de empregada, na 403 Sul, e já conhecia um pessoal do bloco. Uma senhora que eu conhecia me indicou para a cunhada dela, e perguntou se ela queria ficar comigo, aí ela aceitou e eu fiquei com ela. Sempre junto com minha filha pequena²².

Nota-se que pela fala das trabalhadoras entrevistadas, o imaginário urbano destas mulheres sobre a nova cidade para a qual recém haviam migrado é limitado pelo emprego doméstico. Grande parte das suas vivências no território do Plano Piloto, enquanto moravam na casa de seus empregadores, estava restrita aos serviços prestados na função de empregada da casa, em que estas apenas interagiam com os elementos do espaço urbano que as rodeavam, quando relacionados às funções de seus trabalhos.

²¹ Entrevista concedida pela empregada doméstica F., em outubro de 2020.

²² Entrevista concedida pela empregada doméstica G., em outubro de 2020.

Como exposto por mais algumas das empregadas domésticas entrevistadas:

Quando cheguei em 27 de Janeiro de 1982, Brasília era uma cidade boa. Já viviam muitas pessoas onde eu morava, que foi na Asa Sul. Já tinham escolas, casas e hospitais. Tanto que comecei o supletivo na 305 Sul. Era um lugar muito seguro. Pegando ônibus, o acesso ao Plano Piloto era tranquilo, a passagem era mais barata. Eu sou da Bahia, e uma pessoa que estava na minha cidade me convidou para ir trabalhar na casa dela, e era em Brasília. Então acabei conhecendo a Asa Sul. Morei por nove meses nessa primeira casa, e ao longo dos anos, em outros empregos, também morava na casa deles. O convívio era tranquilo, me tratavam bem. Eu tinha televisão no quarto, minha privacidade. Eu trabalhava de segunda a sábado e possuía folga a partir de sábado depois do almoço em todas as casas e folga completa no domingo. Quando me chamavam no dia de descanso, pagavam hora extra. Todos sempre me respeitaram e tinha direito a férias, recebia um salário mínimo na época²³.

Me mudei para Brasília em 1986. Brasília já era bem movimentada, havia muitas escolas, também muitos mercados, tinha alguns hospitais e tinha mais segurança. [...] Morei por um tempo com meus patrões, um convívio entre patrões e empregada, só conversávamos o necessário²⁴.

A convivência com os “patrões”²⁵, desde os anos seguintes a década de 1960, é algo muito relativo, e nunca foi – tão pouco será – consenso geral entre todas as trabalhadoras domésticas no DF. No entanto, alguns relatos apresentados pelas entrevistadas deste projeto, demonstram que por mais que fosse harmonioso o convívio na mesma casa que seus empregadores, em algumas situações tornava-se explícita a “hierarquia social” instaurada no emprego doméstico, na qual muitos empregadores se viam como superiores às suas funcionárias, as tratando de forma excludente dentro do próprio lar, e explorando os seus serviços de maneiras distintas.

A seguir, a narração de algumas das entrevistadas, referente a esta afirmativa:

Em geral, meus patrões ‘era bacana’ comigo, só uma vez eu vim trabalhar na 310 Sul, que uma patroa que tava muito nervosa, deu um puxão no meu braço, eu tinha 15 anos, depois ela me pediu desculpas, mas eu não quis ficar mais na casa dela, eu saí. [...] Eu trabalhei em outra casa que a patroa era muito exigente. O copo era separado, a roupa também, não podia lavar a minha roupa junto com a dela na máquina, jamais. Comer? Só depois que eles [empregadores] terminassem, e o que sobrasse. Se sobrasse, sobrou. Se não sobrasse, não comia. [...] em outras casas, as férias eram difíceis. Não deixavam eu tirar minhas folgas. Assim, de última hora, às vezes de roupa pronta pra sair, arrumavam algo para mim fazer. Tem gente que não chama a

²³ Entrevista concedida pela empregada doméstica H., em outubro de 2020.

²⁴ Entrevista concedida pela empregada doméstica I., em outubro de 2020.

²⁵ “A terminologia “patroa(ão)” é de uso comum no Brasil, utilizada por muitas domésticas e, às vezes, também na literatura que estuda o trabalho doméstico, para se referir ao empregador, ou seja, a pessoa física ou família que contrata um empregado doméstico a seu serviço, sem finalidade lucrativa” (COUTINHO et al, 2018, p. 5).

gente pelo nome, me tratam como a “empregada” para outras pessoas, não me apresentavam pelo meu nome. [...] Eu lembro que eu trabalhei em uma casa na 503 Sul, quando eu fiquei grávida da minha segunda filha, eu tive vinte dias só de licença, voltei para o trabalho ainda de resguardo. Hoje em dia não, você tem a licença maternidade como direito. Trabalhei grávida em uma casa, que eu saí do trabalho e fui para o hospital ter meu menino. Depois que eu ganhei meu menino, me senti prejudicada, porque queriam que continuasse a trabalhar, mas como eu ia trabalhar ainda de resguardo? No caso, eu fiquei lá uns dias com o menino, até arrumar um lugar para deixar ele, mas trabalhar de resguardo prejudicou minha saúde²⁶.

Sempre me misturei com meus patrões, comia da mesma comida, mas já conheci gente que a comida dos empregados era diferenciada, os patrões comiam uma comida e os empregados outra, mas comigo, Graças a Deus, isso nunca aconteceu²⁷.

Não ganhava salário mínimo, e meus patrões constantemente exploravam a carga horária de trabalho, fazendo trabalhos exaustivos. [...] Durante esse período, sofri bastante preconceito dos familiares e colegas dos meus patrões, não podia me ausentar a hora que quisesse, nem se tivesse uma visita na casa dos patrões²⁸.

Ainda que Brasília fosse interpretada como a terra de novas oportunidades, nem tudo era fácil no ingresso aos lares das famílias que moravam no Plano Piloto, na função de “empregada” da casa. Nas situações em que as trabalhadoras domésticas moravam, ou apenas dormiam por alguns dias da semana em seu local de trabalho, não incomum eram os relatos de exploração da carga de horários de trabalho destas por conta de seus empregadores, onde não havia uma delimitação clara de sua jornada, em que estas constantemente poderiam ser acionadas a qualquer momento para a realização de alguma de suas atividades no período noturno, desde preparar alguma refeição para a família empregadora, até trabalhar como babá, especialmente com as crianças mais novas.

Conforme relatam algumas das empregadas domésticas:

A nossa relação de trabalho era muito boa. Ganhava menos que um salário mínimo, mas tinha direito as folgas e férias. Eles [empregadores] me respeitavam, porém não existia carga horária de trabalho. Como morava no emprego, tinha que trabalhar 24 horas, exceto no domingo, que era a minha folga²⁹.

O meu primeiro emprego foi bem explorador, pouco salário, muito serviço, só passei um mês nessa casa porque não tinha para onde ir, nem tinha

²⁶ Entrevista concedida pela empregada doméstica A., em agosto de 2020.

²⁷ Entrevista concedida pela empregada doméstica B., em agosto de 2020.

²⁸ Entrevista concedida pela empregada doméstica C., em agosto de 2020.

²⁹ Entrevista concedida pela empregada doméstica E., em setembro de 2020.

dinheiro. Sofri humilhações por eles [empregadores], que me tratavam como a “empregada”, de formar inferior a eles. Nunca vou esquecer de que ela [empregadora] separava o que eu poderia comer depois deles fazerem suas refeições, e às vezes para o jantar, ela só me dava três biscoitos de água e sal e uma xícara de chá para beber, depois de um dia inteiro de serviço. Cheguei ao ponto de guardar comida escondida no meu quarto para poder me alimentar melhor. Mas só passei um mês nessa casa, no dia que completei um mês, larguei eles e fui procurar uma nova família, que estou trabalhando para eles até hoje³⁰.

O meu trabalho era sem lei e sem regras, sem carteira [de trabalho] e sem direitos trabalhistas, não tinha hora para parar, só para começar. Recebia menos que um salário mínimo. [...] Algo que me mais me marcou foi quando trouxe minha mãe muito doente, de Minas para o Hospital de Base, onde a mesma ficou internada e eu tive que acompanhá-la, daí minha patroa mandou escolher entre trabalhar ou acompanhar minha mãe. O resultado foi perder o emprego³¹.

Como não havia uma separação entre a moradia e o local de trabalho, o mesmo local poderia representar tanto um local de usufruir, para os patrões donos da casa, quanto um local de restrições, para estas trabalhadoras. Assim, “o simples fato de duas pessoas viverem no mesmo ambiente, não faz necessariamente desse ambiente seus lugares. As relações de poder nele presentes bem como as hierarquias sociais e profissionais fazem com que estes se tornem lugares que evocam experiências inclusive opostas.” (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015, p. 172-173).

Parte das trabalhadoras entrevistadas informou que além de frequentemente trabalharem depois do horário acordado por ambas as partes, o “quartinho da empregada” – o qual estas ocupavam – era pequeno, abafado e isolado do restante da casa. Moura e Januzzi (2019, p. 118) analisam estas dependências comuns nos lares do Plano Piloto, elucidando que “as próprias plantas dos apartamentos das superquadras traziam, por exemplo, dependências para empregadas domésticas, tidas como remanescentes das “senzalas” de nosso passado escravocrata”.

As empregadas domésticas entrevistadas também relataram que regularmente realizavam funções que as sobrecarregavam, tendo que além dos cuidados com a casa e preparo das refeições da família, cuidar das crianças, deixar e buscar na escola, ir às compras, acumulando assim o papel da faxineira, arrumadeira, cozinheira, babá, e dependendo da qualificação da trabalhadora, até motorista, tudo sem qualquer remuneração extra, além do que era constado na carteira de trabalho, quando assinada.

³⁰ Entrevista concedida pela empregada doméstica F., em outubro de 2020.

³¹ Entrevista concedida pela empregada doméstica I., em outubro de 2020.

Segundo reporta uma das trabalhadoras domésticas entrevistadas:

Eu entrei para cozinhar, arrumar, passar, e lá tinha uma babá, só que quando os meninos me viam, pronto, gostaram de mim e não queriam saber da moça, aí nós trocamos, não deu certo, e acabei virando faz tudo, babá, de duas crianças, faxineira, cozinheira. Antigamente, você ia trabalhar numa casa só de babá, aí nas horas vagas você ajudava a outra empregada a fazer alguma coisa, fazia isso muito, ajudava para adiantar logo o serviço. Acumulava as funções e não ganhava pelo trabalho extra³².

As famílias que vieram morar nas edificações do Plano Piloto necessitavam de ajuda para os cuidados das casas e dos seus filhos, e contratavam às vezes até mais de uma funcionária para dar conta das obrigações do lar. Desta forma, era muito comum encontrar duas, três ou até mais trabalhadoras domésticas atuando em uma mesma casa, cada qual de acordo com uma função específica, quando a família empregadora tinha condições de arcar com os serviços de mais de uma funcionária.

Corroborando com esta análise, a narrativa de duas das entrevistadas, quando estas informam que:

Tinham muitas empregadas domésticas no bloco onde eu trabalhava, a maioria vinha do Piauí e do Ceará. Ficávamos todas juntas debaixo do bloco conversando, brincando com as meninas, às vezes subíamos tarde da noite. Nessa época tinha muita empregada doméstica trabalhando em Brasília, aonde eu ia, via uma empregada com um menino. Se você ia para o parquinho, era cheio de babá com criança. Debaixo do bloco era cheio delas. Tinha gente que tinha até três empregadas na mesma casa, a cozinheira, a empregada e a babá. Muitas delas reclamavam dos seus patrões³³.

Quando eu vim para cá, eu já vim recomendada de uma casa, mas depois fui para outra também recomendada. Eu indiquei várias amigas para trabalhar em casa de família e tudo, e antigamente era bem fácil conseguir um emprego. Fizemos uma rede de indicações, uma indicava a outra, que indicava a outra. Era só o que tinha em Brasília era empregada doméstica³⁴.

Na divisão territorial do trabalho analisada por Santos (1982, p. 45), “quando uma atividade nova se cria em um lugar [...] o valor desse lugar muda [...] cria um desequilíbrio quantitativo e qualitativo que leva a uma nova hierarquia ou, em todo caso, uma nova significação”. Sendo assim, o Plano Piloto passou a representar a localização principal do trabalho doméstico no Distrito Federal, consolidando de forma muito nítida a figura da babá, da cozinheira, da faxineira, da passadeira – da

³² Entrevista concedida pela empregada doméstica A., em agosto de 2020.

³³ Entrevista concedida pela empregada doméstica D., em setembro de 2020.

³⁴ Entrevista concedida pela empregada doméstica F., em outubro de 2020.

“empregada doméstica”, de modo geral – nas casas de família, a ponto de ser uma personagem comum nos lares da cidade, integrando o corpo social do território urbano central da capital.

Contudo, estas se sentiam de algum modo não pertencentes àquele lugar, ao menos não como os seus empregadores, que desenvolveram uma relação de identidade e afeição com a cidade muito mais intensa do que estas trabalhadoras domésticas. Estas, não vivenciaram Brasília em sua totalidade, da forma na qual foi planejada e idealizada, com acesso á opções de lazer, turismo, cultura, não desenvolvendo relações de proximidade com a vizinhança, ao menos não como desenvolveriam nas cidades-satélites que passariam a ocupar posteriormente, uma vez que viam a personificação dos seus pares apenas na figura das demais empregadas domésticas. Sendo assim, a perspectiva destas mulheres estava voltada apenas para a ótica do trabalhador operário, que tinha como único objetivo conquistar a sua renda mensal, não priorizando “o viver a cidade” e tudo o que esta tinha a oferecer.

Segundo afirmam quatro das empregadas domésticas entrevistadas:

O Plano piloto era lugar dos ricos, as cidade-satélites eram lugar dos pobres. Quem mora no plano piloto era quem tinha dinheiro, você chegava lá e via que a realidade era essa, nua e crua. São Sebastião era para os humildes. Parecia que tudo lá era diferente do que de onde eu morava, o jeito dos moradores de se vestirem, falarem, os comportamentos deles em relação a nós empregadas, sempre com um ar superior, sempre como se eles fossem melhores que a gente. Ainda que fosse uma relação harmoniosa, você sentia que aquele lugar pertencia a eles, e não à gente, me sentia como uma intrusa nas casas que trabalhei, nunca queria incomodar meus patrões. As empregadas eram tratadas no canto delas, não sentava na mesa pra comer junto com meus patrões. Com alguns eu até saía com eles às vezes, mas era raríssimo a empregada que conversa com a patroa tipo amiga, bate papo sobre a vida mesmo. Geralmente era a empregada em um canto sozinha trabalhando na dela, e só aparecia quando solicitada pelos patrões. Se eles fossem almoçar 14h, você só almoçava depois deles. Poderia fazer a comida meio-dia, se comesse antes deles, você era despedida, mesmo que tivesse azul de fome. Era assim a vida de empregada doméstica, não era fácil. Classe desclassificada mesmo, que muita gente dizia nem ser doméstica, se não o cara não queria mais. Minhas amigas diziam que eram vendedoras, atendentes, secretárias, com medo do preconceito dos namorados delas na época³⁵.

Se eu me sentia como parte do Plano Piloto? Como doméstica serve (risos). Já quis muito morar por lá, ah mas não dava não. Tinha que ter dinheiro pra morar lá, nem que seja pra pagar um quatinho de nada naquela Asa Norte. Meus patrões me tratavam da melhor forma possível, até como amiga de verdade deles, mas nunca me esqueci que eu era a empregada da casa, e só isso. Até conversava com minha patroa, ela perguntava da minha vida, eu

³⁵ Entrevista concedida pela empregada doméstica D., em setembro de 2020.

sabia até coisas pessoais da dela. Gostava muito das meninas que eu cuidava, ainda gosto. Elas me viam como uma segunda mãe, sabe? Levava elas pra escola, pra passear, pro cinema, mas sempre como a empregada da família. Sobre meu trabalho, não sei te dizer. Eu cozinhava, passava roupa, limpava a casa, era a motorista, fazia de um tudo lá, e eles gostavam do que eu fazia e eu me dava por satisfeita, sempre tentava melhorar cada vez mais meu trabalho, por isso continuei lá por tanto tempo³⁶.

Eu já sofri preconceito sim, dentro e fora do meu ambiente de trabalho. Me sentia sempre como a empregada doméstica, que não fazia parte dali. Pelo menos não como me sentia na cidade onde morava, quando eu voltava pra casa à noite. Nem quando ia fazer algumas compras pro almoço, você via aquelas madames nos seus carros, com roupas da moda na época, o jeito delas agirem era diferente, sabe. Meio que bem diferente de como eu me sentia vestindo meu uniforme de empregada. Quando eu levava a menina que tomava conta para o parquinho debaixo do bloco, sentia uma aproximação maior com as minhas amigas babás que tavam lá, porque elas eram que nem eu. Tinha amiga do Gama, da Samambaia, de Taguatinga, até de São Sebastião também lá no mesmo prédio que eu trabalhava. Elas também sentiam que as patroas queriam ser as rainhas da cocada preta com a gente, sabe. Tudo que elas pedissem a gente tinha que atender, não importava se a gente tava ocupada na hora. Às vezes reclamavam do meu trabalho, dizendo que não estava bom o suficiente para ela, ora. Como é que eu me sentiria parte de um lugar onde faziam me sentir inferior? Nada, só ia lá mesmo pra trabalhar, depois voltava pra minha casinha onde tinha meu descanso e minha paz³⁷.

Em consonância com esta análise, para Queiroz (2014, p. 158) o lugar representa bem mais do que o território com o qual o sujeito interage, pois conforme afirma,

O lugar não está restrito [...] à dimensão cultural ou simbólica do espaço, ou seja, não é apenas uma relação social imaterial. O lugar, assim como o território, é simultaneamente uma materialidade e uma imaterialidade; é vivido e percebido; é a dimensão espacial do cotidiano. O lugar, portanto, é a escala da totalidade do cotidiano. O lugar-mundo deve ser entendido a partir da relação entre o espaço geográfico, o território usado e o lugar. [...] No lugar ocorre a dialética entre as verticalidades – relações verticais, de hierarquia, externas ao lugar, geralmente novas ao lugar, e geralmente demandadas pelo mercado ou pelo Estado – e as horizontalidades – relações horizontais, de vizinhança e proximidade, internas ao lugar, geralmente velhas e demandadas pelo Estado e pelas pessoas que vivem no lugar.

A noção de lugar está associada com a noção de pertencimento e de território, assim como a ideia de uma formação identitária neste. O lugar, construído socialmente e simbolicamente por seus residentes, há em relação a ele, um sentimento de pertencimento, em que este pode ser referido como o território. O termo lugar remete ao sentido de algo que transcende o aspecto geográfico e físico do espaço, uma dinâmica construída socialmente e não uma mera representação estática do mundo natural, sendo

³⁶ Entrevista concedida pela empregada doméstica F., em outubro de 2020.

³⁷ Entrevista concedida pela empregada doméstica I., em outubro de 2020.

parte do espaço apropriado de vida, um produto humano continuamente produzido e reproduzido, possuindo, assim, uma identidade. Através de representações e símbolos, o espaço se converte em lugar (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015).

Pelas narrativas das trabalhadoras domésticas entrevistadas, remete-se a ideia de que para estas, se a casa que moravam pertencia a outros, então era território dos outros. Assim, vivenciaram atos de exclusão e segregação dentro do seu ambiente de trabalho, o qual estas habitavam conjuntamente com seus “patrões” apenas por opção dos próprios em querer uma funcionária à disposição a qualquer momento do dia, vivendo desta maneira em um ambiente que não invocava o sentimento de pertencimento ao lugar. E se o lugar é onde se constrói a identidade do sujeito que o vive e o compreende, havia então nesses espaços a construção de uma identidade pautada na ideia do não pertencer, do não ter direito, e esta afirmação de uma não territorialidade, apenas de uma moradia temporária, estabelece na relação entre empregadores e funcionárias, uma aproximação física e um compartilhamento de determinados lugares, acompanhada, no entanto, de um distanciamento simbólico entre ambos.

Assim como foram coletados os depoimentos de algumas das empregadas domésticas no Distrito Federal, também foram ouvidos os relatos daqueles que contratavam os serviços prestados por estas mulheres em seus domicílios, em que se foi questionado como era a convivência enquanto dividiam a mesma residência com estas funcionárias, e a influência desta classe de trabalhadoras domésticas compondo outros lares do Plano Piloto.

Novamente, esta pesquisa qualitativa foi realizada com um percentual muito pequeno da totalidade de residentes do Plano Piloto desde a década de 1980, e sendo assim, não corresponde à realidade total dos fatos, uma vez que as informações obtidas são baseadas nas experiências pessoais de cada um dos entrevistados que tiveram acesso ao serviço doméstico sendo realizado em suas casas, no decorrer de suas infâncias e início da vida adulta.

A média registrada para o tempo de serviço de uma trabalhadora doméstica em uma mesma casa, segundo as informações coletadas por meio de entrevistas realizadas com os moradores das Asas Norte e Sul dos anos seguintes à década de 1980, é demonstrado que era duradouro o período de atuação destas, cerca de 10 anos em um mesmo domicílio, em que algumas até chegaram a completar mais de duas décadas com

os mesmos empregadores. Esse vínculo estável construído pelas famílias empregadoras com suas funcionárias demonstra a profunda relação de afeição que estas desenvolveram com as pessoas para quem trabalhavam, os considerando quase como parte de suas próprias famílias, principalmente os filhos destes, em que em muitas situações cuidaram destas crianças desde a primeira infância até a fase adulta.

Grande parte das trabalhadoras entrevistadas relata que tinham uma relação harmoniosa com seus empregadores, não exatamente ausente de divergências ou situações de conflito, mas uma relação que, como elas mesmas afirmaram, “se acertavam” por meio do diálogo e da paciência. No entanto, algumas guardam na lembrança momentos especiais desenvolvidos durante o seu tempo de serviço, seja com as crianças de quem foram babás ou com seus “patrões”.

Segue abaixo os relatos apresentados por algumas das entrevistadas:

Na última casa que trabalhei, fiquei mais de dez anos, fui para lá em 1987, e saí em 1997. E nessa casa, a dona Helena, virou até a minha madrinha de crisma, eu me crismei com 27 anos, ela até “brigava” comigo, dizendo: “Edi, larga isso aí, depois você lava essa louça, vem almoçar antes que a comida esfrie”. Na hora da novela das oito, ela sempre me chamava para assistir com ela. O meu patrão nos feriados, quando eu não tinha folga e não voltava para o Gama para vê meus filhos, me levava para o cinema com eles. Já fui para Minas Gerais com eles. Já fomos para um bocado de lugares³⁸.

Já trabalhei em uma casa que eu era a cozinheira, mas também a babá, dormia lá alguns dias da semana. Viajei com a patroa para vários lugares, Goiânia, Minas Gerais. Ela [empregadora] sempre me levava aos restaurantes e dizia que eu poderia pedir o que eu quisesse. E na fazenda do pai dela, eu também tinha um quarto só para mim. Era cansativo às vezes, muito trabalho, eu cuidava das duas filhas pequenas dela, de 3 e 4 anos, corria o dia todo atrás delas, brincava, dava banho tarde da noite, mas eu me divertia nessas viagens, e nunca me esqueci de conhecer esses novos lugares³⁹.

[...] eu viveria minha vida toda até morrer trabalhando como empregada doméstica na casa que trabalho hoje. Já viajei acompanhando eles [empregadores] para um monte de lugar, Portugal, Estados Unidos, morei por um tempo com eles lá, sempre sendo como uma segunda mãe para as três meninas deles, desde pequeninhas, hoje elas já são adultas. Era a faz tudo da casa, motorista, babá, faxineira, cozinheira, passadeira, levava as meninas para às compras, shoppings, cinemas, levava e buscava na escola, sempre fui muito feliz com eles, até hoje. Nunca tive vontade de sair de lá⁴⁰.

[...] Uma das senhoras [empregadora] me convidou, ela era até americana, para ir para o Rio Grande do Sul com ela, dizendo que se eu não gostasse poderia ir embora, aí eu fui. Fiquei quase três anos lá, depois ela foi embora

³⁸ Entrevista concedida pela empregada doméstica A., em agosto de 2020.

³⁹ Entrevista concedida pela empregada doméstica D., em setembro de 2020.

⁴⁰ Entrevista concedida pela empregada doméstica F., em outubro de 2020.

para os Estados Unidos, e eu voltei para Brasília. Meu lugar é em Brasília. [...] A família americana me apresentava como sua secretária e amiga deles, comia na mesa junto com eles, até tentaram ensinar inglês para minha filha⁴¹.

Entre os relatos ouvidos dos moradores do Plano Piloto que empregavam estas trabalhadoras domésticas, muitos deles afirmaram gostar da companhia destas em sua casa, pois elas brincavam sempre que possível com estes quando eram crianças, eram pessoas divertidas, carinhosas, algumas com manias “engraçadas”, muito em virtude de suas raízes nordestinas, os quais se entretinham com os gestos e expressões característicos das origens destas.

Também afirmaram adorar quando estas preparavam os pratos típicos das suas terras de origens, afirmando serem bastante saborosos e diferentes, como o baião de dois, a carne de sol, o cuzcuz, o feijão tropeiro, o frango com quiabo, alguns se lembram até das lembrancinhas de viagens que estas traziam quando visitavam seus familiares nas cidades do interior onde viviam, como a cajuína e alguns doces comuns das regiões de onde vinham, como o doce de leite, de castanha de caju, de jaca, de melão, de goiaba, entre outros que eram levados para seus pais, como singelo gesto de agradecimento pela cordialidade com estas.

Na análise de Velho (2012, p. 26) a relação afetiva desenvolvida, além do âmbito do trabalho, entre estas trabalhadoras domésticas e os seus empregadores, principalmente com os filhos destes, exerce um significado muito importante para a sociedade, pois resulta numa valorização ainda maior para o trabalho doméstico realizado por estas mulheres. E complementa que,

O mais significativo para uma visão mais ampla deste processo é perceber que se trata de uma estrada de mão dupla, num efetivo sistema de troca cultural. Embora isso já tenha sido comentado em relação a modelos mais tradicionais, penso que as mudanças aceleradas socioeconômicas no Brasil, nas últimas décadas, deram margem ao aparecimento de tipos de relação e de categorias sociais que, embora marcadas por uma distância hierárquica, desenvolvem modos de vida através dos quais produzem e atuam em novas situações. Há uma combinação de atitudes e comportamentos, ancorados em relações tradicionais, com valores individualistas de ascensão e afirmação social. As empregadas domésticas, nesse cenário, parecem desempenhar um interessante papel de levar e trazer experiências e informações de modo crescente e dinâmico.

⁴¹ Entrevista concedida pela empregada doméstica G., em outubro de 2020.

A relação descrita sempre como cordial, respeitosa, amigável, carinhosa, entre os empregadores e as trabalhadoras domésticas, foi quase unânime entre os entrevistados, que guardam com muito afeto as memórias do tempo de serviço destas funcionárias, nunca presenciando algum ato de discriminação dentro da própria casa, entretanto, alguns comentam que já ouviram histórias de preconceito destinado a estas trabalhadoras fora de suas casas, em virtude de sua profissão ser desvalorizada socialmente, mas esclarecem que nunca passaram por esta experiência desagradável ao lado delas.

Algo marcante na fala destas trabalhadoras do serviço doméstico remunerado em Brasília é o orgulho que a grande maioria tem com sua profissão, com as relações que desenvolveram com as famílias para as quais estas trabalharam, tendo um sentimento de gratidão por tudo que construíram ao longo dos anos trabalhando nas casas de família, que possibilitou a criação de seus filhos e parentes, bem como o sustento de suas famílias nas cidades interioranas do país, e também na amizade criada com os seus antigos “patrões”, uma vez que algumas continuaram mantendo contato com estes, nos anos seguintes ao fim de suas atividades nos lares destes.

De acordo com o exposto por três das trabalhadoras entrevistadas:

Sempre me apresentei como “motorista de fogão”, para fazer uma graça, nunca menti, nem para meus namorados, que eu trabalhava de outra coisa⁴².

Nunca tive um patrão ruim ou explorador, e nunca me lembrei de sofrer preconceito por conta da minha profissão, sempre dei sorte com patrão. Nunca neguei ser empregada doméstica, nem minha idade, são duas coisas que nunca neguei. Sou empregada doméstica com muito orgulho⁴³.

Hoje em dia não tenho vergonha nenhuma de dizer que sou empregada doméstica. Com as leis, a pessoa ganha bem, tem direitos, folgas, pode comer no serviço, eu viveria minha vida toda até morrer trabalhando como empregada doméstica na casa que trabalho hoje⁴⁴.

No entanto, alegam não se sentirem como parte do Plano Piloto, como um território onde construíram uma identidade com o lugar, afirmando se sentirem mais pertencentes às cidades-satélites – ou regiões administrativas – que ocupam desde

⁴² Entrevista concedida pela empregada doméstica A., em agosto de 2020.

⁴³ Entrevista concedida pela empregada doméstica D., em setembro de 2020.

⁴⁴ Entrevista concedida pela empregada doméstica F., em outubro de 2020.

quando saíram das casas das famílias que trabalharam, ou quando chegaram ao Distrito Federal pela primeira vez.

Segundo destacam Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015, p. 165) o lugar pode ser o local de trabalho, da família de origem, ou da casa, assim como “fonte de carga afetiva e social e que invocam sentimentos e noção de pertencimento (ou ausência deste)”. Para melhor compreensão do lugar, deve-se interpretá-lo associadamente com outros dois conceitos que o constituem: identidade e território (quando há um sentimento de pertencimento em relação a ele).

Para Costa e Peluso (2016), a relação de identidade ou repulsa ao território pelo sujeito é representada dentro do imaginário urbano, o qual constitui o espaço vivenciado e o espaço percebido pelo morador, e interage com os limites e as possibilidades da cidade em produção. A cidade se constrói através das interpretações desenvolvidas por quem a observa, que também se configura pela imagem e possibilidades capturadas da cidade em reprodução contínua; o imaginário urbano se constrói na relação entre o sujeito e o objeto que explora desde o âmbito do real (COSTA; PELUSO, 2016).

O lugar é identitário, pois representa um conjunto de possibilidades, prescrições e proibições para os sujeitos que nele vivem, onde “as pessoas atribuem significados e constroem identidade local, havendo nele uma dinâmica simbólica que se baseia no senso coletivo. Além de identitário, o lugar é relacional – um espaço existencial e experiencial – e histórico, pois implica memória” (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015, p. 166). No momento que as empregadas domésticas relatam suas histórias de vida, fazendo uma referência aos lugares onde já viveram, nota-se que há um sentimento afetivo atribuído a estes lugares na fala destas, em virtude dos acontecimentos e das sensações que ocorreram sobre os quais estas ainda guardam na memória. É no lugar, que os sujeitos desenvolvem suas subjetividades, pensando a partir deste, o seu viver, o seu trabalhar, construir laços sociais e se identificar com seus semelhantes.

O lugar está relacionado com o território, uma vez que este contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento neste, auxiliando na concretização de representações coletivas e de símbolos. Quando o sujeito fala do “meu lugar” ele fala ao mesmo tempo do seu território. Enquanto que, a identidade está relacionada com o território, conforme interpreta Albagli (2004, p. 49), porque,

o território é suporte e produto da formação de identidades individuais e coletivas, despertando sentimentos de pertencimento e de especificidade. As representações sociais, imagens, símbolos e mitos projetam-se e materializam-se no espaço, transformando-se em símbolos geográficos, fornecendo referências e modelos comuns aos atores sociais e cristalizando uma identidade territorial.

Contudo, o processo de formação da identidade no território acontece de forma permanente e não apenas em direção à sua concretização. Sendo assim, pode-se adotar o uso do termo de identificação, ao contrário de identidade, pois se considera que as trabalhadoras domésticas podem ou não se identificarem com os lugares nos quais já viveram e trabalharam – na análise das entrevistadas, fica elucidado que estas realmente não se sentiam como parte da população da cidade onde exerciam suas funções no serviço doméstico – podendo desenvolver em relação a estes lugares, sentimentos de territorialidade, a qual “faz de qualquer território um território e remete ao sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015, p. 167).

Costa e Peluso (2016, p. 2) dizem sobre o sujeito em situação espacial que,

As indagações aos sujeitos viventes nas cidades dão respostas para *situações*, sentidos e representações contemporâneas: do *urbano*, de *urbanidades*, de *identidades* e de *imagens* realçadas pelos sujeitos ouvidos. Ainda, esses argumentos fortalecem-se por meio de iconografias, mapas sociais e referencial teórico entrelaçado sobre imaginário e ordenamento do território urbano. Essas informações podem dar corpo à crítica do sistema político e ao mesmo tempo possibilitam retornar aos próprios cidadãos informações, para a não desqualificação da democracia formal, mas para expor suas ideias de forma coerente e convincente.

O Plano Piloto, do ponto de vista do imaginário urbano das trabalhadoras domésticas, é identificado como o “outro”, um território do qual estas não fazem parte, ao menos não como seus empregadores residentes deste, pois não se encaixam em sua dinâmica socioespacial segregadora, que as exclui por integrarem parte das camadas menos abastadas da sociedade. A fala destas trabalhadoras domésticas, sobre os lugares do qual alegam não fazerem parte, bem como do espaço vivido por estas onde se sentem mais pertencentes, remete a um amplo espaço de práticas sociais, que vão além do lugar de moradia destas mulheres, em conexões constitutivas de amplo território. Para estas, o Plano Piloto, pelo menos no passado, representava o ponto central para quase tudo que estas precisassem realizar na cidade, tanto como acesso para a realização de alguns

serviços quanto para execução de suas funções no trabalho doméstico nas residências deste (COSTA; PELUSO, 2016).

As imagens projetadas pelo imaginário destas mulheres são baseadas nas informações visuais anteriores, guiadas pela memória, pelo sentimento afetivo que as envolvem e pela experiência material que estas incorporam através da vida espacial em decorrência. O Plano Piloto aparece no imaginário urbano das trabalhadoras domésticas de maneira intrínseca às suas histórias e experiências de vida, desenvolvidas desde o momento quando se mudaram para a capital e passaram a vivenciá-lo, pois este sempre esteve presente no cotidiano destas, em virtude de constituir o seu lugar de trabalho.

Em conformidade com esta análise, Costa e Peluso (2016, p. 24) complementam que:

Nesse aspecto, evidencia-se um lugar de convívios sociais, de camaradagem e de proximidades, no coração da metrópole, o que reforça o imaginário ligado ao potencial da proximidade física ao Plano Piloto, favorecedor de amenidades urbanas, bem como um território em movimento qualitativo, signo da memória do trabalho ou do operário construtor em trânsitos e permanências.

Sendo assim, conforme analisam Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015, p.165) o lugar representa “uma construção concreta e simbólica do espaço, envolvendo as vicissitudes e as contradições da vida social. Ele possui um sentido para quem nele vive e inteligibilidade para quem o observa”. Constitui o espaço a ser sentido, percebido, vivenciado, pensado e apropriado pelo sujeito nele situado. Reúne três dimensões fundamentais em sua composição, a econômica (como espaço de atividades produtivas), o espaço de interação social e de conformação de estruturas sociais, e por fim, a dimensão antropológica e cultural, a qual aborda a identificação do sujeito com o espaço por ele habitado. É no lugar que “realiza-se o cotidiano, o momento, o fugidío, mas também a história, o permanente, o fixo” (ALBAGLI, 2004, p. 51).

2.3 Situação espacial das empregadas domésticas de São Sebastião

Conforme relatado nas entrevistas concedidas por algumas trabalhadoras domésticas, para muitas destas que recém chegavam ao Distrito Federal, e não conseguiam encontrar um emprego de imediato, ou não havia a necessidade de dormirem em seus serviços durante a semana, tiveram que procurar alguma das cidades-satélites já existentes para morarem, visto que, os custos de habitação no Plano Piloto eram elevados, e por meio de suas percepções sobre a dinâmica segregadora instaurada no centro urbano da capital, rapidamente interpretaram que aquele território no qual exerciam seus trabalhos, não as validava como moradoras efetivas.

Referente a esta afirmativa, na análise de Moura e Januzzi (2019, p. 118),

Inicialmente, havia uma clara divisão entre aqueles para quem a cidade fora projetada – os funcionários públicos – e aqueles que tornaram a cidade possível, mas que não deveriam permanecer no Plano Piloto – principalmente pequenos comerciantes e trabalhadores braçais. Brasília acabou por se tornar a cidade com maior renda *per capita* do país, uma verdadeira “ilha da fantasia”. Essa nova configuração do Plano Piloto seria decorrente da inserção do Distrito Federal em processos mais amplos de desigualdade social em nível nacional, bem como de expropriações urbanas conduzidas por agentes imobiliários estatais e privados que decidiriam *quem* deveria ficar em determinadas porções do território.

Em meados da década de 1980, algumas cidades-satélites já estavam consolidadas como centros urbanos com consideráveis números de habitantes, algumas até mais populosas que o Plano Piloto, segundo dados divulgados pela Codeplan (2019). Sendo assim, o preço de um lote ou do aluguel de um imóvel não era acessível para aquelas que trabalhavam com o serviço doméstico remunerado e recebiam apenas cerca de um salário mínimo da época, conforme informado pelas entrevistadas.

Segundo Costa (2011) apresenta em seu conceito sobre situação geográfica,

Na ótica da dialética espacial, a situação geográfica retrata a imbricação da valorização de determinadas áreas da cidade em detrimento de outras, o que reproduz uma dialética centro-periferia. Logo, o atributo de localização é fundamental, tanto para a consolidação da renda da terra urbana, quanto para a caracterização das condições de vida na cidade. [...] No limite, são os atributos de acessibilidade, localização, e mobilidade que caracterizam uma situação geográfica urbana.

A população que procurava por um local para morar encontrou em São Sebastião um atrativo para a busca da residência própria, muito em virtude da falta de regularização das glebas destas áreas, associada com o preço baixo da terra, que era

muito desvalorizado devido à distância relativa entre a cidade e o núcleo urbano de Brasília. E desta forma, passaram a ocupar as intituladas como “áreas de preservação ambiental”, o que ocasionou em um movimento de realocação destes moradores para outras áreas distintas da cidade, como parte da política governamental do DF de evitar ocupações irregulares do solo em áreas de preservação e de risco, segundo informações disponibilizadas pela Administração Regional de São Sebastião.

Para Costa (2011, p. 338),

a ocupação de terrenos sem pagar por eles – as denominadas “invasões”, ou ocupação desordenada – facilita às classes populares um pouco de usufruto de vantagens do privilegiado território urbano, ordenado pela alta renda e lucratividade auferidas por meio da economia urbana. Para se usufruir das vantagens do sistema viário, do comércio e dos serviços – localizados, normalmente, fora dos bairros residenciais mais pobres –, a população paga elevado preço.

De acordo com o relato de algumas das trabalhadoras domésticas entrevistadas, as quais moram em São Sebastião desde a década de 1990, ao descreverem como era a cidade quando migraram para esta região, estas informam que:

Quando vim a São Sebastião pela primeira vez, eram só uns barracos, ainda não tinha casas não. Não tinha supermercados, eram só umas vendinhas, umas mercearias, tinha uma casa de parto já, mas bem precária mesmo. Não tinha o corpo de bombeiros nem o batalhão da polícia militar. Nesse tempo ainda era bom, ainda não tinha muito assaltos como é hoje não. A vida no Plano Piloto era muito diferente de São Sebastião, a pobreza aqui era grande, não tinha asfalto, nem água encanada, a luz era só por duas horas, o resto do dia era no escuro⁴⁵.

Vim morar em São Sebastião, foi em 1999. Era ruim aqui. A feira ficava embaixo de uns pés de pau, onde hoje fica o BRB [agência bancária], debaixo de uns pés de eucalipto. Estavam começando a fazer o asfalto, só tinha as duas pistas principais. Onde eu moro hoje em dia, aqui era só mato, depois que começaram a construir, porque tinha um pessoal que morava lá na “9” [Bairro São Bartolomeu], e lá alagou e a administração mandou todo mundo para cá, inclusive a casa da minha irmã, também foi alagada, aí a administração interditou, e realocaram ela nessa parte da cidade. Eu acho que a segurança era melhor antes do que agora, porque eu saía para trabalhar às cinco da manhã, e nunca aconteceu nada, não ouvia falar de roubo nem nada⁴⁶.

Nota-se que pela fala desta última entrevistada, os governantes da cidade na época, não queriam cessar o crescimento acentuado da população, que se intensificou em São Sebastião a partir da segunda metade da década de 1980, diferentemente do que

⁴⁵ Entrevista concedida pela empregada doméstica B., em agosto de 2020.

⁴⁶ Entrevista concedida pela empregada doméstica D., em setembro de 2020.

ocorrera com os candangos migrantes mais pobres que se alojaram no centro da capital nos anos 1960, e foram transferidos numa política de exclusão socioespacial para as áreas mais periféricas da cidade, onde seria mais conveniente realocar esta população mais pobre, junto de seus “iguais”.

A seguir, trechos da fala de mais algumas das empregadas domésticas residentes de São Sebastião entrevistadas:

Aí eu vim morar em São Sebastião em 1999, e não tinha nada, nem asfalto nas ruas. A casa da vizinha era só na cerquinha. Não tinha asfalto, nem água encanada. Cresceu muito agora, mas antigamente não tinha muita gente não. Não tinha nem uma igreja aqui, era só a “favela” mesmo. Vim morar aqui porque era o lugar mais barato para comprar uma casa. Aqui eu só vejo gente de outros estados, só tem cearense, maranhense, piauiense, baiano, mineiro, que nasceu aqui acho que só as crianças e os mais jovens⁴⁷.

Em março de 1995, cheguei aqui em São Sebastião. Ainda fui lá na inauguração da cidade, teve uma jantinha lá, um churrasco que o Roriz [ex-governador do DF] fez. Quando eu vim não tinha a PM [21º Batalhão da Polícia Militar], não tinha o CAIC [escola pública], não tinha a feira, tudo foi construído depois. [...] Sempre aluguei uma casinha para morar. Morei lá embaixo onde tem uma pontezinha, morei lá na “9” [Bairro São Bartolomeu]. Morei no Núcleo Bandeirante seis meses, mas não gostei. Me identifiquei mais com São Sebastião. Comprei o lote aqui, e a igreja me ajudou a construir⁴⁸.

Em São Sebastião, a partir de 1986, começaram a se consolidar as ocupações espontâneas de alguns bairros atuais da cidade, como o Centro, Tradicional, Vila Nova e São José, com lotes de tamanhos e formato irregulares. A população da cidade, de acordo com os dados disponibilizados pela administração de São Sebastião, mais que dobrou no decorrer da década de 1990, indo de 17.390 habitantes em 1991, para uma estimativa de 44.235 moradores em 1998, em expansão contínua ao longo dos anos seguintes.

Com a política pública de regularização das áreas, o Governo do Distrito Federal (GDF) desenvolveu projetos de parcelamento do solo urbano, como parte do programa habitacional de interesse social, com vistas a atrair parte da população para o processo de urbanização que estava ocorrendo em São Sebastião, e desta forma, novas áreas surgiram na cidade, como os bairros: Residencial do Bosque, São Francisco e Residencial Oeste, o qual configurou a Avenida São Sebastião (CODEPLAN, 2019).

⁴⁷ Entrevista concedida pela empregada doméstica F., em outubro de 2020.

⁴⁸ Entrevista concedida pela empregada doméstica G., em outubro de 2020.

A essa altura, em meados dos anos 1990, São Sebastião não era mais vista como um simples vilarejo relativamente afastado da capital. A cidade já tinha uma avenida central (figura 3), por onde circulava apenas uma linha de ônibus com destino à Rodoviária do Plano Piloto, de meia em meia hora; já possuía a feira popular da cidade, com vendas de alimentos dos agricultores da região e outros produtos; casas em diversos bairros; alguns comércios locais; e o mais importante, uma população cada vez mais crescente que só valorizava esta área e atraía o interesse de outros habitantes do Distrito Federal, bem como aqueles que recém chegavam à busca de ofertas de trabalho e condições acessíveis de moradia.

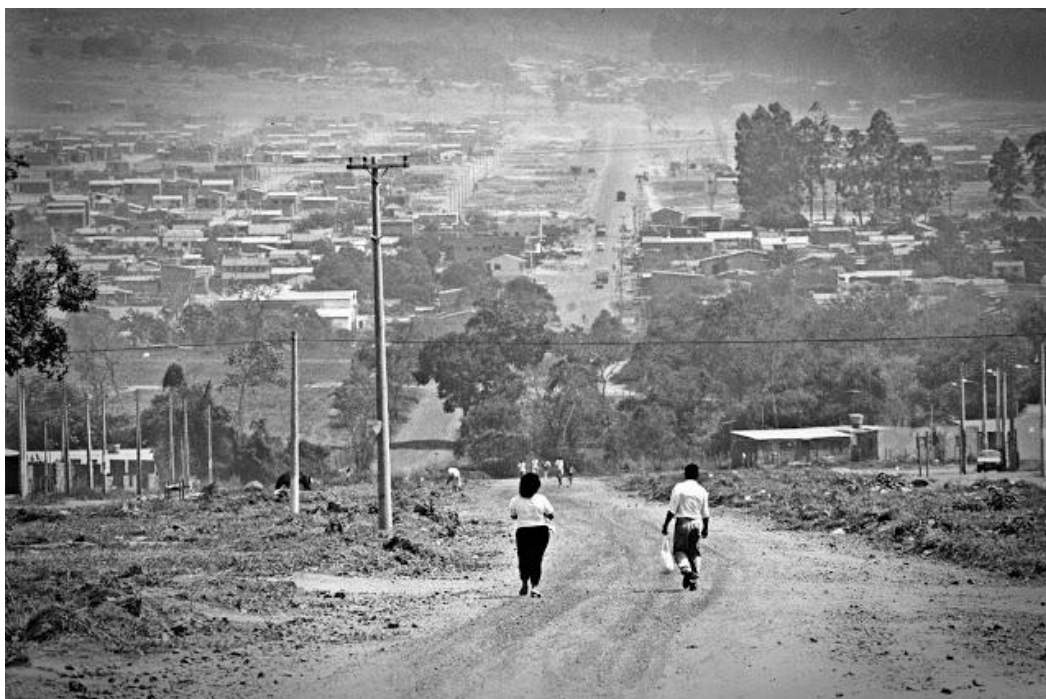


Figura 3 – Avenida São Sebastião em 1992.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF).

Ao descrever o cenário urbano de São Sebastião durante a sua formação territorial, uma das trabalhadoras domésticas entrevistadas narra que:

[...] Só tinha a pista principal, porque isso aqui é uma BR, e tinha só um ônibus, o “147” que passava lá embaixo, e ia para a rodoviária, passava de meia em meia hora. Quantas vezes eu andei aqui pela estrada para ir no Morro Azul? Aqui era só mato, não tinha casas não, só lá para baixo. Já cheguei meia noite do Plano, e não tinha perigo nenhum⁴⁹.

⁴⁹ Entrevista concedida pela empregada doméstica G., em outubro de 2020.

Santos (1996) suscita uma discussão que aborda a relação dos mais pobres da sociedade com o cenário urbano, contrariando os teóricos sociais que afirmavam que esta classe social, conjuntamente com os migrantes, não encontravam dificuldades em se adaptar nas cidades, pois para o autor, estes são quem melhor se adaptam ao meio urbano, pois necessitam se identificarem com o local, tratar o espaço em volta de um “modo selvagem” para conhecê-lo, para desenvolverem uma relação mais interativa e dinâmica com os elementos citadinos, necessários para sobreviver. Conclui seu pensamento ao afirmar que “os mais pobres na cidade que apontam o futuro.” (SANTOS, 1996, p. 24).

Os moradores de São Sebastião, segundo eles próprios interpretam, desenvolveram certa afeição pela cidade, que já era ocupada desde quando as olarias presentes naquela área forneciam os materiais de construção para as obras da capital federal, e permaneceram por décadas naquele vilarejo, até a sua popularização entre os demais residentes do Distrito Federal, e a valorização destas terras.

Esta avaliação realizada pelos moradores aponta para a significação do território por eles ocupado, o qual torna explícita a afetividade e a identificação do sujeito com a cidade que ele vivencia em seu cotidiano, tanto seus aspectos positivos quanto os seus negativos. São Sebastião que no seu início era uma região desvalorizada, com terrenos vendidos a preços mínimos, escassez de recursos básicos para sua população, da qual muitos moradores ocupavam áreas irregulares de preservação ambiental, mas isso pouco importava para seus primeiros habitantes que desenvolveram um afeiçoamento pela cidade, que advém do residir e leva ao permanecer ali, o que foi construído no decorrer de décadas.

Segundo explicam Costa e Peluso (2016, p. 23),

A interpretação do cidadão sobre o espaço vivido agrega elementos que conformam seu imaginário, no decorrer de uma vida em constante mudança. O depoimento é esclarecedor de um território em trânsito, [...] de formas precárias - barracos de madeira - a mais valorizadas - casas de alvenaria e edifícios de dois ou três andares para aluguel.

E conforme consideram Ferreira e Penna (2005, p. 157),

Os diferentes territórios da cidade não se definem apenas como uma base sobre a qual se formam as identidades urbanas, mas operam de forma dinâmica para a constituição dessas identidades [...] Essa abordagem da realidade tem por base a noção de “produção do espaço urbano”, na qual o

espaço da cidade não é apenas um elemento transitório da sociedade, um receptáculo das relações sociais, ou mesmo, um pano de fundo das mesmas. Sob esse ponto de vista, as formas espaciais criadas pelos homens expressam as relações sociais vigentes de acordo com a época em que foram produzidas.

Através das construções das demais cidades que integram o território da capital federal, aumentou-se ainda mais a divisão técnica e social do espaço da Capital, com a criação destas para abrigarem os novos trabalhadores migrantes em busca de um trabalho na cidade, e a representação deste trabalhador vem logo carregada de uma relação de identidade com a cidade na qual este contribuiu para sua formação territorial.

Segundo exposto pelas empregadas domésticas em suas entrevistas, as mulheres que recém chegavam à cidade, rapidamente conseguiam um emprego no serviço doméstico, em que muitas destas se deslocavam diariamente para o Plano Piloto para realizarem suas funções e regressarem às suas moradias no final do expediente, quando não moravam na casa de seus empregadores ou dormiam nestas durante alguns dias da semana. Muitas das trabalhadoras domésticas entrevistadas, que residem em São Sebastião e realizam seus serviços no Plano Piloto desde a década de 1990, comentam que dentre as mulheres que moravam na cidade e tinham alguma ocupação remunerada, praticamente todas eram trabalhadoras domésticas, e isso era perceptível diariamente nos ônibus que iam em direção à rodoviária do Plano Piloto, em que entre a faixa das 5h da manhã até às 9h, quase todas as mulheres presentes nestes estavam se encaminhando para a realização de seus serviços nas casas de família.

Conforme relatado por algumas destas moradoras mais antigas da cidade,

Só tinha ônibus para a rodoviária do Plano Piloto, e os ônibus iam cheinhos de mulheres indo trabalhar como empregada doméstica, principalmente nas segundas feiras, porque nessa época a maioria das empregadas dormiam no serviço e só vinham para casa no final de semana, então na segunda feira não tinha para ninguém. Os ônibus iam “matando”, lotado só de empregada doméstica. Eu acredito que a maioria da população daquela época era só de mulher empregada doméstica, porque elas traziam seus parentes do interior para morar com elas, que também começavam a trabalhar nas casas de família como empregadas. Essa profissão dominou muito Brasília, o povo nem precisava ser rico para ter uma empregada doméstica⁵⁰.

Tinha muita gente já morando aqui, o ônibus vinha lotado de gente, cheio de mulher trabalhando como empregada doméstica⁵¹.

⁵⁰ Entrevista concedida pela empregada doméstica D., em setembro de 2020.

⁵¹ Entrevista concedida pela empregada doméstica G., em outubro de 2020.

Nas entrevistas realizadas também com os empregadores destas trabalhadoras do serviço doméstico remunerado, muitos relatam que sabiam exatamente onde conseguir os serviços destas, através das agências de emprego, onde as ofertas de empregos domésticos eram anunciadas, e sempre preenchidas por estas mulheres residentes de alguma das cidades-satélites, visto que nestas regiões eram, e ainda é, o lar e onde se concentram a esmagadora maioria destas trabalhadoras domésticas.

Conforme afirma Santos (2009, p. 134-135),

os lugares assim constituídos passam a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, senão um fator. Mas é a divisão do trabalho que tem a precedência causal, na medida em que é ela a portadora das forças de transformação, conduzidas por ações novas ou renovadas, e encaixadas em objetos recentes ou antigos, que as tornam possíveis. [...] Todos são sujeitos à divisão territorial do trabalho. Essa divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e, segundo sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições.

Em São Sebastião tão pouco fora diferente, e as mulheres que ingressavam no serviço doméstico, construíram uma rede de indicações entre as demais colegas, parentes, conhecidas, em que uma recomendava a outra e assim, dificilmente alguma destas ficava por muito tempo sem emprego. E os seus empregadores faziam o mesmo, um indicava uma funcionária a outro amigo ou conhecido, na intenção destes contratarem os seus serviços domésticos, e assim o emprego doméstico no Distrito Federal foi se popularizando no núcleo urbano do Plano Piloto, e nas regiões administrativas, como em São Sebastião, constituindo uma das principais fontes de renda da população mais pobre que integrava o corpo social da “periferia” de Brasília.

2.4 Dados atuais do emprego doméstico no DF

A primeira Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) só foi publicada no ano de 2004, desta forma, pouco se sabe sobre o perfil dos residentes que ocupavam esta área nos anos anteriores e posteriores a inauguração oficial da cidade, em 1993. As informações que a Administração Regional de São Sebastião fornece, são baseadas nos relatos dos moradores mais antigos que ali viviam, os quais são os únicos que podem descrever como era composto o perfil social deste centro urbano, durante a fase de consolidação da cidade.

A população da região administrativa de São Sebastião no início de sua urbanização, segundo as informações fornecidas pelos mais antigos habitantes da cidade, era predominantemente composta por pessoas oriundas de outros estados brasileiros, antes mesmo dos residentes de outras cidades-satélites decidirem migrar para esta área em virtude da desvalorização da cidade, a qual tornava mais acessível à aquisição de um lote para construção de suas habitações, assim como em razão da falta de regularização destas terras, e da distribuição de moradias populares, como parte da ação dos governantes de realocar a população que ocupava as áreas irregulares da cidade. Em uma década, de acordo com dados divulgados pela PDAD 2004, os moradores da cidade de São Sebastião já correspondiam a 3,3% da população total do DF, com 69.469 de habitantes (CODEPLAN, 2004).

Segundo narra uma das trabalhadoras domésticas entrevistadas, sobre como estava composta a população da cidade nesta fase inicial, esta informa que:

Depois que eu cheguei aqui em 90, muitas pessoas do Nordeste já tinham vindo antes, mas depois que eu cheguei, não notei a chegada de mais gente de lá não. Eu acho né. Realmente, Brasília é cheia de Nordestino mesmo, é piauiense, cearense, maranhense. Brasília é como a gente chama o pessoal de todo lugar? É muito diversificada, e a gente vê pela cultura nordestina forte aqui, nos restaurantes tem baião de dois da minha terra, cuzcuz, tapioca, nas lojas tem aquelas sandálias de couro, o jeito do povo falar e se expressar, as músicas que vêm do Nordeste, que até hoje em dia a maioria das pessoas escutam nos bares, festas e butecos⁵².

O perfil dos primeiros habitantes de São Sebastião, segundo informam os pioneiros da cidade, era de pessoas simples, que não tinham muita escolaridade, alguns eram até mesmo analfabetos, por não terem oportunidade de estudo na infância, tendo

⁵² Entrevista concedida pela empregada doméstica B., em agosto de 2020.

que trabalhem desde muito cedo para garantirem o sustento de suas famílias, desprovidos de qualquer qualificação profissional, quando não relacionadas ao trabalho braçal ou uso de sua mão de obra.

Atualmente, segundo a PDAD 2018 realizada pela Codeplan, a cidade de São Sebastião possui 115.256 habitantes, sendo 51% da população formada por mulheres. Quanto à origem destes habitantes, 50,5% informaram terem nascido no Distrito Federal, enquanto que, para os demais que nasceram em outros estados, 10.161 moradores (17,8%) reportaram serem do estado de Minas Gerais, o estado com a maior quantidade de residentes não nascidos no DF integrando a população da cidade. Além de Minas Gerais, entre os residentes de São Sebastião que migraram de outros estados da federação, os maiores dados registrados indicam que: 9.223 (16,2%) dos habitantes vieram da Bahia; seguido por 8.737 (15,3%) do Maranhão; 7.563 (13,3%) do Piauí; 5.016 (8,8%) do Ceará; e 4.600 (8,1%) são do estado de Goiás (CODEPLAN, 2019).

As informações disponibilizadas pela Codeplan (2019) corroboram com a análise empírica das trabalhadoras domésticas, ao afirmarem que grande parte da população da cidade, é oriunda de estados da região Nordeste, visto que 73,79% da população de habitantes de São Sebastião não nascidos no DF, conforme apresentado através da PDAD 2018, correspondem a moradores vindo de seis das nove regiões do nordeste, uma vez que os dados da população migrante dos estados de Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte não foram divulgados. Ou seja, cerca de um terço da população de São Sebastião, é composto por pessoas vindas de uma das regiões com maiores índices de pobreza, principalmente nos municípios interioranos destes estados, com níveis absurdos de desigualdade social, e que no passado, sofrera intensamente com a seca, que prejudicava o plantio de alimentos e a criação de gado, sendo estes a principal forma de sustento destas famílias.

De acordo com Luchiari (2014, p. 439), uma grande cidade, assim como Brasília, é o lugar de atração da grande massa de migrantes que não pode mais subsistir no campo, os quais,

Exercem atividades econômicas tradicionais e marginalizadas e habitam os lugares opacos, áreas sem modernidade, dentro da grande cidade. Esses atores não participam do círculo da racionalidade hegemônica, mas a esta racionalidade, de certo modo, estão subordinados. Esses espaços opacos revelam que nem todos participam da riqueza das grandes cidades, são espaços onde aparecem as oficinas mecânicas de automóveis, de reparos de

máquinas e eletrodomésticos, e onde habitam as faxineiras, as domésticas, os trabalhadores da construção civil que efetuam pequenas reformas.

Em consonância com o que foi apresentado anteriormente sobre as principais razões para o povoamento de São Sebastião, muito em virtude do preço baixo da terra e a falta de regularização destas, novas e novas moradias foram sendo erguidas nos distintos bairros que se formavam na cidade, no decorrer das décadas de 1980 e 1990. Como resultado, conforme exposto pelos moradores da região, a população da cidade se expandia à medida que um morador trazia para morar consigo outro familiar ou conhecido, vindo de um município do interior ou de outra região administrativa, e este ao se instalar ali, conquistava sua independência através do seu trabalho, e em seguida, partia para sua própria moradia, alugada ou particular dependendo da condição financeira. E este ciclo, não fora diferente com as mulheres que exerciam o trabalho doméstico remunerado.

Desta forma, criava-se uma rede de relações sociais entre os moradores da cidade, que compartilhavam das mesmas histórias e cultura, construindo assim, suas identidades naquela região na qual passaram a habitar, alimentando a ideia de finalmente pertencerem a um lugar, pois este agora é vivido e percebido em sua totalidade na dimensão espacial do cotidiano, por todos aqueles que interagem com o território por eles ocupado. A cultura popular está associada com o discurso da população das classes mais inferiores da sociedade, pois evidencia o cotidiano dos pobres, dos excluídos, das minorias, dando ênfase na vida diária destes, e esta se constrói no lugar do cotidiano e do trabalho, resistente à cultura da massa, que não vive o lugar do mesmo modo que esta população menos abastada. “Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada” (SANTOS [2000] 2009a, p. 144).

Na visão de Damiani (1999, p. 114), o espaço urbano constitui o contexto necessário para que a cultura, relacionada ao poder, se realize. Ainda acrescenta em seu pensamento que a “periferia é um espaço do poder e da economia, não somente o lugar da reprodução da força de trabalho ou depósito dos excluídos”. A população de baixa renda que se realocava conforme podia nas “periferias” de Brasília, estabeleceram vínculos com novos moradores dessas áreas, especialmente com seus conterrâneos que

compartilhavam da mesma cultura, construindo uma rede de apoio para se sobressaírem em um ambiente com poucos recursos a oferecer.

Santos (1996) aprofunda a análise da relação dos mais pobres com o espaço urbano e trata da questão do morar, da interação do sujeito com o lugar, onde em sua percepção, as classes médias e as classes ricas não moram, e são os pobres os responsáveis por fecundar a relação com o território. São estes quem desenvolvem relações mais profundas com o meio urbano, eles que se apropriam do que está a sua disposição, encontrando nas oportunidades ofertadas, mecanismo de sobressaírem seus estilos de vida.

Segundo Freitas (2013), há de se considerar que boa parcela da população mais pobre – com exceção daqueles em situação de miséria – encontra sua “zona de conforto” no cotidiano, ainda que estejam em meio a um sistema econômico desigual, os costumes e modos de vida se perpetuam no espaço urbano. O conforto encontrado pelas populações menos abastadas nas relações cotidianas, em seus elos de vizinhança e na solidariedade, não justifica que suas dificuldades diárias não devam ser vistas e atenuadas por ações por parte do poder público, como a implantação de infraestrutura adequada nos centros urbanos periféricos que eclodem sem o devido planejamento, com nítida escassez de recursos para a população destas “periferias”, como era São Sebastião durante o início de sua formação territorial. A condição de união entre indivíduos devem ser vistas por meio da dimensão da força humana, na produção do espaço urbano como lugar de vida e nas relações sociais (FREITAS, 2013).

As empregadas domésticas entrevistadas que se mudaram para São Sebastião, na época já estando casadas, informaram que junto com seus maridos e filhos, deram entrada em uma moradia de aluguel, até o casal ter uma renda suficiente para o ingresso da casa própria, sendo que os aluguéis nesta área não eram tão caros em comparação com os da atualidade, uma vez que em mais de duas décadas da inauguração da cidade houve uma notória valorização do seu centro urbano.

Enquanto que, as demais trabalhadoras domésticas que quando migraram para esta área ainda se declaravam como solteiras passaram um tempo morando com seus familiares ou conhecidos, antes de irem para a casa própria ou alugada, ao passo que, outras afirmaram irem diretamente à busca de sua autonomia, alugando um imóvel ou dividindo o mesmo com mais algumas pessoas, na intenção de poderem custear as

despesas mensais com o salário que recebiam, na maioria das vezes, um salário mínimo à época, sendo relativo dependendo se o empregador assinava ou não sua carteira de trabalho.

De acordo com os dados divulgados na PDAD 2004, o serviço doméstico em São Sebastião, como setor de atividade remunerada dos chefes de domicílios, era executado por 1.393 dos habitantes da cidade, equivalente a 2% da população da cidade de 69.469 moradores na época (CODEPLAN, 2004).

Segundo Costa, Barbosa e Hirata (2016, p. 15), o serviço doméstico remunerado constitui uma atividade no mercado de trabalho bastante representativa sobre o perfil social das mulheres mais pobres na cidade, que encontram neste uma das poucas oportunidades de emprego, em virtude de suas limitações técnicas e de escolaridade, alegando que:

É uma ocupação bastante distinta das outras pela sua ambiguidade ao conjugar relações trabalhistas e relações familiares. [...] O serviço doméstico remunerado tem um papel preponderante na absorção das mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional, embora a idade e a escolaridade média dos trabalhadores domésticos tenham se elevado ao longo dos últimos anos. É também caracterizado por uma ocupação de baixa remuneração e formalização. As empregadas domésticas casadas e com filhos são as que apresentam maior taxa de informalidade, e ter como primeiro emprego o trabalho doméstico aumenta a probabilidade de as trabalhadoras permanecerem nessa mesma ocupação, em comparação com quem não começou como doméstica.

A informalidade do serviço doméstico, muito em decorrência da legislação brasileira não equiparar os direitos trabalhistas dos trabalhadores domésticos aos dos demais trabalhadores de outros setores, até a década de 2010, resultou com que muitas das trabalhadoras domésticas não se declarassem como atuantes desta profissão, em virtude da desvalorização social e do preconceito que lhes eram destinados, gerando números não condizentes com a realidade total do percentual de mulheres exercendo o trabalho doméstico remunerado no DF.

Houve uma elevação na quantidade de mulheres trabalhando no serviço doméstico no Distrito Federal. Segundo estudos realizados pela Codeplan, no primeiro semestre de 2015, eram 75 mil trabalhadoras domésticas nesse setor, um percentual de cerca de 12,2% do total de mulheres ocupadas na capital. Em 2016, foi registrada uma redução de 8% no percentual de mulheres no serviço doméstico, em que se foi estimado

haver 69 mil trabalhadoras domésticas em exercício. Em 2017, houve um aumento deste dado para 79 mil trabalhadoras nesse segmento (CODEPLAN, 2020).

Segundo divulgado pela PED-DF (2019, p. 2), no “*Boletim Especial: Emprego Doméstico no Distrito Federal*”, sobre os dados referentes à participação da mulher no trabalho doméstico ao longo dos últimos anos,

Em 2018, o contingente de empregados domésticos (84 mil pessoas) representava 6,2% no total dos ocupados (1.346 mil), [...] As mulheres correspondiam a pouco menos da metade (48,0%) do total de ocupados no Distrito Federal, mas representava quase a totalidade dos serviços domésticos (94,1%), realizando, principalmente, atividades de serviços gerais, com ou sem carteira de trabalho assinada, ou trabalhando como diaristas.

No primeiro semestre de 2018, a quantidade de mulheres no serviço doméstico remunerado no Distrito Federal reduziu para 76 mil, somente voltando a crescer no ano seguinte, em 2019, cujo primeiro semestre registrou haver 83 mil trabalhadoras domésticas atuando nos lares das regiões administrativas, em um percentual equivalente a 13,3% das mulheres com alguma ocupação naquele período, uma elevação nos índices registrados de 10,7 %, se considerado o período entre 2015 e 2019 (CODEPLAN, 2020). Em comparação com os dados nacionais, segundo aponta a pesquisa IPEA (2019), em 2018 existiam 5,7 milhões de empregadas domésticas em exercício no Brasil, sendo esta a maior categoria profissional para as mulheres brasileiras (PINHEIRO et al, 2019).

Segundo a PDAD 2018 realizada pela Codeplan (2019), até 2018, a população urbana do Plano Piloto (RA I), era de 221.326 habitantes, residindo em um total de 84.650 domicílios. Em 48.455 (57,2%) destes domicílios, os moradores reportaram haver a contratação dos serviços de empregadas domésticas, sejam estas mensalistas ou diaristas. Entre os moradores de São Sebastião, para 37,5% destes, o Plano Piloto foi a região administrativa onde a maioria dos respondentes declarou exercer seu trabalho principal. E dentro do segmento do emprego doméstico, 8,9 % da população reportou este como sua ocupação do trabalho principal (CODEPLAN, 2019).

Sobre o perfil etário das trabalhadoras domésticas em exercício no Distrito Federal, em geral, o percentual destas mulheres entre 40 e 59 anos ainda atuantes no serviço doméstico reduziu consideravelmente, indo de 58,0% no primeiro semestre de 2018, para 54,4% neste mesmo período em 2019, embora esta seja a faixa etária mais

expressiva entre elas, visto que o trabalho doméstico remunerado ainda representa umas das principais alternativas de inserção ocupacional para as mulheres em idade avançada (PED-DF, 2019).

Embora as mulheres que laboram no emprego doméstico no Distrito Federal apresentem escolaridade média inferior à do conjunto do contingente feminino ocupado, as pesquisas sociais mais recentes demonstram que seus níveis de instrução tem se elevado ao longo das últimas décadas. Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego do DF (2019), 32% das trabalhadoras do serviço doméstico possuíam ensino médio completo, no primeiro semestre de 2018. Neste mesmo período em 2019, esse dado se elevou para 35,7%. Sobre as trabalhadoras domésticas com nível médio completo ou superior incompleto, em 2012, este percentual era de 26,5%, aumentando para 32,8% em 2018. Contudo, ainda que os dados tornem explícitas as constantes melhorias no nível de escolaridade destas mulheres, 39,3% das “empregadas domésticas” no DF, somente possuem o nível fundamental incompleto, um percentual bastante significativo que caracteriza o perfil geral das mulheres nesta ocupação (PED-DF, 2019).

Um dado interessante de se avaliar, é que a cultura da “empregada” que morava com seus empregadores, está se diluindo cada vez mais no decorrer das últimas décadas. De acordo com o estudo publicado na PED-DF (2018), a proporção de trabalhadoras domésticas que não moram na residência onde trabalham no Distrito Federal, expandiu-se de 91,6%, em 2015, para 95,1%, em 2017, sendo estes os dados mais recentes sobre este tema divulgados até a atualidade. Pode-se analisar que a extinção deste costume, está ocorrendo em razão da nova legislação trabalhista não permitir mais que oito horas de trabalho, a não ser com acréscimo de hora extra, e desta forma, estas mulheres no serviço doméstico, não necessitam mais se submeterem as exigências de seus patrões, correndo o risco de serem dispensadas caso não cumpram suas normas, uma vez que agora contam com o amparo da lei assegurando os seus direitos trabalhistas.

Nos últimos anos, as pesquisas realizadas também registraram uma diminuição nos índices referente às trabalhadoras domésticas declaradas como “mensalistas”, com ou sem carteira de trabalho, as quais recebem apenas por seus serviços mensais, com um mesmo empregador. A explicação para tal redução se deu em razão da priorização dos empregadores, pelo serviço doméstico realizado por diaristas, as quais não estão inclusas na legislação trabalhista para garantia de seus direitos, como a carteira de

trabalho assinada, e assim, trabalham de forma autônoma determinando seus próprios horários e empregadores.

Costa, Barbosa e Hirata (2016, p. 11) em sua abordagem sobre a exclusão da categoria de “diarista” nas leis trabalhistas ampliadas na última década, explicam que,

É importante fazer essa distinção porque o trabalho realizado pelas diaristas não constitui vínculo empregatício e, portanto, não está sujeito à legislação. A Lei no 5.859/1972 define o empregado doméstico como “aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas”. Logo, a continuidade é um elemento fundamental para a caracterização do vínculo de emprego doméstico, e não está presente nos serviços prestados por uma diarista que comparece ao trabalho até duas vezes na semana.

Com os direitos trabalhistas sendo assegurados pela “PEC das domésticas” a partir de 2013, muitos empregadores consideraram desfavorável á eles algumas das exigências impostas pela lei, como o pagamento de hora extra, adicional noturno, 13º salário, férias remuneradas, FGTS, entre outros direitos trabalhistas, e optaram por deixar de contratar estas trabalhadoras domésticas mensalistas, às vistas de diminuir os gastos do lar, sendo possível usufruir dos mesmos serviços, e pagar uma quantia muito inferior daquela estabelecida pela lei para estas funcionárias.

Na última década, segundo estudo realizado pela PED-DF (2019), foi registrada uma redução significativa no percentual de mulheres na faixa etária entre 25 e 39 anos ainda em exercício no serviço doméstico, onde em 2012, este valor correspondia a 41,1% destas trabalhadoras domésticas, diminuindo para 31,7% em 2018. Sobre este decréscimo, os analistas sociodemográficos explicam que,

Esse movimento está relacionado, em grande parte, à falta de renovação da mão de obra nessa atividade. O trabalho doméstico deixou de ser a principal forma de entrada no mercado de trabalho para jovens de baixa renda. O aumento do nível de escolaridade entre as jovens ampliou suas possibilidades de escolha por uma ocupação, permitindo-lhes dar preferência àquelas com maiores chances de ascensão profissional e melhores benefícios e maior remuneração. (PED-DF, 2019, p. 5).

De fato, há um número cada vez menor de mulheres mais jovens ingressando no serviço doméstico remunerado, mas isto é em razão do mercado de trabalho está cada vez mais qualificado e engajado na busca de novos perfis que forneçam uma perspectiva atual para um melhor desenvolvimento destes. A população, de forma geral, está tendo

mais acesso ao ensino, ao ingresso nas instituições superiores, em cursos técnicos profissionalizantes, e à educação pouco fornecida anteriormente aos mais necessitados, e com isso, novas oportunidades de trabalho estão sendo abertas para aqueles que almejam conquistar uma carreira, onde as barreiras sociais estão vagarosamente sendo derrubadas, e a exclusão social se tornando mínima, reduzindo os preconceitos sociais estabelecidos ao longo dos anos, seja por etnia, raça, crença, gênero, ou origem do indivíduo.

De modo geral, o contingente de trabalhadoras no serviço doméstico é caracterizado no Distrito Federal, em uma média dos perfis avaliados pela pesquisa PED-DF (2019), por mulheres de baixa escolaridade e renda; negras, em que em 2018 estas correspondiam a 82,0% do total de empregadas domésticas em exercício; mais velhas e com maiores responsabilidades na condução de suas próprias famílias. Ainda que a parcela de mulheres cônjuge (42,9%) seja expressiva nesta população, a pesquisa destaca o crescimento nos últimos anos do segmento chefe de domicílio. No 1º semestre de 2019, este mesmo estudo levantado apontou que 43,5% destas trabalhadoras domésticas no Distrito Federal são as principais responsáveis pelo domicílio em que residem. Em uma comparação com os anos anteriores, em 2012 esse percentual era de 31,5%, elevando-se para 37,7% em 2016, e atingindo 44,2% em 2018, superando ao observado no contingente geral de mulheres ocupadas (29,3%) (PED-DF, 2019).

3. CAPÍTULO 3 – A DIVISÃO SOCIAL E TERRITORIAL DO TRABALHO DOMÉSTICO E SUA INFORMALIDADE E ALIENAÇÃO.

O intuito deste capítulo, no primeiro momento é apresentar o serviço doméstico remunerado a partir de sua informalidade no mercado de trabalho atual. Em seguida, procura-se abordar a relação entre o trabalho produzido pelas empregadas domésticas e como o seu o “produto” é visto e consumido pela sociedade, resgatando elementos da teoria marxista de alienação do trabalho, e os relacionando com a visão de outros autores. Ao passo que interpreta a divisão social e territorial do trabalho, na qual o emprego doméstico está situado em relação às cidades do Plano Piloto (local de trabalho) e São Sebastião (local de moradia), para as empregadas domésticas. Por fim, estabelece uma análise do trabalho doméstico na perspectiva do circuito inferior da economia, e como esta ocupação está estruturada neste, no território urbano.

3.1 A informalidade do emprego doméstico no Distrito Federal

As atividades do serviço doméstico remunerado exercem direta influência na ocupação das mulheres brasileiras, sendo uma das principais formas de inserção destas no mercado de trabalho, uma vez que não exige qualificações profissionais, tão pouco algum grau de escolaridade por parte destas trabalhadoras domésticas, na maioria das vezes. Entretanto, para Melo (1998, p. 1-2), “é difícil fazer uma análise econômica do serviço doméstico remunerado, porque os indicadores econômicos não permitem captar as sutilezas ideológicas e culturais que essa questão envolve”.

De acordo com Theodoro e Scorzafave (2011), ainda que nos anos 1990 o emprego doméstico fosse visto como uma atividade de transição para trabalhos de maior prestígio social e rendimentos na esfera produtiva, atualmente, essa ocupação deixou de ser caracterizada como uma ocupação de transição e passou a ser caracterizada como uma ocupação permanente, com cada vez mais postos de trabalho nas cidades. Mesmo com o crescimento da mulher no mercado de trabalho, o trabalho doméstico remunerado continua a ser uma ocupação preponderante entre as mulheres, especialmente as migrantes rurais, de menor escolaridade e pouca qualificação profissional.

Segundo Melo (1998), as atividades que envolvem o trabalho doméstico, não se organizam integralmente nos moldes capitalistas, pois ocorrem no interior de residências particulares, em um ambiente cujos empregadores não são especificamente

empresários. O acordo firmado que é feito entre funcionário e patrão/patroia, independentemente que este seja verbal ou por escrito, estabelece as normas e diretrizes do modo no qual o serviço doméstico destas empregadas deve ser realizado, sempre atendendo as exigências do empregador. Melo (1998, p. 2) completa esta análise afirmando que,

O contrato de trabalho firmado, [...] define que as empregadas realizem tarefas cujo produto — cozimento de alimentos (bens) ou lavagem de roupas e pratos (serviços) — é consumido diretamente pela família. Esses bens/serviços não circulam no mercado e não se mobiliza capital para a realização dessas tarefas, mas rendas pessoais.

Há uma heterogeneidade de situações dentro do emprego doméstico. Este serviço permite uma ampla variedade de perfis de funcionárias, no qual o empregador contrata aquela que mais se adéqua as exigências do cargo. Sendo assim, muitas trabalhadoras domésticas encontraram uma saída para não estarem mais condicionadas às decisões de seus empregadores no setor informal do serviço doméstico, e se organizaram para trabalharem de maneira autônoma, realizando as mesmas funções anteriores, porém em distintos lares, não mais restritas a um mesmo contratante.

Denominadas como diaristas, estas trabalhadoras domésticas não residem nos seus locais de trabalho, e recebem uma quantia estipulada pelas próprias, a qual pode variar dependendo da quantidade de dias que estas executam seus serviços domésticos em um mesmo domicílio, podendo estes serem diários, semanais, quinzenais ou até mesmo mensais, dependendo do acordo feito entre os demais empregadores nas várias residências onde atuam. No entanto, não possuem seus direitos trabalhistas e sociais assegurados pela lei, já que a carteira de trabalho não é regulamentada para estas, diferentemente das empregadas domésticas mensalistas.

No Brasil, os contratos empregatícios firmados entre empregadores e os trabalhadores, de modo geral, são formalizados por meio do registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), documento emitido pelo Ministério do Trabalho onde constam os dados sobre a vida laboral destas trabalhadores. Segundo Coutinho et al, (2018, p. 4),

É comum os/as trabalhadores/as usarem o termo “com carteira assinada” para se referirem aos contratos de trabalho registrados em tal documento e “sem carteira assinada” para apontar o trabalho na informalidade, ou seja, sem o registro na CTPS. Outra forma de ter acesso a direitos previdenciários para

aqueles que não têm registro formal é a contribuição para previdência como trabalhador autônomo.

No país todo, apenas um pouco mais de um terço das trabalhadoras domésticas está inserido em uma relação de trabalho formalizada, com carteira de trabalho assinada, em que a grande maioria se encontra às margens da informalidade do serviço doméstico. A rigidez contratual e os custos impostos pela legislação trabalhista aos empregadores destas representam algumas das principais razões para a existência do aumento da informalidade entre as trabalhadoras domésticas (COUTINHO et al, 2018).

Segundo a PED-DF (2020) o Distrito Federal apresenta uma economia informal entre as menores do Brasil. Ao todo no DF, a taxa de informalidade do serviço doméstico remunerado corresponde a 34.663 trabalhadores (45,22%). A proporção de mensalistas sem carteira de trabalho assinada em 2015, era de 19,7%, reduzindo para 12,9% em 2019, enquanto que, o percentual de domésticas diaristas teve uma elevação de 5,7% neste mesmo período comparativo, saltando de 29,9% em 2015, para 35,6% em 2019 (PED-DF, 2020).

À medida que o mercado de trabalho desaquece e dispensa os trabalhadores, há uma migração maior para o trabalho doméstico, principalmente em relação às mulheres, que ocupam mais de 94% da totalidade dos empregados domésticos no Distrito Federal (PED-DF, 2019). A situação atual do mercado de trabalho e a redução da renda das famílias empregadoras contribuem para o aumento de diaristas em exercício no trabalho doméstico remunerado, pois fez com que muitas famílias passassem a trocar os serviços das empregadas mensalistas pelo das diaristas.

A preferência dos empregadores pelas diaristas reflete o quanto a mão de obra feminina no trabalho doméstico pode se adaptar em relação à situação econômica do momento, uma vez que a inserção neste setor informal representa uma forma de não estar mais restrita as normas de seus “patrões”, podendo conduzir seu trabalho de forma independente, decidindo sua carga horária de trabalho e a quantidade de domicílios que possam atuar. Na maioria das situações reportadas pelas entrevistadas que se tornaram diaristas no Plano Piloto nos últimos anos, estas alegam que sua renda mensal teve um aumento de aproximadamente duas ou três vezes a mais do que em relação ao período de quando eram mensalistas.

Dentre os 115.256 habitantes de São Sebastião, 17.127 são trabalhadores informais, o equivalente a uma taxa de informalidade de 33,13% da população da cidade (CODEPLAN, 2019). No entanto, não há dados divulgados sobre esse percentual referente aos trabalhadores domésticos, de modo específico, tão pouco da população de mulheres na informalidade do serviço doméstico remunerado nesta cidade.

Segundo explana Coutinho et al (2018, p. 3),

O trabalho doméstico remunerado é configurado como uma ocupação tradicionalmente informal e desenvolvido majoritariamente por mulheres, podendo ser considerado como uma forma de prestação de serviços. Definir o setor de serviços é controverso, uma vez que os setores se constituem heterogêneos e com caráter multifacetado. [...] o termo “serviços”, corresponde àquelas atividades econômicas que se caracterizam por não serem produtoras de bens materiais.

Apesar das dificuldades econômicas intensificadas dos últimos anos, no país todo de maneira geral, há uma mudança cultural em relação à forma na qual o trabalho doméstico tem sido visto na sociedade atual, onde por muito tempo foi caracterizado como desigual, ou até mesmo inferior, em relação às outras ocupações laborais e as pesquisas realizadas por diversos institutos de análise demográfica do Distrito Federal, demonstram que esta sociedade está progredindo ao validar e cumprir com os direitos trabalhistas e sociais das trabalhadoras domésticas.

O serviço doméstico remunerado se concretizou ao longo dos anos na realidade dos domicílios do Distrito Federal, a ponto de quase todas as residências contarem com uma mulher na ocupação de trabalhadora doméstica, seja esta a contratada para realizar estes serviços no domicílio de algum empregador, ou sendo esta algum membro da família exercendo este trabalho.

Infelizmente, esta profissão herda socialmente o estigma de desvalorização que acompanha tais atividades domésticas. Enquanto os empregadores adquirem certo status social por ter a oportunidade de pagar pelos serviços do lar realizados por outro indivíduo, não pertencente a sua família, as trabalhadoras domésticas são vistas como “inferiores” nesta hierarquia construída desde a origem do trabalho doméstico nas cidades brasileiras, tendo que lidar com o preconceito social, em muitas situações nítidas no cotidiano destas, conforme retratado na literatura, em produções audiovisuais brasileiras, bem como reportado pelas entrevistadas nesta monografia.

Para Melo (2000), o trabalho doméstico remunerado significa uma ocupação bastante distinta das demais outras existentes no mercado de trabalho formal, devido a sua ambiguidade ao conjugar relações trabalhistas e relações familiares, em que diversas tarefas do trabalho doméstico remunerado se concentram em uma única pessoa, a qual exerce múltiplas atividades, tais como cozinhar, lavar, passar, fazer faxina, além de cuidados com crianças, idosos e animais, entre outros encargos.

No Brasil, desde a década de 1990, se intensificou a reestruturação produtiva diante do desemprego crescente nas cidades brasileiras e da flexibilização das relações trabalhistas, desde a promulgação da CF/1988, em que de um lado ficou nítida a emergência de novos modos de trabalho e de se inserir no mercado de trabalho contemporâneo, enquanto que por outro lado, persistem, ou até mesmo se ampliam as ocupações informais tradicionais do país (COUTINHO et al, 2018).

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho, dentro do setor informal, exemplifica um processo de informalidade encontrado no cenário urbano. Segundo Cacciamali (2001), na divisão social do trabalho, a participação das mulheres neste setor salienta os surgimentos de ocupações que se adequam ao perfil social das classes mais pobres e desprovidas de recursos nas cidades.

Sobre este processo de informalidade, Cacciamali (2001, p. 79) explica que,

Na América Latina, por outro lado, em virtude de a maioria dos países não completar os pré-requisitos de uma sociedade salarial, as manifestações mais numerosas do processo de informalidade no mercado de trabalho são a expansão dos pequenos estabelecimentos produtivos, do trabalho por conta própria, do serviço doméstico e dos contratos de trabalho não registrados junto à Seguridade [...]. Compõe o mesmo processo a criação de um ambiente favorável ao debate público sobre as novas práticas sociais orientadas para esses grupos excluídos do sistema de seguridade social, redefinindo-se políticas sociais que os compreendem.

A adaptação da mulher na informalidade do mercado de trabalho, de maneira geral, pode ser observada por meio de um conjunto de fenômenos que exemplificam este processo, dos quais podem ser mencionados os contratos verbais não registrados, acordados à margem das leis trabalhistas atuais; as novas modalidades de contratos para a mão de obra assalariada; as práticas de terceirização realizadas por meio de contratos comerciais e na maior expansão de trabalhos autônomos, sem delimitação da relação capital-trabalho.

3.2 Alienação do trabalho doméstico

Conforme expõe Melo (1998, p. 2), “as relações de trabalho do serviço doméstico são inscritas num contexto mais amplo que as relações estritamente jurídico-trabalhistas, [...] O trabalho executado pelos empregados domésticos não constitui apenas relação externa de compra e venda de força de trabalho, mas também modo de vida”.

Há uma naturalização das distâncias sociais entre aquelas que vendem e quem compra os serviços domésticos, envoltas pelos laços afetivos característicos das relações que se constroem entre trabalhadoras domésticas e “patrões”. A ação política só absorveu a presença da mulher no mercado de trabalho no âmbito da produção de mercadorias, não considerando as tarefas que só por razões afetivas as mulheres prestam aos demais seres humanos, cuja realização destas continua sendo interpretada como obrigação da mulher, sendo esta a responsável principal pelos cuidados do lar e dos filhos, ainda que não seja o seu. Na sociedade de classes atual, esta pode representar a forma encontrada para vivenciar a “invisibilidade” dos afazeres domésticos.

No caso das empregadas domésticas, qual seria o produto final do trabalho destas? Este questionamento pode ser analisado através do trabalho que é realizado por estas trabalhadoras nos domicílios que atuam em um determinado território, tais como: a roupa lavada e passada; a comida preparada; a limpeza da casa; o cuidado com os filhos de seus empregadores; o cuidado com os idosos; entre as demais tarefas do serviço doméstico remunerado, prestadas de maneira geral, as quais resultaram no ganho de seus salários. Deste modo, o produto do trabalho das trabalhadoras domésticas, se encontra no próprio trabalho realizado por estas, os seus serviços prestados para seus empregadores, quem detém maior poder aquisitivo na luta de classes sociais, dentro da posição hierárquica que ambos se encontram, visualmente perceptível na sociedade contemporânea.

Há distintas modalidades de trabalhos no segmento de serviços, e desta forma, encontram-se relações que ampliam a distância entre as pessoas que produzem, das que consomem estes serviços, inclusive com separação no espaço-tempo. Entretanto, na categoria de análise do serviço doméstico remunerado o consumo do trabalho ocorre imediatamente após a sua concretização, uma vez que, a produção e o consumo são simultâneos, ocorrem ao mesmo tempo, e ao que se refere o cuidado de pessoas, seja

estas crianças ou idosos, essa relação se torna ainda mais complexa e intensa. Sendo assim, ao desenvolver uma análise do trabalho doméstico é imprescindível considerar a sua execução na esfera privada, em que as contradições das relações de trabalho são invisibilizadas (COUTINHO et al, 2018).

Em um dos aspectos descrito por Marx (2004b) no desenvolvimento do conceito de alienação, o operário, nesta situação exemplificado através da figura das trabalhadoras domésticas, adquire um estranhamento ao produto de sua atividade, que passa a pertencer á outro. Nesta visão, quanto mais uma empregada produz para seu empregador, maior reconhecimento terá seu produto entregue, o qual se sobressai sobre seu trabalho, em uma relação desigual onde a operária se esgota o realizando, e se torna mais importante dentro deste aspecto de alienação que a trabalhadora em si, vista apenas como um meio de obtenção para o que o empregador deseja. Assim, o que estas mulheres realizam por meio de seus trabalhos, ganha mais destaque no mundo capitalista do que para elas dentro do perfil social de classe operária que integram.

Na visão de Marx (2004b), o trabalho está intrínseco a ideia de capital, cuja relação ora é imediata e mediata, ora é oposta, a qual permite introduzir o conceito de alienação dentro da discussão de trabalho e capital. Nesta, o operário, estranha, não se reconhece no produto final de seu trabalho, despertando um sentimento de deslocamento na sociedade perante as classes consideradas superiores à ele. A relação que Marx estabelece entre o capital e o trabalho, se divide em três momentos específicos, os quais podem ser analisados em uma abordagem conjunta com a situação espacial das trabalhadoras domésticas no contexto contemporâneo social (LUZ, 2008).

No primeiro momento, de unidade imediata e mediata de ambos, o operário, (neste contexto, exemplificado na figura das mulheres que executam o serviço doméstico remunerado) se encontra em uma situação cuja relação destes conceitos é exemplificada na noção de que seu trabalho, resultará no ganho de seu capital, que é resultado direto de seu trabalho, este se constituindo o principal meio de aquisição deste capital. Em um segundo momento que o autor aborda, trata-se da relação de oposição destes conceitos, em que o empregador reconhece que ele está em uma posição hierárquica acima do trabalhador/operário, que por sua vez sabe que não possui o mesmo papel social que seu empregador, reconhecendo este como negação de sua existência e vice-versa (LUZ, 2008).

No terceiro momento abordado na visão de Marx (2004b), há a oposição de cada um destes termos contra si mesmo, onde o trabalho é ele próprio e o seu oposto contraditório, ou seja, o capital, assim como o capital é concomitantemente ele mesmo e seu oposto contraditório, o trabalho (acumulado), em uma relação onde não há capital sem trabalho, nem um trabalho que não produza capital (LUZ, 2008). Deste modo, as trabalhadoras domésticas dentro deste contexto, produzem com seu trabalho, a partir de sua mão de obra, diversos serviços domésticos distintos, relacionados as atividades que estão submetidas de acordo com seus empregadores, reconhecendo que o trabalho é um meio para atingir o capital necessário para sua sobrevivência na sociedade, embora essa seja uma ocupação não lucrativa, que na verdade gera ônus para as famílias que contratam estes serviços para os seus domicílios.

O ser humano, na perspectiva dos escritos de Marx (2004b), interessa ao capitalismo apenas como força de trabalho, desconsiderando seu papel ativo como ser que sente, portador de necessidades e desejos, que procura desenvolver plenamente as suas potencialidades, atribuindo ao trabalho a função de desdobrá-las. O trabalho alienado, sob diversos aspectos, influencia diretamente a vida do ser humano trabalhador, impedindo o desenvolvimento deste. Deste modo, superar o trabalho que se apresenta de forma alienada em relação ao operário, se torna o meio que permite superar um sistema que impossibilita o desenvolvimento do ser como humano, mesmo esta alienação constituindo a própria condição que permite a existência do sistema capitalista vigente na sociedade (LUZ, 2018).

O termo “alienação” introduzido por Marx (2004b) em sua análise das relações de produção de capital nos centros urbanos, a partir do sujeito que o produz, mas que no entanto, não se reconhece no produto final resultado de seu trabalho, pode ser complementado através da interpretação de Bueno (2000, p. 89) quando afirma que,

[...] desde o seu sentido mais genérico, o termo alienação designa muito da experiência urbana, moderna e contemporânea. Pode ser e tem sido usado para indicar as crises e os conflitos de sujeitos sociais cindidos, fragmentados, sem raízes, à deriva, muitas vezes anômicos (sic) e expostos à violência de uma vida cotidiana burocrática e impessoal, que parece ir muito além de qualquer entendimento ou controle humanos. Alheios a si mesmos e distanciados do mundo urbano que não reconhecem como seu, mas como algo separado, estranho e hostil, esses sujeitos sociais certamente viveram, e continuam vivendo, formas diversas do que podemos muito bem chamar mal-estar na metrópole moderna e contemporânea criada pelo capitalismo fazendo, assim, desde logo, alusão importante ao pensamento crítico que deriva de Marx e de Freud.

Esta análise complementa a avaliação empírica realizada pelas trabalhadoras domésticas entrevistadas para esta monografia, referente à questão sobre não se sentirem pertencentes ao Plano Piloto, se sentirem distantes deste território urbano, não sendo parte integrante do corpo social da cidade, sempre o tratando na perspectiva do “local de trabalho”. Local esse, o qual possibilita a aquisição de seu salário e renda, e essa seria a única função deste no cotidiano destas mulheres, prover seu sustento e o de sua família através do trabalho doméstico realizado por estas nos domicílios das famílias da cidade, uma vez que as atividades exercidas neste serviço doméstico remunerado, ou seja, o produto final que produzem, é para seus empregadores; estas não o “consomem”, e este tão pouco é duradouro, logo se sentem alienadas em relação ao seu trabalho e ao território do Plano Piloto.

Peluso (1987, p. 128) traz a ideia dos “lugares” mencionados anteriormente na análise do local de trabalho para o sujeito que o realiza, na perspectiva central do núcleo urbano da capital federal, elucidando que,

[...] Como Brasília se desenvolveu dentro do modo de produção capitalista, foi produzida por sua sociedade de classes, na qual a Terra é um bem comercializável; foi construída pela classe dominante como seu lugar de residência e de trabalho e daí emergiu uma divisão social do espaço urbano segundo o modelo centro-periferia.

A desigualdade social engendra o modo de acumulação capitalista, se manifestando no espaço urbano em distintas maneiras, principalmente ao que se refere à falta de moradia e de emprego nas cidades brasileiras, e na pobreza que se dispersa nas metrópoles e nas “periferias” destas, as quais constituem o território.

Freitas (2013, p. 36) complementa este pensamento ao expor que,

As estratégias do sistema capitalista têm na produção de desigualdades regionais ou espaciais o [...] “meio necessário de sua sobrevivência contínua” [...], e, na “contraordem” dessa lógica, populações empobrecidas dentro desse sistema, resistem atitudes de solidariedade social e a constituição de espaços próprios de vivência. As atitudes de resistência, observadas em práticas de distanciamento social de grupos populacionais que demarcam territórios de uso na cidade, muitas vezes argumentando que alguns espaços da cidade são diferentes dos seus por serem mais bonitos e mais caros. A questão apresentada não intenciona, de modo algum, a aceitação da desigualdade social, mas a defesa de que esta tem sido uma estratégia das populações para garantirem sua vida no conforto do modo de vida solidário estabelecido nas relações de vizinhança.

Segundo Freitas (2013), a desigualdade social separa grupos, sendo expressa nas dificuldades de acesso ao emprego, à saúde, à educação, à segurança, à condição de

moradia, seja esta última na localização, ou no padrão de construção da habitação. A questão de dividir um mesmo domicílio com outro indivíduo, o ônus excessivo com aluguel e a condição precária das habitações nas partes mais desvalorizadas da cidade, são problemas vivenciados especificamente pela população de baixa renda. A moradia, como uma das condições básicas de sobrevivência, é um direito do cidadão. Na cidade, principalmente nas metrópoles, são criados espaços diferenciados, os quais podem levar à ocorrência da segregação residencial, que distancia grupos de populações, sendo este fato comum, já que o espaço urbano é essencialmente desigual (FREITAS, 2013).

Uma cidade planejada dentro de um sistema capitalista, tal como foi Brasília, idealiza um cenário urbano voltado para aqueles com poder de compra e de consumo. A elite, quem detém o capital que movimenta a cidade, com o seu trabalho modifica o espaço social e altera as relações de trabalho, compondo o topo da hierarquia instaurada a partir da desigualdade social, a qual se origina quando a população mais pobre é segregada, excluída para as áreas distantes do centro, uma vez que “não se encaixam” na dinâmica socioeconômica existente em seu núcleo urbano mais abastado.

No caso das trabalhadoras domésticas, estas como integrante da classe pobre de operários, se organizam para atenderem as necessidades da população mais abastada, encontrando meios de se sobressaírem às adversidades do espaço urbano no qual estão inseridas, mas que, no entanto, dependem desta elite para poderem adquirir seu salário, por meio do seu trabalho realizado para estes.

Ao que se refere à segregação como diferença de localização no território urbano de um grupo de pessoas em relação a outros, nesta análise da perspectiva das trabalhadoras domésticas nas cidades-satélites com seus empregadores no Plano Piloto, há duas abordagens que são contrapostas, uma que interpreta esta segregação como decorrente das desigualdades de classe da sociedade, fundamentada na teoria marxista, e outra que explica a segregação como resultante da distribuição desigual do prestígio, da honra social e do poder, baseada na teoria weberiana.

3.3 Divisão social e territorial do trabalho doméstico no DF

Segundo Costa (2016, p. 16), “as práticas comuns cotidianas constituem a alma do lugar e favorecem territorializações políticas situadas e em situação, quando são as pessoas que perfazem lugares material e subjetivamente, gerando a cidade”. Através desta análise, pode-se afirmar que a situação espacial, o sujeito situado, corresponde a história do sujeito no território, a história deste na divisão territorial do trabalho. Então, qual que é a relação entre a situação espacial e a divisão territorial do trabalho?

A análise do crescimento urbano através da problemática da divisão social do trabalho e suas projeções territoriais contribuem para a compreensão de como as relações de trabalho no território urbano estão intrínsecas no modo no qual a sociedade segrega sua população neste, de acordo com o seu nível social e a partir da sua atuação no mercado de trabalho, onde os pobres marginalizados são afastados do espaço onde se concentra a elite, quem detém os meios de produção para a classe operária.

De acordo com o que Faria (1980, p. 746) destaca sobre o fundamento por trás do estudo da urbanização territorial através da divisão social do trabalho, o autor elucida que,

Estudar os processos de urbanização a partir da divisão social do trabalho é tema clássico nas ciências sociais. Desde Adam Smith, passando por Marx, para quem a separação entre o campo e a cidade constitui “a primeira divisão social do trabalho importante” – até Weber ou Durkheim o processo de urbanização responde às transformações e aprofundamentos na divisão social do trabalho.

Para Faria (1980), a divisão social do trabalho necessita da aglomeração da população, dos instrumentos que produzem o capital, da cidade com um todo, em contraposição, o desenvolvimento das forças produtivas acarreta da mesma forma, uma distribuição espacial referente aos meios tanto de produção quanto de consumo, resultando uma divisão territorial do trabalho social que encaminha determinados ramos de produção a determinadas localidades do Estado. Deste modo, a relação estabelecida entre os processos na divisão social do trabalho e a urbanização deve ser analisada através da perspectiva central da aglomeração dos meios de produção e dos meios de consumo na cidade, bem como da especialização destas e das regiões, em ramos e setores produtivos (FARIA, 1980).

Na ótica de Godoi e Deus (2009, p. 133), a divisão do trabalho é, em geral, abordada por Milton Santos como divisão territorial do trabalho, justamente por que,

como geógrafo, este sempre esteve preocupado com uma abordagem que inserisse o espaço como variável, entendendo que os processos ocorrem transformando o espaço e que o próprio espaço pode influenciar nos processos. Portanto, os usos do território constituirão a especialidade destes em um dado tempo. Estes períodos de especialização vão impor diferenciações nas relações da sociedade em construção no espaço.

Constituída pela classe mais vulnerável da sociedade, os atores sociais que ocuparam as áreas periféricas do entorno da capital, como São Sebastião, encontraram no centro urbano do Plano Piloto o seu principal setor de trabalho, o qual possibilitaria o ganho de seus sustentos, participando ativamente da formação territorial deste, no fluxo de sua economia. Nesta perspectiva, o centro urbano de Brasília unia o que é valorizado em termos citadinos, como os meios de consumo coletivo, empregos, comércios, assim como possui o poder de decisão e os meios concretos de exercê-lo. Contrariando a lógica, a “periferia” constitui o oposto de modo não homogêneo, onde se formam centros de decisão menores, mas que são igualmente capazes de organizar suas “periferias” de acordo com as classes que os dominam (PELUSO, 1987).

Scarlato e Costa (2017, p. 7) completam esta afirmativa ao argumentarem que,

Na angustia da existência, surgida do absurdo da vida e intensificada pela exclusão das oportunidades que a vida urbana pode oferecer, e com o desafio da construção, o engajamento do ser histórico produz a essência da vida urbana. [...] A construção e o habitar são ressignificados, na medida que os sujeitos históricos reconhecem a importância da luta pela superação das contradições inerentes ao urbano e à nova sociedade.

Houve um contraste nítido entre o núcleo urbano de Brasília, abastecido com oportunidades de emprego e serviços essenciais, onde se concentra grande parte da economia do território – contudo, concentrados nas mãos da elite local – e a “periferia”, originada a partir da exclusão social instaurada a partir da ação dos governantes de impedir o acesso às mesmas habitações e benefícios sociais para os menos favorecidos da população.

É válido destacar a ideia explanada por Santos (2007, p. 11), referente a este tema em discussão, onde em sua análise propõe que,

A atividade econômica e a herança social distribuem os homens desigualmente no espaço, fazendo com que certas noções consagradas, como a rede urbana ou a de sistema de cidades, não tenham validade para a maioria

das pessoas, pois o seu acesso efetivo aos bens e serviços distribuídos conforme a hierarquia urbana depende do seu lugar socioeconômico e também do seu lugar geográfico.

Ao que trata das trabalhadoras domésticas, essa divisão territorial está presente no deslocamento destas de suas cidades-satélites onde moram, para seus trabalhos no Plano Piloto (figura 1), o qual concentra todos os “meios de produção” do serviço doméstico, que estas necessitam para suas subsistências no espaço urbano. Estas não produzem o “capital”, no entanto, por meio do seu trabalho nos domicílios familiares do núcleo urbano de Brasília, adquirem a renda que precisam para o seu consumo na cidade, o que as tornam parte integrante da classe operária, a qual sozinha não constitui a sociedade urbana, mas sem ela nada é possível.

Segundo Souza (2019), no centro das cidades, se encontram concentrados em pontos específicos e estratégicos, densidades técnicas como equipamentos e serviços, em virtude da ação intensa do capital imobiliário especulador, que valoriza o núcleo da cidade como um todo, em detrimento das “periferias”. As quais, no caso de Brasília em seu passado, fora tão desvalorizadas por serem formadas pela população mais pobre do território urbano, a qual necessitava dos serviços somente acessíveis nestes centros, sob o ponto de vista do uso do território através dos equipamentos e serviços de interesse social.

Para Luchiari (2014, p. 437),

Nas grandes cidades os que conseguem os altos postos irão habitar nos melhores lugares, aqueles mais caros e repletos de serviços essenciais e de instalações destinadas ao lazer; enquanto os destituídos de elevadas posições no mercado de trabalho irão morar em lugares menos valorizados, onde há falta de serviços e de equipamentos de lazer.

Godoi e Deus (2009, p. 139) complementam esta análise, quando afirma que,

Nas áreas onde a divisão do trabalho é menos densa, há uma acumulação de funções numa mesma cidade e as cidades e suas relações de interdependência são mais distantes umas das outras. Assim, quanto maior for a interação entre as cidades de uma rede urbana, mais acelerado é o processo de divisão territorial do trabalho e, quanto mais acelerado e coeso, mais possibilidades de avanço nos índices de urbanização que renova a divisão do trabalho.

A premissa de uma dialética sócioespacial pode ser encontrada na ideia de que o espaço tanto expressa as relações sociais quanto reage diretamente sobre elas, uma vez

que a estrutura deste espaço organizado é um componente, dialeticamente definido, das relações gerais de produção, as quais são simultaneamente sociais e espaciais. Ressalta-se que as relações espaciais de produção são dialeticamente inseparáveis das relações sociais de produção, estando associadas em um materialismo histórico-geográfico (LEFEBVRE, 2006; FILHO, 2013).

De acordo com Santos (1978), uma sociedade só se consolida através do espaço por ela mesma produzido, o qual somente pode ser compreendido por meio da sociedade que o produz. Espaço e sociedade correspondem a uma dualidade na qual só podem ser compreensíveis quando intrinsecamente correlacionados. O espaço pode ser considerado como instância da sociedade, fator social, e não como um simples reflexo social. O espaço construído pelo homem condiciona a sociedade, compartilhando do complexo processo de existência e reprodução social, estando submetido à totalidade. Contudo, apresenta certa autonomia, sendo subordinado pela sociedade responsável pela sua formação, e subordinante ao mesmo tempo à esta (SANTOS, 1978).

O espaço é um produto de processo social, um meio de produção e de controle, onde se desenvolvem as relações de reprodução do capital, e a realidade que serve como fundamento para uma análise. Já a cidade, como parte integrante do espaço, é transformada em produto de interesse, de desejo (OLIVEIRA, 2020). O espaço não está situado no sistema capitalista como um lugar passivo das relações sociais, este é ativo ao exercício da hegemonia, em que opera e instrumentaliza.

No espaço do capitalismo, conforme destaca Filho (2013), pode-se observar três níveis de reprodução que se imbricam: o da *reprodução biológica*, representado na figura da família; o da classe operária, a qual constitui a *reprodução da força de trabalho*, e como terceiro, o nível da *reprodução das relações sociais e de produção na cidade*. Segundo afirma Lefebvre (2006), a produção de um espaço social apropriado, no qual a sociedade que o gera adquire forma em sua apresentação e representação, é decorrente de um processo longo, sendo que este espaço desempenha um papel importante nessa continuidade, e contém também determinadas representações desses níveis de reprodução de interferência de relações sociais, tanto de produção, quanto de reprodução.

Na afirmativa de Filho (2013, p. 42),

“a produção do espaço, ainda que não “dominante” no modo de produção, religa os aspectos da prática, coordenando-os, reunindo-os. O modo de produção produz, ao mesmo tempo, relações sociais e seu espaço, e é assim que ele se realiza, sem que haja correspondência exata entre as relações sociais e as relações espaciais. Se o espaço social intervém no modo de produção, ele também muda conforme mudam os modos de produção (e as sociedades).

Para Santos (1996, p. 113), “o trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer. A atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais anteriores. E a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende ela própria, das formas geográficas herdadas”. O território pode ser interpretado como palco onde o capitalismo internacional prolifera enquanto o Estado empobrece, e desta forma, perde aos poucos sua capacidade para gerar serviços sociais, e no qual também ocorre uma apropriação da mais-valia. É também o palco da reprodução do capital, o “espaço apropriado pelos agentes do capital através da divisão social do trabalho” (SAQUET; SILVA, 2008, p. 34).

Conforme elucidam Goldenstein e Seabra (2011, p. 21), “o surgimento do capitalismo, como modo de produção dominante de uma formação econômico-social, pressupõe a existência de formas avançadas de divisão do trabalho e a permanente redefinição das proporções e do significado social e territorial desta divisão”. Esta divisão social do trabalho pode ser interpretada sob dois aspectos distintos. Em um destes, essa divisão é abordada como “horizontal”, existente entre os ramos de atividade; na divisão urbano-rural; inter-urbana; entre comunidades, sejam estas locais, nacionais ou internacionais. Enquanto no outro, esta divisão é apresentada como “vertical” entre grupos sociais, dominantes e dominados, existentes no processo de trabalho de diversos setores da sociedade, os quais na base econômica são definidos a partir da posse ou não dos meios de produção.

Os autores completam esta análise ao explanarem que,

Há interação entre divisão social e divisão técnica do trabalho. Na divisão “horizontal” está contida uma divisão “vertical” que subordina a expressão econômica, política e social das atividades e consequentemente dos sujeitos coletivos (exploradores e explorados; dominantes e dominados) que as integram. Qualquer processo de trabalho, em suas etapas intelectuais ou na produção *strictu sensu* [em sentido específico], implica na utilização de meios materiais, que têm uma dimensão espacial, o que leva a divisão social e técnica do trabalho a ter uma dimensão territorial. Essa divisão territorial, não sendo alheia aos dados objetivos representados pela diversidade das condições naturais, é a dimensão espacial das formas de divisão social do trabalho (GOLDENSTEIN; SEABRA, 2011, p.21).

Santos (1993) estabelece uma crítica à relação da sociedade capitalista com o setor terciário, metamorfoseado em marginalidade, o qual cede espaço em seguida, para o setor informal, assim como pode ser representada a situação das empregadas domésticas. Os pobres, a partir desta perspectiva da marginalidade e do setor informal eram postos e tratados de maneira singular, não como resultado de um movimento de capital. Segundo o autor, o modo de produção é externo à realidade, e não permite reconhecer a composição do meio social, assim como não dá abertura para incluir a questão do território, afirmando que “o modo de produção não é uma categoria capaz de fazer trabalhar o espaço visto a partir da totalidade concreta que é a formação social.” (SANTOS, 1996, p. 21).

Na visão de Faria (1980), o processo de urbanização territorial pode ser analisado tanto da perspectiva demográfica, em que este passa a ser visto em função das necessidades de mobilização, desmobilização, produção e reprodução da força do trabalho, quanto do ponto de vista espacial, onde a urbanização é interpretada como processo de organização do espaço geográfico, ou de desorganização dependendo do ângulo analisado, por meio do ponto de vista da concentração/desconcentração espacial de suas atividades e funções.

Santos (1996, p. 23) afirma que o espaço urbano, “é um movimento permanente, fundado nas metamorfoses do trabalho, produzindo a flexibilidade tropical com grande adaptação à conjuntura e respeito ao papel das ecologias urbanas, materiais e sociais, do próprio meio geográfico”. Em sua abordagem sobre Brasília dentro do seu conceito de metrópole, alega que há uma produção histórica do território, e destaca duas formas de divisão social do trabalho, onde uma pode ser analisada “de cima para baixo”, dependendo de normas implacáveis, enquanto a outra é interpretada “de baixo para cima”, a qual constantemente recria suas normas, de maneira mais complexa e rica.

A divisão territorial do trabalho desenvolve uma hierarquia entre os lugares, redefinindo a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições, na formação de um território. O espaço urbano na análise de Santos (1996) possibilita uma abrangente esfera de ofícios e cargos, em que cada ator social pode desempenhar distintas funções dentro das cidades, permitindo lugar a divisões do trabalho que alteram suas formas (proteiformes). Há múltiplas combinações em constante movimento, com grande capacidade de adaptação, e sustentadas no seu próprio meio

geográfico, o qual constitui uma forma-conteúdo, um híbrido de materialidade e relações sociais.

A divisão social e territorial do trabalho pode ser largamente explorada nos estudos geográficos, quando combinada a categoria de divisão do trabalho às noções de totalidade e de tempo, relacionando a ideia de distribuição de recursos à própria noção de evento. Esta divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial. De acordo com Santos (2002, p. 131), “a divisão do trabalho, movida pela produção, atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares. Assim, o mundo humano se renova e diversifica, isto é, reencontra a sua identidade e a sua unidade enquanto os seus aspectos se tornam outros”. A divisão do trabalho pode, também, ser analisada como um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente.

Para Costa (2016), à medida que se dá a divisão social e territorial do trabalho, criam-se distintas divisões específicas, e a situação espacial do sujeito (o sujeito situado), é movimento, por isso ela tem relação com a divisão social e territorial do trabalho, uma vez que ela corresponde às condições existenciais, com base no espaço. A divisão social e territorial do trabalho produz a situação espacial.

Segundo Costa (2011, p. 293) discorre em sua análise sobre o perfil dos atores sociais que constituem a “periferia” de Brasília, há uma incongruência explícita no território exemplificada através da dinâmica segregante espacial diluída neste, e conforme interpreta:

No contexto mais amplo do território [...] a periferização não pode ser entendida apenas como o movimento de ocupação das franjas do núcleo tombado, mas também como o processo de segregação socioeconômica. Os sujeitos dessa periferização são, assim, aqueles que não têm condições financeiras de morar cerca da área chancelada, mas que dependem muito da mesma, ainda.

Ferreira (2010, p. 50) complementa esta análise, ao afirmar que “[...] a periferia mais distante (dentro do Distrito Federal e nos seus limites externos) concentra a população periferizada e as atividades ligadas a esse mercado de subsistência: subúrbios dormitórios”. Nos dias atuais, é claramente visível como as cidades-satélites, obtiveram uma importante evolução socioeconômica. Contudo, ainda são reduzidas a um mero lugar para descanso por uma parcela dos seus habitantes, em virtude da segregação

espacial instaurada na dinâmica urbana de Brasília desde a sua criação, que fez com que os moradores destas cidades retornassem aos seus lares somente ao anoitecer, após uma jornada diária exaustiva de atividades concentradas no Plano Piloto, pois as áreas periféricas onde habitavam não forneciam, até pouco tempo atrás, os mesmos recursos e serviços essenciais que apenas o núcleo urbano da capital podia viabilizar (FREITAS, 2013).

De acordo com Costa (2017, p. 57),

O trabalho conduz à reprodução da vida material e da consciência: é ‘uma condição’ de existência espacial e das diferentes formas sociais e é a ‘necessidade’ que faz a mediação catalizadora sociedade-natureza, dando sentidos aos diferentes formatos de vida humana espacializada. o trabalhador é transformado pelo seu trabalho, atua sobre a natureza exterior e modifica sua própria natureza.

Sabe-se que o espaço operado constitui o território, bem como as relações de trabalho no espaço, pode modificar o território, e São Sebastião constitui um exemplo desta análise. A cidade que antes era formada apenas por olarias e cascalheiras, as quais forneciam boa parte dos materiais necessários para as construções da capital, teve seu território moldado ao longo dos anos, através da presença marcante da população que ali permaneceu e se recusou a deixar aquela região, ainda que sobre pressão do governo do Distrito Federal o qual exigia que estes deixassem aquelas terras pertencentes ao Estado.

A relação de identidade construída ao longo dos anos com aquele lugar possibilitou a valorização da cidade no decorrer das últimas décadas, atraindo cada vez mais uma população migrante tanto do DF quanto de outros estados da federação, para as belezas naturais da região, conforme descrevem os próprios moradores. Uma cidade que em seu início progredia com a falta de regularização dos seus terrenos, e sua população ocupando áreas irregulares, na atualidade está tão valorizada quanto às demais regiões administrativas. Um exemplo da identidade e da afeição construída com neste lugar, está no nome da cidade, cuja população se recusou a aceitar um nome que pudesse trazer uma conotação pejorativa, visto que está associado ao presídio do estado, e não destacaria o significado real que a cidade representava para aquela população de moradores que ali decidiram permanecer, e o definiram como seu local de moradia.

Ainda que as trabalhadoras domésticas não façam parte do grupo de pioneiros ativos no início da formação territorial da cidade, conforme relatado por grande parte das mesmas, a cidade se desenvolveu com o apoio destas, que através dos seus trabalhos

no serviço doméstico remunerado, alimentaram a dinâmica socioeconômica que possibilitou com que o território da cidade fosse cada vez mais sendo valorizado não apenas pela população local e migrante, mas também pelas autoridades que passaram a adotar políticas públicas de incentivo a atrair cada vez mais novos habitantes para aquela região periférica em desenvolvimento.

De acordo com a narrativa de grande parte dos moradores, enquanto os homens, no início da popularização da cidade em meados da década de 1990, se ocupavam em atividades voltadas aos serviços gerais e comércio, uma quantidade muito significativa de mulheres ingressava no trabalho doméstico como uma das principais alternativas de se inserirem no mercado de trabalho da época, que era excludente com aqueles que não forneciam todos os atributos necessários para ocupar uma posição alta neste. Sendo assim, estas transformaram a cidade no seu local de residência, e construíram suas vidas neste território no qual o vivenciaram em sua totalidade no cotidiano.

Na relação construída entre estas e com a cidade, estas foram modificadas por este território, ao passo que também o modificaram, conforme exemplificado nos depoimentos reportados, como a criação de mais linhas de ônibus para a cidade, visto a alta demanda de mulheres que iam diariamente trabalhar nos lares familiares do Plano Piloto; no fornecimento de terras para que a população migrante pudesse ocupar, longe das áreas irregulares, e com um preço mais acessível, uma vez que a terra era desvalorizada e não tinha regulação do solo; na implantação de feiras populares, supermercados, lojas, comércios, entre outros serviços, de modo a estimular a economia da cidade e movimentar o capital produzido externamente a esta; dentre outras formas resultantes do processo contínuo de urbanização na cidade de São Sebastião, o lugar de concentração de boa parcela das empregadas domésticas no Distrito Federal.

Conforme afirma Santos ([1978] 2008, p. 62), “a cada movimento social, possibilitado pelo processo da divisão do trabalho, uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas para atender a novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes”. Daí a estreita relação entre divisão social do trabalho, responsável pelos movimentos da sociedade, e a sua repartição espacial. Esta divisão territorial do trabalho se realiza e se materializa nos lugares, diferenciando-os porque não são atingidos do mesmo modo e ao mesmo tempo pelos vetores externos.

3.4 O serviço doméstico no circuito inferior da economia urbana

No processo de urbanização de Brasília, a sua expansão metropolitana adquiriu feições com características periféricas, através do desemprego crescente nos centros urbanos, o qual preocupa os diversos agentes da urbanização, e também com a expansão da pobreza e da miséria, as quais estão relacionadas com os processos modernos de metropolização e de exclusão social.

Paviani (2006, p. 97) trata da modernização segregante resultante do processo intenso de metropolização que ocorre nas cidades, em que para os trabalhadores das camadas mais pobres destes territórios,

Sendo a modernização excludente, nem todos os trabalhadores possuem capacidade de produção por atraso educacional e tecnológico, não sendo, por isso, consumidores. Nesse curso, acentuam-se o desemprego, a exclusão socioespacial, a expansão das periferias metropolitanas que denunciam o empobrecimento da população, a falta de moradias condignas para camadas cada vez maiores de desvalidos, o déficit de saneamento básico, a deterioração do ambiente urbano com incremento dos conflitos [...] e a violência de todo o tipo.

A eliminação de postos de trabalho, ou até mesmo a não criação de novos, podem levar ao desemprego estrutural nas cidades, e conforme denomina Paviani (1991), surgem as “lacunas de trabalho”, distintas do desemprego comum decorrente da dispensa de certo número de trabalhadores em seus postos de serviço, as quais também levam a exclusão da população mais pobre, sendo difícil identificá-las por meios quantitativos, uma vez que ocorrem de forma silenciosa. No entanto, ressalta-se que nas pesquisas realizadas pelas PDAD e PED-DF não há estatísticas sobre a eliminação de postos de trabalho ou a não criação de novas vagas.

Em consonância com esta análise, Santos (2004, p. 37), argumenta que,

Essas modernizações atuais nos países do Terceiro mundo só criam um número limitado de empregos, visto que as indústrias instaladas são de alto coeficiente de capital. Por outro lado, uma boa parte dos empregos indiretos são criados nos países centrais ou para os naturais desses países. A indústria, portanto, responde cada vez menos às necessidades de criação de emprego. Nas cidades dos países subdesenvolvidos, o mercado de trabalho deteriora-se e uma porcentagem elevada de pessoas não tem atividades nem rendas permanentes

As condições de moradia da população excluída, como os primeiros habitantes das cidades-satélites de Brasília a partir da década de 1960, os colocavam em um

patamar inferior a população com melhores condições de vida do centro da cidade. A população mais pobre das cidades que eclodiram sem acesso a água tratada, redes de esgoto, asfalto nas ruas, habitações precárias improvisadas com restos de materiais de construção e sucata, se encontrou “periferizada” na maioria das tentativas da busca por empregos que melhor remuneravam, uma vez que “os habitantes destes locais segregados estão física e intelectualmente impedidos de produzir. Não produzindo, estão condenados ao desemprego, à lacuna de trabalho e a não consumir mesmo o mínimo necessário condizente à dignidade humana.” (PAVIANI, 2006, p. 98).

No caso das grandes cidades brasileiras, assim como no Distrito Federal como um todo, ampliam-se as lacunas de trabalho e, com elas, os que são condenados a serem pobres e excluídos, já que não encontram postos de trabalhos que possibilitem a estes o alcance de um padrão de vida mais elevado, visto as suas limitações profissionais, na maioria das vezes, de pouco estudo e déficit de qualificação profissional para ocuparem cargos com melhores remunerações e prestígio social.

Com a massa dos excluídos – e nesta análise já não se incluem somente os moradores das cidades-satélites do DF, mas sim também boa parte da população do Plano Piloto, sendo que o desemprego atinge a todos na sociedade, embora seja mais avassalador para os mais pobres da cidade – no interior dos sistemas econômicos que adotaram o neoliberalismo, conforme apresentado inicialmente por Santos (2004 [1975⁵³]), é formado o “circuito inferior” da economia, ou o circuito dos empobrecidos. De acordo com Paviani (2006, p. 93), “no atual período ‘técnico científico informacional’, a raiz da pobreza imposta pelo neoliberalismo é o desemprego ou as diferentes formas de exclusão das fontes de trabalho humano e dos benefícios da modernização”.

Nesta teoria de Santos (2004), os fluxos da cidade podem ser compreendidos através dos circuitos inferior e superior. Tanto as atividades executadas em ambos os circuitos possuem como função, organizarem o espaço, no entanto, o circuito inferior torna-se, gradativamente, capaz de exercer sua influência sobre as unidades espaciais

⁵³ Santos publicou sobre este tema anteriormente, em diversos artigos ao longo das décadas de 1960 e 1970. Contudo, ela está sistematizada de maneira completa no livro “Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana”, publicada primeiramente em francês: SANTOS, Milton. *L'espace partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés*. Paris, M-Th Génin. Librairies Techniques, em 1975.

mais extensas, em conjunto com os demais elementos que desempenham seu papel nesta organização do espaço.

Sobre a constituição destes circuitos econômicos existentes no espaço urbano, Saquet e Silva (2008, p. 36) lembram que,

O fluxo do sistema superior é composto de negócios bancários, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, comércio atacadista e transporte. Já o sistema inferior é constituído por formas de fabricação sem a utilização intensiva de capital; por serviços não modernos, abastecidos pelo nível de venda a varejo e pelo comércio em pequena escala. Ambos os sistemas são levados em conta no estudo da organização espacial em países subdesenvolvidos.

De acordo com Silva (2012), a teoria destes dois circuitos da economia urbana desenvolvida por Santos no final da década de 1960, foi criada para explicar o processo de urbanização dos países periféricos. Contudo, é comum serem interpretados de forma equívoca, quando se associa as atividades do circuito superior como formais, e as do circuito inferior como informais no mercado de trabalho, sendo que a base da distinção entre esses dois subsistemas não é o elemento formalidade ou informalidade, mas sim o modo de organização e o uso de capital e tecnologia. Esta teoria contribui na explicação do uso do território brasileiro na atualidade, partindo de outros princípios de método, os quais visam interpretar a economia política da cidade a partir da perspectiva da magnitude dos capitais, do emprego de tecnologia e do nível de organização nas atividades produtivas, na intenção de evidenciar os nexos estruturais entre a pobreza e a riqueza existentes no território (SILVA, 2012).

Segundo Santos (2004, p. 37) apresenta em sua teoria sobre estes dois circuitos da economia urbana, criada para explicar como as cidades de países periféricos, assim como o Brasil, funcionam através de dois subsistemas urbanos, o autor argumenta que:

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não tem condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços.

Enquanto que o circuito superior representa o resultado direto da modernização tecnológica presente no processo de metropolização das cidades, consistindo nas atividades geradas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles, o circuito inferior constitui igualmente um resultado desta mesma modernização, no entanto, um resultado indireto, somente direcionado aos indivíduos que não se beneficiam, ou ao menos apenas parcialmente, dos progressos técnicos da atualidade e das atividades a eles ligadas.

A ideia dos circuitos espaciais produtivos, desenvolvida dentro da ciência geográfica por Milton Santos, é originada da obra de Marx (2011 [1857]), o qual trata do processo de circulação em sua totalidade, formado pela produção, distribuição, troca e consumo. Nesse sentido, Santos (1979) alega que estes circuitos espaciais produtivos são os espaços de circulação, de produção, e de consumo de um determinado produto, sendo estes circuitos analiticamente divididos em superior, “formado por agentes e elementos que utilizam alto grau de tecnologia, capital e organização, produzindo verticalidades, racionalidades e solidariedades organizacionais”, e inferior, “formado por agentes e elementos que utilizam baixo nível de tecnologia, capital e organização, produzindo horizontalidades, contra racionalidades e solidariedades orgânicas”, constituindo ambos uma bipolarização da economia espacial (QUEIROZ, 2014, p. 158).

Enquanto a tecnologia utilizada no circuito superior é de “capital intensivo”, o circuito inferior adota uma tecnologia de trabalho intensivo e geralmente local, ou localmente adaptada ou recriada, a qual dispõe de um significativo potencial de produção, em que as atividades de trabalho intensificado utilizam capitais reduzidos, e desta forma, se isentam de uma organização burocrática. Na análise de Santos (2004, p. 48), “o circuito inferior encontra os elementos de sua articulação na cidade e sua região, enquanto o circuito superior vai ordinariamente buscar essa articulação fora da cidade de sua região”.

Para Santos (2004) e (2008), o trabalho doméstico é uma das formas mais primitivas de ocupação e está enquadrado na categoria de serviços, sendo assim, no âmbito do circuito inferior da economia urbana este ocupa posição significativa. Através desta análise pode-se interpretar a classe de trabalhadoras domésticas no Distrito Federal, a partir da perspectiva do circuito inferior da economia, uma vez que este é composto por atividades de pequena dimensão, as quais utilizam mão de obra intensiva, que se cria e recria com pouco capital no espaço urbano da cidade.

A população desta, independente da classe social, possui necessidades contínuas. Por um lado, surge o circuito superior, com a criação de empregos perenes e bem pagos, enquanto por outro, a existência de trabalhos com baixa remuneração e intermitente, demanda a implantação de novas maneiras de subsistência para boa parte da população, principalmente para os mais pobres, e desta forma, resulta na criação do circuito inferior.

Em consonância com esta afirmação, pode-se destacar a análise de Santos (2004, p. 45), quando este elucida que,

O emprego no circuito inferior, raramente é permanente e sua remuneração situa-se com frequência no limite, ou abaixo do mínimo vital. O contrato frequentemente assume a forma de um acordo pessoal entre patrão e empregado, mas a importância do trabalho familiar, e do trabalho autônomo ou self employment, é grande. Esse circuito é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação. No circuito inferior, a acumulação de capital não constitui a primeira preocupação ou simplesmente não há essa preocupação. Trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna.

Enquanto que, no cenário de Brasília, a mão de obra integrada pela elite da época atuava no subsistema do circuito superior nas grandes empresas, instituições, bancos, e atividades ligadas ao ramo da alta tecnologia, desenvolvidas a partir da década de 1960 na cidade, como o processo de modernização sempre foi excludente, não eram todos os habitantes do Distrito federal que gozavam de alguma habilidade específica para produção de capital de forma lucrativa, sendo assim, recorreram aos serviços do circuito informal para conquista de sua própria renda.

Desta forma, estas mulheres encontraram no trabalho doméstico remunerado uma forma de conquistar seu salário, auxiliar nas despesas do lar com seus familiares, e contornar a realidade da pobreza que permeava as áreas periféricas onde estas trabalhadoras domésticas passaram a habitar – como São Sebastião – quando chegaram ao DF, as quais representavam um contraste em relação ao pomposo núcleo urbano planejado do Plano Piloto, onde a grande maioria destas realizavam seus trabalhos.

Assim, o mercado de trabalho da época passa a ter uma grande oferta de trabalhadores, porém com pouca capacidade de produção, em virtude da baixa escolaridade e atraso tecnológico que possuíam, não sendo assim grandes consumidores

na cidade, e deste modo, ingressaram nas atividades ligadas ao circuito inferior econômico.

Segundo Santos (2004), a existência de ambos os circuitos econômicos trata-se de um fenômeno atual, resultante da modernização tecnológica introduzida com o processo de metropolização das cidades, e desta forma, deve ser analisada como tal. Sendo assim, vale ressaltar, que o circuito inferior não deve ser associado com as “periferias” de Brasília, representadas através das cidades-satélites onde a grande maioria da população habita, a qual utiliza o território do Plano Piloto apenas como “lugar de trabalho” ou para realização de atividades não remuneradas, como acesso a instituições educacionais, compras de varejo, serviços gerais, lazer, entre outras. Estas áreas periféricas constituem apenas um quadro material de vida que explicita a pobreza no território do Distrito Federal, sendo que “o circuito inferior é um fenômeno econômico muito mais amplo, não delimitado geograficamente, e que representa a condição de dependência de todo um sistema econômico.” (SANTOS, 2004, p. 69).

O trabalho doméstico interpretado através da ótica do circuito inferior possibilita analisar o território da cidade na perspectiva do sujeito que o vive, que o exerce, que o percebe, e que também o reproduz. Ainda que não constitua um serviço lucrativo, sem produção de capital, e com baixa remuneração, caracteriza muito a população mais pobre das cidades, não somente na visão central do Plano Piloto ou de São Sebastião, estando presente em boa parte dos lares familiares do Distrito Federal, tornando a figura da “empregada doméstica” em uma personagem com presença contínua nestes, realizando múltiplas funções, e sendo vagarosamente reconhecida pelo seu trabalho, uma vez que seus direitos trabalhistas ao longo das últimas décadas finalmente estão ganhando a visibilidade que os muitos anos de lutas destas mulheres tanto almejaram conquistar.

Desde a década de 1990 é registrado um aumento no Distrito Federal da participação feminina no mercado de trabalho. Segundo um estudo realizado pela Codeplan (2011), em 1992, as mulheres compunham 43,4% da população ocupada, e após duas décadas, esse percentual se elevou para 46,9% em 2011, evidenciando a transformação positiva da sociedade ao incorporar mais mulheres em ocupações fora do segmento do trabalho doméstico.

Luchiari (2014) avalia que nos últimos anos a população economicamente ativa feminina, está alcançando novos postos no mercado de trabalho, com cada vez melhores níveis de instrução, deixando o circuito inferior da economia urbana. E ao que tange às empregadas domésticas mais jovens, há uma maior formalização das mulheres incluídas nesta atividade, uma vez que estas estão melhorando seus níveis educacionais.

Sendo assim, as jovens que no passado só tinham o emprego doméstico como forma de obter uma renda mensal, garantir seu sustento e arcar com as despesas de moradia, alimentação, saúde, transporte, entre outras, na atualidade, está se profissionalizando cada vez mais e buscando novas áreas de trabalho. Através do apoio de diversas instituições de ensino, estas passaram a ter mais acessos a cursos superiores e técnicos, que visam à qualificação profissional do cidadão, o que auxilia na conquista de novas oportunidades de emprego e ascensão social, fornecendo novas perspectivas de inserção no mercado de trabalho, que vão além do serviço doméstico remunerado como principal ocupação trabalhista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se identificar a dialética construída a partir da divisão social e territorial do trabalho doméstico, entre as cidades do Plano Piloto e de São Sebastião, como sendo respectivamente a localização predominante do trabalho realizado pelas empregadas domésticas, e a localização central (dentro deste estudo) de moradia destas mulheres. Com a coleta de informações baseadas no imaginário urbano das trabalhadoras entrevistadas foi possível realizar uma análise do território por estas vivenciado, e interpretar a situação espacial destas no espaço urbano do Distrito Federal.

No entanto, pela quantidade de empregadas domésticas entrevistadas representarem apenas uma ínfima parcela da totalidade desta classe trabalhista no DF, as informações obtidas e destacadas nesta monografia constituem apenas uma microanálise da realidade total existente nesta área. Sendo assim, para um estudo mais aprofundado desta temática, seria necessário realizar uma análise com um percentual muito superior de empregadas domésticas, em relação ao que foi estudado neste projeto.

Durante a discussão do trabalho, foi demonstrado que o serviço doméstico remunerado é analisado como uma significativa ocupação na sociedade, onde as empregadas domésticas se tornaram personagens rotineiras em parte considerável dos lares familiares do DF, em ambos os lados, seja na figura da “empregada” da casa (na visão dos empregadores), ou na personificação da mulher executora do serviço doméstico remunerado, como a ocupação principal para obter sua renda (na perspectiva da própria trabalhadora doméstica).

A pesquisa demonstrou que as empregadas domésticas estiveram presentes na fase inicial da urbanização tanto do Plano Piloto, quanto da cidade de São Sebastião, sendo esta última, onde exerceram uma importância ainda maior, pois representam algumas das primeiras moradoras da cidade, as quais contribuíram para a formação territorial desta, como parte dos atores sociais que modelaram o território urbano por elas vivenciado na totalidade do seu cotidiano.

Embora que não fossem as únicas moradoras de São Sebastião, as empregadas domésticas, como o habitante situado e em situação espacial, se tornaram agentes fundamentais das transformações econômicas do território e da cidade. Desta forma, São Sebastião foi se estruturando com o auxílio destas trabalhadoras, à medida que as

autoridades da cidade melhoravam sua infraestrutura ao longo das últimas décadas, visando atender as necessidades básicas da população local – antigamente constituída por parte considerável do contingente de empregadas domésticas que trabalhavam diariamente no Plano Piloto – as quais contribuíram para a valorização cada vez maior da cidade, e assim, atraíram novos moradores para esta região.

Através das informações fornecidas nas entrevistas realizadas, notou-se a relação hierárquica construída entre “patrões” e empregadas através do emprego doméstico, a qual atualmente, ainda constitui um amplo processo de reprodução da desigualdade social. Enquanto que para aqueles que podem comprar os serviços domésticos, manter uma empregada é um sinal diacrítico na sociedade brasileira, pois sinaliza a distância da pobreza, por outro lado, para aquelas que executam estas atividades, o trabalho doméstico representa uma das poucas formas de conquistar seus salários, em frente às limitações sociais e profissionais que estas mulheres estão sujeitas.

Sendo assim, ressalta-se que o trabalho doméstico remunerado é uma ocupação que deve ser valorizada socialmente, assim como as mulheres que o realizam, e exerceram sua devida importância para a formação territorial do Distrito Federal, de maneira geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO. **Conheça a RA**. Disponível em: <http://www.saosebastiao.df.gov.br/category/sobre-a-ra/conheca-a-ra/>. Acesso em setembro de 2020.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. *In*: ALBAGLI, S. (Org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília, Sebrae, p. 23-69, 2004.

ARAÚJO, M. F. S. **São Sebastião – DF: Do sonho à cidade real**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 157p., 2009.

BRANDT, M. E. A. **Os Conflitos entre empregadas e empregadores domésticos pela mediação do sindicato e da Justiça do Trabalho**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 210p., 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013**. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm. Acesso em outubro de 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4545.htm. Acesso em outubro de 2020.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm#art46. Acesso em outubro de 2020.

BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 29, p. 91-109, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000200005>. Acesso em outubro de 2020.

BRITES, J.; PICANÇO, F. O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. **Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho**, [S. l.], vol. 19, nº 31, p. 131-158. 2014. Disponível em: <http://www.dmttemdebate.com.br/o-emprego-domestico-no-brasil-em-numeros-tensoes-e-contradicoes-alguns-achados-de-pesquisas/>. Acesso de outubro de 2020.

BUENO, A. Sinais da cidade: forma literária e vida cotidiana. In: LIMA, R; FERNANDES, R. C. (Orgs.). **O imaginário das cidades**. Brasília, Editora UnB, p. 89-110, 2000.

CACCIAMALI, M. C. Informalidade, flexibilidade e desemprego - necessidade de regras e de políticas públicas para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], vol. 5, n. 2, p. 77-90, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2001.123607>. Acesso em dezembro de 2019.

CARDOSO, H. H. P. Narrativas de um candango em Brasília. **Revista Brasileira de Historia**, São Paulo, vol. 24, n. 47, p. 163-180, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000100007>. Acesso em outubro de 2020.

CHAGAS, S. O. Evolução do direito trabalhista do Empregado doméstico de 1916 a 2013 – PEC das domésticas. **Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais**, Sergipe, vol. 1, n. 17, out. 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/888/500>. Acesso em outubro de 2020.

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2004 – dados agregados para o Distrito Federal e Regiões Administrativas**. Brasília, 2004.

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Evolução dos Movimentos Migratórios para o Distrito Federal: 1959 – 2010**. Brasília, 2013.

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2018: Plano Piloto.** Relatório Codeplan, Brasília, 2019.

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2018: São Sebastião.** Relatório Codeplan, Brasília, 2019.

COSTA, E. B. **Totalidade Urbana e Totalidade-Mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global**, Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 444p., 2011.

COSTA, E. B. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía (Online)**, Bogotá, vol. 26, n. 2, pp. 53-75, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15446/rcdg.v26n2.59225>. Acesso em setembro de 2020.

COSTA, E. B.; PELUSO, M. L. Territórios da memória candanga na construção da capital do Brasil (1956-1977). In: XIII SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA, 2013. **Anais eletrônicos [...]** Rio de Janeiro, p. 1-28, nov. 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1878361-Territorios-da-memoria-candanga-na-construcao-da-capital-do-brasil-1956-1971.html>. Acesso em setembro de 2020.

COSTA, E. B.; PELUSO, M. L. Imaginário urbano e situação territorial vulnerável na Capital do Brasil. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, vol. 21, n. 1.151, p. 01-36, fev. 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20054>. Acesso em setembro de 2020.

COSTA, E. B.; SCARLATO, F. C. Geografia, método e singularidades revisadas no empírico. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], vol. 23, n. 3, p. 640-661, dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.161552>. Acesso em novembro de 2020.

COSTA, E. B.; STEINKE, V. A. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, vol. 18, n. 493, nov. 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17852>. Acesso em setembro de 2020.

COSTA, J. S. M.; BARBOSA, A. L. N. H.; HIRATA, G. Efeitos da ampliação dos direitos trabalhistas sobre a formalização, jornada de trabalho e salários das empregadas

domésticas. **IPEA – Texto para discussão, n. 2241**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2241.pdf. Acesso em outubro de 2020.

COSTA, L. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. In: ArPDF, CODEPLAN, DePHA (Orgs). Brasília, GDF, 1ª Edição, 76p. 1991.

COUTINHO, M. C et al. Historia de uma trabalhadora doméstica. **Athenea Digital**, [S. l.], vol.18, n. 2, jul. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1940>. Acesso em agosto de 2020.

DAMIANI, A. L. O urbano e a tríade espaço, poder e cultura. In: VASCONCELOS, P; MELLO, S. (Orgs). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. EdUFBA, p. 109-120, 1999.

FARIA, V. Divisão social do trabalho, especialização e crescimento urbano: o caso da macrometrópole paulista. In: II ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1980. **Anais eletrônicos [...]** Águas de São Pedro, vol. 2, p. 745-773, 1980. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/207/203>. Acesso em setembro de 2020.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. Brasília: novos rumos para a periferia. In: PAVIANI, A. (org.). **Brasília, moradia e exclusão**. Brasília, EdUNB, p. 189-212, 1996.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], n. 18, p. 155-168, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2005.73979>. Acesso em setembro de 2020.

FERREIRA, I. C. B. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. Brasília: UnB, 2010.

FILHO, J. B. M. T. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. **Revista Espinhaço**, [S. l.], vol. 2, n. 1, p. 41-51, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3968819>. Acesso em setembro de 2020.

FONTENELE, T. Mulheres na construção de Brasília – Invisibilidade feminina na historia da nova capital do Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO

GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRES. **Anais Eletrônicos [...]** Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499459015_ARQUIVO_Modelo_Texto_completo_MM_FG-3-TaniaFontenele.pdf. Acesso em dezembro de 2019.

FREITAS, T. M. **A expansão urbana no Distrito Federal e a dinâmica do mercado imobiliário: o caso do Gama**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 135p., 2013.

GIRARD-NUNES, C.; SILVA, P. H. I. Entre o prescrito e o real: o papel da subjetividade na efetivação dos direitos das empregadas domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, vol. 28, n. 3, p. 587-606, set./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000300007>. Acesso em outubro de 2020.

GODOI, C. N.; DEUS, J. B. A urbanização do Brasil e as diferentes divisões territoriais do trabalho ao longo do tempo. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, vol. 10, n. 30, jun, p. 128-141, jun. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16035/9036>. Acesso em novembro de 2020.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista Do Departamento De Geografia**, São Paulo, vol. 1, p. 21-47. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.7154/RDG.1982.0001.0002>. Acesso em março de 2020.

GOUVÊA, L. A. A capital do controle e da segregação social. In: PAVIANI, A. (org.). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. Brasília: UnB, 1991.

HOLSTON, J. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KUBITSCHKE, J. **Por que construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1963.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4º Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000), 1ª edição, fev, 2006.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, p. 105-118; 137-141, 2001.

LUCHIARI, A. A situação das empregadas domésticas na primeira década do século XXI, no oeste e no sudoeste da região metropolitana de São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, [S. l.], Volume Especial Cartogeo, p. 437-454, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rdg.v0i0.532>. Acesso em novembro de 2020.

LUIZ, E. B; KUYUMJIAN, M. M. M. Candangos: Uma história de trabalho e exaustão. **Tempos Históricos**, Brasília, vol. 14, n.1, p. 257-279, 2010. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/5170>. Acesso em dezembro de 2019.

LUZ, R. S. **Trabalho alienado em Marx: A base do Capitalismo**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 101p., 2008.

MADSON, C. **Mulheres Invisíveis**. Correio Brasiliense, Brasília, 2015.

MARX, K. **O Capital**. Vol. 1. 22ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

MELO, H. O Serviço doméstico remunerado no Brasil: De criadas a trabalhadoras. **IPEA – Texto para Discussão n. 565**, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3841. Acesso em agosto de 2020.

MELO, H. **Trabalhadoras domésticas: o eterno lugar feminino, uma análise dos grupos ocupacionais**. Estratégias para combater o trabalho infantil no serviço doméstico. Organização Internacional do trabalho – OIT e Instituto de Pesquisa Economica Aplicada – IPEA, Rio de Janeiro, 2000.

MOURA, C. P.; JANUZZI, V. P. Brasília classificada: novos espaços de classe média na capital federal. **Tempo Social**, São Paulo, vol. 31, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.151261>. Acesso em novembro de 2020.

MOURÃO, T. F.; OLIVEIRA, M. F. G. **Poeira e batom no Planalto Central: 50 mulheres na construção de Brasília**. Fundação Biblioteca Nacional – MINC, Brasília, 2010.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção e recomendação sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores**

Domésticos. 2011. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/05/convecacao_189.pdf. Acesso em outubro de 2020.

OLIVEIRA, W. C. Urbanização do território como uma convergência de interesses: o caso do Distrito Federal. **PatryTer: Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, [S. l.], vol. 3, n. 5, p. 42-57, mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i5.25550>. Acesso em setembro de 2020.

PALLONE, S. Diferenciando subúrbio de periferia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, vol. 57, n. 2, abr./jun. 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a06v57n2.pdf>. Acesso em outubro de 2020.

PAVIANI, A. A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, A. (Org.). **A conquista da cidade – movimentos populares em Brasília**. Brasília: UnB, 1991.

PAVIANI, A. Mudança ou transformação na cidade: Uma abordagem preliminar. **GEOSUL**, vol. 9, n. 17, p. 27-40, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12884/12040>. Acesso em março de 2020.

PAVIANI, A. **Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização**. Brasília: UnB, 2010.

PAVIANI, A. **Brasília 50 anos: da capital à metrópole**. Brasília: UnB, 2010.

PAVIANI, A. Expansão metropolitana: a modernização com desemprego. In: LEMOS, A. I. G, ARROYO, M., SILVEIRA, M. L. (Orgs.). América Latina: cidade, campo e turismo. **CLACSO**, São Paulo, dez. 2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20100729082047/05paviani.pdf>. Acesso em março de 2020.

PED-DF – PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NO DISTRITO FEDERAL. **Emprego Doméstico no Distrito Federal em 2018**. In: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SEDESTMIDH-GDF/CODEPLAN (Orgs.). Brasília, 2019.

PED-DF – PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NO DISTRITO FEDERAL. **Evolução do trabalho doméstico na conjuntura recente do Distrito Federal**. In: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SEDESTMIDH-GDF/CODEPLAN (Orgs.). Brasília, 2020.

PELUSO, M. L. Contradições e conflitos no espaço de classes: Centro versus Periferia. *In*: PAVIANI, A. (Org.). **Urbanização e metropolização: A gestão dos conflitos em Brasília**. EdUnB, Codeplan, pp. 126-144, 1987.

PINHEIRO, L.; LIRA, F. REZENDE, M.; FONTOURA, N. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. **IPEA – Texto para discussão, n. 2528**, Brasília, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf. Acesso em dezembro de 2020.

QUEIROZ, T. A. N. Espaço geográfico, território usado e lugar: Ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Para Onde?**, vol. 8, nº 2, pp. 154-161, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-0003.61589>. Acesso em outubro de 2020.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2ª edição, 433p. 2004.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp. 7ª edição, 176 p. [1987] 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp. 4ª edição, [1996] 2009.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**, 18 ed. São Paulo: Record, [2000] 2009b.

SANTOS, M. Por uma Geografia existencial. *In*: LEMOS, A. I. G.; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (Orgs.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo, USP, p. 19-26, 2006.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp. 2008c.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **GEO UERJ**, Rio de Janeiro, ano 10, vol. 2, nº 18, pp. 24-42, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/geouerj>. Acesso em outubro de 2020.

SCARLATO, F. C; COSTA, E. B. A natureza do urbano. **Confin**s, vol. 30, 24p. 2017.

SEGOV – SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **São Sebastião (RA XIV)**. Disponível em: <https://segov.df.gov.br/sao-sebastiao-ra-xiv/>. Acesso em outubro de 2020.

SILVA, E. **História de Brasília**. Brasília: Editora do Brasil, 1971.

SILVA, S. M. V. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. **Biblio 3W: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, n. 262, nov. 2000. Disponível em: <https://www.ub.es/geocrit/b3w-262.htm>. Acesso em agosto de 2020.

SILVA, D. F.; LORETO, M. D. S.; BIFANO, A. C. S. Ensaio da historia do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, vol. 17, n. 32, p. 409-438, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15600/2238-1228/cd.v17n32p409-438>. Acesso em outubro de 2020.

SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e sociedade no início do século 21 – A história de um livro. **ACTA Geográfica**, Edição Especial: Cidades na Amazônia Brasileira, [S. l.], p. 151-153, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5654/acta.v5i11.556>. Acesso em setembro de 2020.

SOUSA, N. H. B et al. **Taguatinga: uma história candanga**. In: PAVIANI, A. (Org.). Brasília, moradia e exclusão. Brasília: Editora UnB, p. 53-80, 1996.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

SOUZA, F. F. Criados ou empregados? Sobre o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no antes e no depois da abolição da escravidão. *In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Anais eletrônicos [...]* Natal, jul. 2013. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371332466_ARQUIVO_Texto_versaofinal_FlaviaFernandesdeSouza.pdf. Acesso em setembro de 2020.

SOUZA, M. A. A. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. **PatryTer: Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, [S. l.], vol. 2, n. 4, p. 1-17, out. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i4.26485>. Acesso em setembro de 2020.

TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Os lugares das empregadas domésticas. **Organizações e Sociedade**, Salvador, vol. 22, n. 72, p. 161-178, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-9230728>. Acesso em outubro de 2020.

THEODORO, M. I. A.; SCORZAFAVE, L. G. Impacto da redução dos encargos trabalhistas sobre a formalização das empregadas domésticas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, vol. 65, n. 1, p. 93-109, jan./mar. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71402011000100006>. Acesso em setembro de 2020.

VELHO, G. O patrão e as empregadas domésticas. **Sociologia, problemas e práticas**, Rio de Janeiro, n. 69, p. 13-30, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7458/SPP201269784>. Acesso em setembro de 2020.

VESENTINI, J. W. **A capital geopolítica**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

VIDESOTT, L. Os Candangos. **Risco: Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**, São Paulo, vol. 7, p. 21-38, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i7p21-38>. Acesso em dezembro de 2019.

VILHENA, J. Da cidade onde vivemos a uma clínica do território: lugar e produção de subjetividade. **Pulsional: Revista de Psicanálise**, São Paulo, vol. 15, n. 163, p. 48-54, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S1414-9893201700050022400039&lng=en. Acesso em outubro de 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA AS TRABALHADORAS DO SERVIÇO DOMÉSTICO REMUNERADO NO DISTRITO FEDERAL

I. Identificação da entrevistada

1. Nome
2. Idade
3. Cidade e estado de origem
4. Ano que migrou para o Distrito Federal
5. Período de exercício do serviço doméstico remunerado no Plano Piloto
6. Trabalho de modo formal (carteira assinada) ou informal
7. Período de moradia conjunta com os empregadores
8. Período de moradia em São Sebastião

II. Roteiro para entrevistas com as trabalhadoras domésticas

1. Como foi a chegada em Brasília?
2. Motivo pelo qual migrou de sua cidade de origem?
3. Mudou sozinha para o Distrito Federal ou veio acompanhada de algum familiar/conhecido?
4. Qual foi a primeira cidade que viveu quando chegou ao DF e as razões da escolha desta cidade para morar?
5. Quando chegou à cidade, já possuía algum emprego garantido/indicado ou foi à busca de um por conta própria?
6. Na procura por emprego, ingressou diretamente no serviço doméstico?
7. Morou com seus empregadores?
8. Período de residência com os empregadores?
9. O Plano Piloto foi a primeira cidade que morou quando migrou para a capital?
10. Como era a relação de trabalho e de convivência com os patrões?
11. Como a cidade estava organizada na época, ao que se refere o acesso aos seguintes serviços:
 - a) Escolas?
 - b) Mercados?
 - c) Residências?

- d) Hospitais?
 - e) Segurança?
 - f) Transporte e locomoção?
 - g) População?
12. Como era a relação de trabalho e de convivência com os patrões?
 13. Trabalhou com carteira assinada?
 14. Possuía acesso a folgas, férias, salário proporcional às funções realizadas?
 15. Em média, quanto costumava ser o seu salário na época?
 16. Já sofreu algum preconceito ou ofensa pelo simples fato de trabalhar com o serviço doméstico remunerado em algum lar que trabalhou ou no dia a dia?
 17. Há algo que te marcou durante sua experiência como “empregada doméstica” nas casas de família que trabalhou?
 18. Procurou alguma outra cidade distante do Plano Piloto para morar enquanto já trabalhava como trabalhadora doméstica? Se sim, qual e por quê?
 19. Motivo da mudança para São Sebastião?
 20. Morou em alguma outra cidade-satélite além de São Sebastião?

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS EMPREGADORES
DAS TRABALHADORAS DO SERVIÇO DOMÉSTICO REMUNERADO NO
DISTRITO FEDERAL**

I. Identificação dos entrevistados

1. Nome
2. Idade
3. Empregador principal ou filho(a) do empregador das trabalhadoras domésticas
4. Região do Plano Piloto que morou
5. Período de contratação dos serviços domésticos em seu domicílio

II. Roteiro para entrevistas com os empregadores

1. Qual foi o período de atuação do trabalho doméstico remunerado, realizado por mulheres, em sua residência?
2. Quantas mulheres exerceram o serviço doméstico remunerado em sua residência ao todo?
3. Se houve mais de uma trabalhadora doméstica em sua casa, foi fácil o processo de contratação de uma nova?
4. Estas mulheres trabalhavam de carteira assinada?
5. Caso contrário, como era realizado o pagamento?
 - a) Mensalmente
 - b) Diariamente
 - c) Semanalmente
 - d) Quinzenalmente
6. O pagamento era equivalente a um salário mínimo na época?
7. Alguma destas trabalhadoras domésticas morou na sua residência?
8. Já foi solicitado para alguma destas dormirem em seu local de trabalho para execução de alguma de suas funções no período noturno?
9. Se sim para alguma das duas últimas perguntas, havia algum cômodo da casa destinado á estas mulheres?
10. Como era o convívio com estas trabalhadoras exercendo o serviço doméstico no seu lar?
11. Quais as tarefas que estas realizavam em seu trabalho doméstico?
12. Como era a relação destas com os seus empregadores?

13. Caso o empregador não tenha sido você, como era a sua relação com a “empregada doméstica” da casa?
14. Já notou algum tratamento inferior direcionado a estas mulheres em sua casa, ou percebeu alguma forma de preconceito destinada a elas em virtude de sua profissão?
15. Após o encerramento das atividades destas trabalhadoras domésticas em sua residência, sentiu algum sentimento de perda afetiva no lar? Em outras palavras, ela fez falta no seu dia a dia ou no de sua família, ao que se refere além do serviço doméstico?
16. A família manteve contato com alguma destas trabalhadoras nos anos posteriores?
17. Pode afirmar se de algum modo, alguma destas exerceram certa influência na sua vida, seja através dos seus costumes culturais, tradições, culinária, modos de falar ou expressões, que você conseqüentemente reproduziu em algum momento?